

ADRIANO DE OLIVEIRA GIANOTTO

**O PROTAGONISMO DA PESSOA SURDA DO PONTO DE
VISTA DO DESENVOLVIMENTO LOCAL**

Bolsista: Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoa de Nível
Superior (CAPES)



UNIVERSIDADE CATÓLICA DOM BOSCO
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO LOCAL:
CURSO DE DOUTORADO
CAMPO GRANDE - MS
2020

ADRIANO DE OLIVEIRA GIANOTTO

**O PROTAGONISMO DA PESSOA SURDA DO PONTO DE
VISTA DO DESENVOLVIMENTO LOCAL**

Tese apresentada à Banca Examinadora do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Local, da Universidade Católica Dom Bosco - UCDB, como requisito parcial para obtenção do título de Doutor em Desenvolvimento Local, sob a orientação do Professor Dr. Heitor Romero Marques
Bolsista: Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoa de Nível Superior (CAPES)

CAMPO GRANDE/MS

2020

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Universidade Católica Dom Bosco
Bibliotecária Mourâmise de Moura Viana - CRB-1 3360

G433p Gianotto, Adriano de Oliveira
O protagonismo da pessoa surda do ponto de vista do
desenvolvimento local/ Adriano de Oliveira Gianotto,
sob a orientação do Profº Dr. Heitor Homero Marques.--
Campo Grande, MS : 2020.
144 p.: il.;

Tese (Doutorado em Desenvolvimento Local) -Universidade
Católica Dom Bosco, Campo Grande-MS, Ano 2020
Inclui bibliografias

1. Pessoas com deficiência auditiva - Empoderamento.
2. Desenvolvimento local - Aspectos socioculturais.
I.Marques, Heitor Romero. II. Título.

CDD: Ed. 21 -- 419

FOLHA DE APROVAÇÃO

Título: O protagonismo da pessoa surda do ponto de vista do desenvolvimento local.

Área de concentração: Desenvolvimento Local em Contexto de Territorialidades.

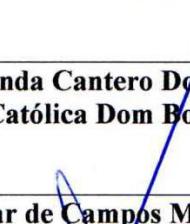
Linha de Pesquisa: Cultura, Identidade e Diversidade na Dinâmica Territorial.

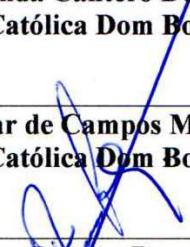
Tese submetida à Comissão Examinadora designada pelo Conselho do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Local – Doutorado da Universidade Católica Dom Bosco, como requisito parcial para a obtenção do título de Doutor em Desenvolvimento Local.

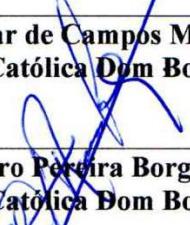
Exame de Tese aprovado em: 10/07/2020

BANCA EXAMINADORA

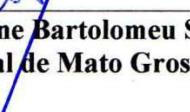

Prof. Dr. Heitor Romero Marques
Universidade Católica Dom Bosco


Prof.ª Dr.ª Arlinda Cantero Dorsa
Universidade Católica Dom Bosco


Prof. Dr. Josemar de Campos Maciel
Universidade Católica Dom Bosco


Prof. Dr. Pedro Pereira Borges
Universidade Católica Dom Bosco


Prof.ª Dr.ª Milene Bartolomeu Silva
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul


Prof.ª Dr.ª Celi Correa Neres
Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul


Prof. Dr. Joe Gafe Filho
Centro Universitário da Grande Dourados

GIANOTTO, Adriano de Oliveira. **O protagonismo da pessoa surda do ponto de vista do desenvolvimento local.** 144f. 2020. Doutorado em Programa de Mestrado e Doutorado em Desenvolvimento Local em contexto de territorialidades. Universidade Católica Dom Bosco.

RESUMO

A presente pesquisa de doutorado, que tem como tema “O protagonismo da pessoa surda do ponto de vista do desenvolvimento local” é orientado pelo método fenomenológico com vertentes que enfatizam conceitos sobre visibilidade, invisibilidade social, protagonismo, territorialização, traçando um paralelo com a história da educação dos surdos, a ação do empoderamento e o movimento surdo em Mato Grosso do Sul. O objetivo geral que norteou a pesquisa foi o de examinar a visibilidade dos sujeitos protagonistas que viabilizaram a disseminação das Línguas de Sinais e que, consequentemente, possibilitaram o reconhecimento da Língua de Sinais enquanto língua formal. E para direcionar o olhar três questionamentos nos auxiliaram: a reflexão sobre as materialidades linguísticas expostas em alguns documentos oficiais que versam sobre a invisibilidade e depois a visibilidade da pessoa com deficiência, ênfase nos direitos legais, desde o discurso bíblico até às leis; como contribuir com o processo protagonista da pessoa surda do ponto de vista do desenvolvimento local; qual é a importância da construção do protagonismo da pessoa surda. No decorrer desta pesquisa nos deparamos com situações que “desterritorializam”, linguisticamente, o povo surdo; ausência de visibilidade, de protagonismo e de lutas pela valorização da língua e de seus usuários natos. Trazer à tona está temática e colocá-la em pauta para possíveis reflexões e ações que visam diminuir as barreiras sociais, contribuir com novas propostas nas legislações municipais; ampliar o desenvolvimento local, no sentido linguístico do termo, e promover o entrelaçamento linguístico entre surdos e ouvintes são os resultados que esperamos obter neste percurso histórico-linguístico pela qual “navegaremos”. A metodologia utiliza-se de fontes teóricas a partir de análises bibliográficas de autores dentre eles: Edmund Husserl, Skliar (1997, 2012) e Strobel (2009), Wrigley (1996), Rodrigo Rosso Marques (2005), Merleau Ponty (2005) e Michel Foucault (2004) e consistiu em realizar entrevistas sobre subitens relacionados ao tema, os mesmos foram respondidos pelo “ferramenta” virtual *Google Drive*. Pretende-se evidenciar o surdo, a Libras, a cultura, a nossa identidade e as práticas educacionais e sociais que já estão sancionadas legalmente e que por não terem sido implementadas agravam a exclusão social dos surdos. Foram salientadas as ações que visam promover a equidade, a acessibilidade e a autonomia linguística da pessoa surda. E concluiremos a partir de sucessivas descrições se o fenômeno sujeito surdo em nossa contemporaneidade e território tem sua visibilidade social, linguística e principalmente se ele é protagonista de sua própria história.

PALAVRAS - CHAVE: 1. **Protagonismo surdo, 2. (In) visibilidade, 3. Empoderamento, 5. Desenvolvimento Local.**

GIANOTTO, Adriano de Oliveira. **O protagonismo da pessoa surda do ponto de vista do Desenvolvimento Local.** 144fl, 2020. Tese. Doutorado em Desenvolvimento Local em contexto de territorialidades. Universidade Católica Dom Bosco

ABSTRACT

The present doctoral research, which has as its theme "The protagonist of the deaf person from the point of view of local development", anchored in a phenomenological approach with strands that emphasize concepts about visibility, social invisibility, drawing a parallel with the history of education, the action of empowerment and the deaf movement in Mato Grosso do Sul. The general objective is to analyze the process of linguistic and social inclusion of the deaf people, based on the main official documents that deal with the rights guaranteed to the deaf, from the biblical speeches to the current laws and decrees, in addition to highlighting protagonist subjects that made possible the dissemination of Sign Languages and, consequently, enabled the recognition of LS as a formal language. The methodology uses theoretical sources based on bibliographic analyzes of authors, including: Edmund Husserl, Skilar (1997, 2012) and Strobel (2009), Wrigley (1996), Rodrigo Rosso Marques (2005), Merleau Ponty (2005) and Michel Foucault (2004) and consists of conducting interviews through questionnaires on sub-items related to the aforementioned theme, they will be answered by the "Google Drive" application. It is intended to highlight the deaf, our language, our culture, our identity and the educational and social practices that are already legally sanctioned and that because they have not been implemented aggravate the social exclusion of the deaf. We will highlight actions that aim to promote the equity, accessibility and linguistic autonomy of the deaf person. In the course of this research we are faced with situations that "deterritorialize", linguistically, the deaf people; absence of visibility, protagonism and struggles for the valorization of the language and its native users. Bringing up this theme and putting it on the agenda for possible reflections and actions that aim to reduce social barriers, contribute to new proposals in municipal legislation; expanding local development, in the linguistic sense of the term, and promoting linguistic intertwining between deaf and hearing people are the results that we hope to obtain in this historical-linguistic path through which we will "navigate".

KEYWORDS: 1. Deaf protagonism, 2. (In) visibility, 3. Empowerment, 5. Local development.

LISTA DE SIGLAS E ABREVIAÇÕES

Afapms – Associação de Famílias, Amigos, Profissionais e Pessoas Surdas

ASL – American Sign Language

Assums – Associação de Surdos de Mato Grosso do Sul

CAS - Centro de Capacitação de Profissionais da Educação e de Atendimento às Pessoas com Surdez

Ceada - Centro Estadual de Atendimento ao Deficiente da Audiocomunicação

CIL – Central de Interpretação em Libras

Conade – Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência

Enem – Exame Nacional do Ensino Médio

Fatec – Faculdade de Tecnologia

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IFMS – Instituto Federal de Mato Grosso do Sul

Ines – Instituto Nacional de Educação de Surdos

L1 – Primeira língua

L2 – Segunda língua

Libras – Língua Brasileira de Sinais

LP – Língua Portuguesa

LS – Língua de Sinais

PcD – Pessoa com Deficiência

Semed – Secretaria Municipal de Educação

TILS – Tradutor e Intérprete de Língua de Sinais

UEMS – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul

UFGD – Universidade Federal da Grande Dourados

UFMS – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul

Ufscar – Universidade Federal de São Carlos

Unesco – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

WFD – World Federation of the Deaf (Federação Mundial de Surdos)

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Quadro nº 1	Mapa Conceitual	32
--------------------	-----------------	----

LISTA DAS TABELAS

Tabela 1	Formação Superior dos Surdos de Mato Grosso do Sul	40
Tabela 2	Relação de Professores surdos de Mato Grosso do Sul	41
Tabela 3	Pessoas surdas citadas como protagonistas e/ou ouvintes representantes de determinada comunidade surda	97

LISTA DE GRÁFICO

Gráfico 1	Quantos entrevistados: os surdos e ouvintes	106
------------------	---	-----

Ao povo surdo de Mato Grosso do Sul

Ex-alunos do Ceada,
das Escolas Estaduais Adventor Divino de Almeida e Lúcia Martins Coelho,
Turma de Pedagogia da Uniasselvi,
Turma do Mestrado - 2014 a 2016
Amigos surdos e ouvintes – de Mato Grosso do Sul e de todo o Brasil,
Aos que lutam pelo reconhecimento da Libras,
e à comunidade surda, que resiste feito um exército pela liberdade e
empoderamento linguístico diariamente.

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, agradeço a Deus pela força que tem me concedido até aqui, pelo cuidado especial que tem me dispensado, pela minha família, pela proteção em minhas corriqueiras viagens a trabalho de Campo Grande para Três Lagoas e vice-versa, por ter me protegido de acidentes na rodovia BR- 262, um trajeto sempre preocupante, porém necessário para a realização do sonho de ser o primeiro surdo com título de Doutorado em Mato Grosso do Sul.

Fico imensamente feliz, pois sei que a realização deste meu sonho incentivará outros surdos a lutarem pelo protagonismo social e, além disso, propor uma mudança dos paradigmas sociais quanto ao direito de igualdade social da pessoa surda, desmontando as barreiras linguísticas em minha terra natal.

Com todas as forças do meu coração agradeço ao meu pai Pedro Luiz Gianotto por ser o meu maior exemplo de superação, por ter me norteado nos caminhos da vida para que eu pudesse alcançar vitórias. Todo o meu amor e gratidão a você, Excelentíssimo Pai.

Por falar em superação, agradeço também à minha mãe. Aos meus irmãos: Juliano de Oliveira Gianotto, Thiago de Oliveira Gianotto, Pedro Luiz Gianotto Filho. Lucas Silva Gianotto e Pedro Henrique Silva Gianotto. Um agradecimento especial e carinhoso externo a minha esposa Elisa Ferreira Paulino Borges. Fico grato pela paciência e pela solidariedade pelo meu tempo dispensado à pesquisa e pelo companheirismo nas minhas ausências. Agatha Beatriz Guimarães Gianotto, Maria Eduarda Guimarães Gianotto e Ester Paulino Gianotto, minhas filhas, obrigado pelo aprendizado que me proporcionam.

Agradeço a Capes/MEC por financiar esta pesquisa, concorri à vaga e fui selecionado para receber a bolsa de estudos, que foi o que, de fato, possibilitou a realização deste sonho.

Ao tradutor - intérprete de Libras Claudio Luiz Vasques dos Santos, que tem experiência no que faz e que aceitou dar continuidade à realização do meu sonho, serei sempre agradecido. À professora de Língua Portuguesa e Tradutora Intérprete de Libras Ruth dos Santos Barros que aceitou o desafio de realizar o processo de adaptação linguística da Libras na modalidade escrita para a Língua Portuguesa na mesma modalidade, gratidão pelo seu honrado trabalho.

Ao meu orientador Professor Doutor Heitor Romero Marques, a quem considero como um pai, agradeço imensamente e com muito carinho por ter me recebido de braços abertos no mestrado e no doutorado, contrariando todas as estatísticas e enfrentando as dificuldades apresentadas. Por todos os ensinamentos, pelo diálogo, pela correção dos textos, pela dedicação e pela extrema paciência e respeito à minha língua natural, Libras. Pela confiança em meu trabalho e pelo imensurável incentivo. Fico sinceramente grato por ter me proporcionado um resgate da história do povo surdo neste espaço social.

Pela sugestão de alteração na minha tese, sou grato também aos Professores Doutores Pedro Pereira Borges e Josemar de Campos Maciel, que tiveram importante contribuição na realização deste sonho, pois me ensinaram a analisar os textos no período de iniciação científica, por terem considerado as dificuldades relacionadas à Língua Portuguesa na modalidade escrita. Vocês lutaram comigo!

À Comunidade Surda de Campo Grande e Três Lagoas pelo incentivo e pela participação na minha pesquisa que enaltece o surdo, a nossa língua, a nossa cultura e a nossa identidade. Juntos somos um grande exército que luta pela igualdade, pela visibilidade e pelo protagonismo social, meu eterno agradecimento.

Aos professores e professoras que aceitaram o convite para participar da banca de defesa da minha tese de doutorado, gratíssimo! Em especial a UCDB pelo exemplo de acessibilidade linguística no estado de Mato Grosso do Sul. Serei, graças a isso, o primeiro surdo a ter o título de Doutor nesta universidade e no Estado. Somos fortes, guerreiros e vencedores.

“Para os surdos, o ouvinte é o outro”

Gladis Perlin

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	15
2 DESENVOLVIMENTO LOCAL E POVO SURDO: Implicações, Propostas e Ações	20
2.1 Espaço, território e lugar: de onde a comunidade surda fala	24
2.2 A ocupação linguística como espaço de visibilidade social a territorialização do espaço da comunidade surda	25
2.3 A acessibilidade linguística para a comunidade surda: leis em vigor em Mato Grosso do Sul.	28
3. QUEM SOMOS	32
3.1 Contextualização a nossa historia	33
3.2 Surdos e ouvintes: a importância dessa inter-relação	44
3.3 Percepções da fenomenologia sobre a surdez	48
3.4 Empoderamento e valorização da pessoa surda pela ótica foucaultiana.	52
4 SURDOS: VISIBILIDADE E/OU INVISIBILIDADE	60
4.1 Espaço e lugar das comunidades surdas em movimentos	60
4.2 Situação do surdo na Idade Antiga	66
4.3 Situação do surdo na Idade Média	67
4.4 Situação do surdo na Idade Moderna	68
4.5 Situação do surdo na Idade Contemporânea	69
5 PROTAGONISMO E REPRESENTAÇÃO SOCIAL	74
5.1 As relações de poder, segundo Foucault	78
5.2 A conquista do lugar social no território sul-mato-grossense	81
5.3 A relevância do protagonismo para a pessoa surda	89
5.4 O que é ser protagonista	90
5.5 Qual a importância do protagonismo das pessoas surdas	91
5.6. Quais são os surdos (as) protagonistas que você conhece. Por que eles (as) são protagonistas	93
5.7 Visível ou invisível na sociedade e porquê	98
5.8 O que você faz para ser protagonista em sua cidade	100

5.9 Por que a pessoa surda enfrenta mais barreiras para ser protagonista social	101
5.10 Quem você é	104
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	105
REFERÊNCIAS	110
ANEXOS	119

1. INTRODUÇÃO

O tema delimitado neste estudo surgiu das experiências adquiridas enquanto sujeito surdo e pesquisador sobre diversas indagações direta e indiretamente ligadas à temática da surdez. Na conclusão do mestrado em Desenvolvimento Local, na qual defendi o tema “Libras e o Desenvolvimento Local”, procuramos refletir sobre o impacto da Libras no desenvolvimento histórico e local. Quando concluímos o mestrado deveríamos ter nos sentido realizados. Todavia, ler e reler a produção provocaram reflexões que começaram a subtrair a paz interior e aguçar o desejo de fazer novas pesquisas, enquanto representante da comunidade surda, a responsabilidade depositada sobre nós não permitia parar naquela dissertação; faltava naquela produção questões que ainda precisavam ser discutidas, conceitos que precisavam ser esclarecidos, propostas que precisavam ser criadas e direitos já garantidos que necessitavam ser implementados. Essas e outras reflexões foram didaticamente feitas, por meio de documentos históricos, leis, decretos e pesquisadores, tanto surdos quanto ouvintes, para saber, sob a ótica do surdo e também sob a ótica do ouvinte, quem são/somos os surdos, onde está/estamos, por que não estão/estamos. O verbo “ser”, neste caso, se refere a ter ou não visibilidade no “lugar social”, não no “espaço social”, conceitos estes que serão esclarecidos no decorrer da leitura; por que estão/estamos e o que pode ser realizado para que a língua materna do sujeito surdo, a Libras, deixe de ser um obstáculo social.

Visando esclarecer inúmeras interrogações, antes apenas retóricas, realizamos uma retrospectiva sobre o povo surdo até a atual conjuntura política, linguística e social. Desse modo, este estudo centraliza a pesquisa nos conceitos sobre a pessoa surda e as circunstâncias em que elas estão inseridas, dentre elas a invisibilidade e exclusão social; o desprestígio linguístico; a inacessibilidade nos veículos de informação; a ausência de escolas com ensino bilíngue para surdos e o surgimento de protagonistas surdos mesmo diante da atual conjuntura de discursos sobre a “inclusão social”.

Com base nas inúmeras experiências e complexas interrogações sobre quem somos, sobre o quê fazer para que os discursos inclusivos se transformem em práticas inclusivas; como exercer o nosso papel enquanto sujeito social ativo e, essencialmente, como agir para ampliar os lugares sociais com acessibilidade linguística para o povo surdo foram algumas das reflexões que nos trouxeram até

aqui. O protagonismo da pessoa surda já é um tema, no mínimo, quase que contraditório, se compararmos a quantidade de pessoas protagonistas ouvintes com a quantidade de protagonistas surdos (as). Por isso mesmo desejamos pesquisar sobre a história dos surdos e focar na história dos surdos (as) protagonistas sob a ótica da “fenomenologia”, postulado por alguns pesquisadores dentre eles Maurice Merleau-Ponty.

Para a sociedade, esta pesquisa tem importância por causa de questões como inclusão, protagonismo, criação de políticas públicas e visibilidade dos surdos tanto no Brasil quanto em Mato Grosso do Sul. Para a Academia esta pesquisa é importante porque apresenta conceitos, como o da fenomenologia e elementos históricos da situação dos surdos de Mato Grosso do Sul, além de apresentar elementos que transformaram a luta e a vida dos surdos. Para o Programa de Desenvolvimento Local, a pesquisa apresenta sobretudo elementos que mostram a questão do protagonismo e da representação social, conceitos muito afetos às teorias sociais, vinculadas aos direitos da pessoa surda, em especial a questão das acessibilidades social e linguística. Para nós em termos pessoais, esta pesquisa trouxe novos conhecimentos, o que ampliou o campo visual sobre o protagonismo da pessoa surda e despertou novas reflexões e ressignificações sobre o povo surdo: objeto e sujeitos de pesquisa da pesquisa.

Como objetivo geral para nortear nossa pesquisa almejamos examinar a visibilidade aos sujeitos protagonistas que viabilizaram a disseminação das Línguas de Sinais e que, consequentemente, possibilitaram o reconhecimento da Língua de Sinais enquanto língua formal. E, para direcionar nosso olhar três questionamentos nos auxiliaram: refletimos sobre as materialidades linguísticas expostas em alguns documentos oficiais que versam sobre a invisibilidade e depois a visibilidade da pessoa com deficiência, ênfase aos direitos legais, desde o discurso bíblico até às leis; como contribuir com o processo protagonista da pessoa surda do ponto de vista do desenvolvimento local e qual a importância da construção do protagonismo da pessoa surda.

Para alcançar os objetivos precisaria nos ater a diversos detalhes documentais e principalmente expressar o fenômeno que é nosso próprio objeto de estudo. Para tal decidimos pesquisar nos mais diversos documentos; relatos bíblicos, históricos, leis em âmbito nacional, estadual e municipal sobre o surdo e sua expressão cultural e identitária. Porém estes meios podem ser considerados

como extensão do público estudado, precisávamos de uma forma que estudar a essência da questão que nos movia, dessa forma entrevistamos “o surdo” por meio de formulário virtual no qual este pudesse refletir e reagir à provocação da visibilidade e sobre o “seu protagonismo”

Com isso, detectamos os porquês do excesso de barreiras sociais, mediante leis e decretos já sancionados. Coube-nos também elaborar e apresentar para autoridades locais propostas capazes de proporcionar acessibilidade social por meio da acessibilidade linguística, propiciando, dessa forma, o desenvolvimento local, não no sentido territorial, mas no sentido de inclusão social. Para isso nos valemos das propostas teóricas veiculadas no XIV do Decreto nº 5.626/2005 e também do Decreto nº 9.656/2018. Associamos essas normas para embasarmos os nossos projetos e direitos em relação à criação da Central de Interpretação de Libras (CIL). Diante do exposto, conseguimos a legalização, criação e funcionamento de CIL em alguns municípios em que os surdos ainda não tinham acesso a este recurso de acessibilidade, além de frisarmos, neste capítulo, a importância da educação bilíngue tanto para surdos quanto para ouvintes. Registrarmos também as realizações para o desenvolvimento local em alguns municípios como Campo Grande; Aquidauana; Bodoquena; Dourados; Naviraí e Três Lagoas.

Nesta perspectiva, no terceiro capítulo, recorremos a algumas materialidades linguísticas expostas no discurso bíblico objetivando compreender o “papel” do surdo e das pessoas com deficiência. Concluímos que o espaço da invisibilidade era destinado às Pessoas Com Deficiência (PcD), que viviam à mercê de um milagre divino. Analisamos também a opinião dos cientistas e filósofos da época que atribuíam juízo de valor sobre o povo surdo, como por exemplo, a ideologia postulada por: Aristóteles (séc. IV a.C); Charles Michel de L'Epée; Thomas Gallaudet; William Stokoe; E. Huet, etc. Elaboramos uma tabela que mostra o processo histórico de inclusão escolar de surdos no ensino superior em Mato Grosso do Sul desde 1987 a 2012. Igualmente evidenciamos o campo de atuação profissional dos sujeitos surdos (as) nas universidades estaduais, federais e no setor privado.

Realizamos uma síntese sobre a nossa experiência de vida desde a educação básica até o ensino superior, pontuando alguns entraves linguísticos e sociais que, por diversas vezes, corroboraram para que desistíssemos de lutar pelos

objetivos de vida e, consequentemente, pelos direitos de muitos sujeitos que nos delegaram, enquanto presidente da Associação de Famílias, Amigos, Profissionais e Pessoas Surdas (Afapms), responsabilidade esta que consistia em resistir com veemência à tentativa de retirada de direitos já garantidos e lutar pela implementação de leis e decretos já sancionados.

Aprofundamo-nos metodologicamente o conceito de “fenomenologia”, fundamentados no conceito base postulado por Edmund Husserl, Skilar (1997, 2012) e Strobel (2009), Wrigley (1996), Rodrigo Rosso Marques (2005) e Merleau Ponty (2005). Apresentar reflexões sobre o “Empoderamento e valorização da pessoa surda pela ótica foucaultiana”, foi, sem dúvida, a produção textual com maior exigência cognitiva devido à complexidade linguística usada por Michel Foucault no intuito de explicar as relações de poder que envolvem e regem o mundo intelectual e que afeta diretamente a sociedade de uma forma geral. Michel Foucault, Max Weber e Pierre Bourdieu foram os principais teóricos citados para dar força conceitual e linguística à nossa pesquisa para tratar sobre o conceito de “empoderamento” pelo viés da pessoa surda. Tal pretensão nos fez conectar redes teóricas como a Análise do Discurso, a Filosofia, a Sociologia, a Política.

Conseguimos estabelecer relação intrínseca entre espaço/invisibilidade e lugar/visibilidade linguística e social do povo surdo, conforme o filósofo Martim Heidgger (2012), que dialoga com Isabelli Verri (2009) e Merleau-Ponty (2009) a fim de sacramentar os “efeitos de sentido” e os efeitos da exclusão linguística e social desde a Idade Antiga, passando pelas Idades Média, Moderna até à Idade Contemporânea.

Em conformidade, no quinto capítulo, deixamos de lado por um momento os sentimentos e ressentimentos causados por termos que revisitam a história de invisibilidade, massacre, desprestígio e proibição do uso da língua de sinais em todo e qualquer espaço e/ou lugar social, a imposição do método oralista para o povo surdo, a desvalorização e ocultação do nosso povo, língua, cultura e identidade: das nossas relações de poder.

Tivemos que nos atentar aos fatores extras para não nos perdermos em um dos nossos objetivos: trazer o passado para transformar o presente e propor inovações para as futuras gerações. Pincelamos algumas informações destacando a importância do Instituto Nacional de Educação de Surdos (Ines), da Lei nº 10.436/2002, do Decreto nº 5.626/2005, da Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa

Com Deficiência (LBI) nº 13.146/2015, da Assums em 1982, do Centro Estadual de Atendimento ao Deficiente da Audiocomunicação (Ceada/1986) e da Associação de Famílias, Amigos, Profissionais e Pessoas Surdas/Mato Grosso do Sul (Afapsms/2018). Estas associações foram criadas para fortalecer o movimento das “diferenças” na luta pela igualdade em direitos por intermédio das adaptações linguísticas, arquitetônicas etc. que sejam necessárias acontecerem.

Neste mesmo capítulo, trouxemos um questionário formulado por sete (7) questões, as quais foram respondidas por trinta (30) participantes virtuais que atribuíram juízo de valor às seguintes questões inseridas nos subitens: O que é ser protagonista? Qual a importância do protagonismo das pessoas surdas? Quais são os surdos (as) protagonistas que você conhece? Por que eles (as) são protagonistas? Você se considera visível ou invisível na sociedade? Por quê? O que você faz para ser protagonista em sua cidade? Por que a pessoa surda enfrenta mais barreiras para ser protagonista social? e Quem você é?

Após a leitura e reflexão sobre cada resposta inserida analisamos os efeitos de sentido ali enraizados, no sexto capítulo, espaço em que demos lugar para que outras vozes fossem ouvidas. Percebemos coerência e quase que uma consonância nas formações discursivas apresentadas. Foi possível desvelar alguns sentidos nas fragmentações e insustentáveis levezas das palavras.

2. DESENVOLVIMENTO LOCAL E POVO SURDO: IMPLICAÇÕES, PROPOSTAS E AÇÕES

O Desenvolvimento Local, sob a ótica do povo surdo, pressupõe o que o próprio conceito indica. No entanto, analisamo-lo aqui no sentido relacionado ao campo linguístico, não no sentido de progresso tecnológico de um determinado lugar geográfico, mas de criação e ampliação da acessibilidade linguística para os surdos nos lugares onde precisam interagir. Para orientar nossas reflexões precisamos esclarecer dois conceitos que por vezes parecem ser sinônimos, porém tem intrínseco suas peculiaridades que são: **comunidade** e **povo**. entendemos comunidade como:

Primeiro conceito da comunidade é conjunto de habitantes de um mesmo Estado ou qualquer grupo social cujos elementos vivam numa dada área, sob um governo comum e irmanados por um mesmo legado cultural e histórico. [...] conjunto de indivíduos que utilizam o mesmo idioma. [...] Agrupamento de pessoas que, num período específico do tempo, usam a mesma língua ou o mesmo dialeto; essa comunidade pode coincidir com uma nação, se esta for monolíngue, ou pode ser o conjunto de povos que têm a língua em comum, ou grupos regionais, profissionais, etc. [...] conjunto de indivíduos que, em razão de fatos de natureza social - geográficos, históricos, culturais, raciais, etc...têm em comum certas características que os distinguem de outros grupos no mesmo meio e na mesma ocasião. (HOUAISS, 2005).

Por outro lado, povo entendemos como sendo um:

Conjunto de pessoas que falam a mesma língua, têm costumes e interesses semelhantes, história e tradições comuns. [...] conjunto de pessoas que vivem em comunidade num determinado território; nação, sociedade [...] conjunto de indivíduos de uma mesma ou de várias nacionalidades, agrupados num mesmo Estado. [...] conjuntos de pessoas que não habitam o mesmo país, mas que estão ligadas por uma origem, sua religião ou qualquer outro laço (HOUAISS, 2005).

O povo surdo é grupo formado por sujeitos surdos que tem a mesma língua, costume, história, cultura e interesses semelhantes, porém dividem todos esses aspectos em um mesmo país. Strobel apresenta alguns teóricos surdos americanos que discorrem sobre o assunto, a exemplo de Padden e Humphries (2000, p.5), que afirmam:

Uma comunidade surda é um grupo de pessoas que vivem num determinado local, partilham os objetivos comuns dos seus membros, e que por diversos meios trabalham no sentido de alcançarem estes objetivos. Uma comunidade surda pode incluir pessoas que não são elas próprias Surdas, mas que apoiam ativamente os objetivos da comunidade e trabalham em conjunto com as pessoas Surdas para os alcançar.

Um dado novo apresentado na citação acima nos traz a ideia de que a comunidade surda não é formada apenas por sujeitos surdos, mas por sujeitos não surdos que se relacionam em busca de interesses comuns, partilhando a cultura como uma unidade. Para tal entende-se cultura como:

[...] um conjunto de comportamentos apreendidos de um grupo de pessoas que possuem sua própria língua, valores, regras de comportamentos e tradições; uma comunidade e um sistema social geral, no qual um grupo de pessoas vivem juntas, compartilham metas comuns e partilham certas responsabilidades umas com outras (STROBEL, 2008).

O fato que nos chama atenção é de que a comunidade surda não ser composta apenas por sujeitos surdos, mas também por sujeitos ouvintes-membros de família, intérpretes, professores, amigos, mas unidas pelo mesmo interesse.

A comunidade pode ser composta por pessoas que participam de outros grupos sociais ou que se relacionam em outros lugares como associações de surdos, federações, igrejas e outros.

Muitos que adentram à comunidade surda que são sujeitos não surdos são pessoas que estão em fase de aprendizado da língua de sinais, porém o maior número são de familiares e intérpretes. E, entendemos como intérprete:

O profissional que domina a língua de sinais e a língua falada do país e que é qualificado para desempenhar a função de intérprete. No Brasil, o intérprete deve dominar a língua brasileira de sinais e língua portuguesa. Ele também pode dominar outras línguas, como o inglês, o espanhol, a língua de sinais americana e fazer a interpretação para a língua brasileira de sinais ou vice-versa (por exemplo, conferências internacionais). Além do domínio das línguas envolvidas no processo de tradução e interpretação, o profissional precisa ter qualificação específica para atuar como tal. Isso significa ter domínio dos processos, dos modelos, das estratégias e técnicas de tradução e interpretação. O profissional intérprete também deve

ter formação específica na área de sua atuação (por exemplo, a área da educação) (MEC/SEESP, 2004)

O povo surdo pode ser formado por surdos da zona rural, surdos da zona urbana, índio surdos, mulheres surdas, surdos sinalizados, surdos oralizados, surdos com implante coclear, surdocegas, surdo com múltiplas deficiências, surdos afrodescendentes, surdos homoafetivos (LGBTQI+) e outros que identificam com povo surdo apenas não pertencem à mesma comunidade surda.

Em situação que é o povo ao sentirem excluídos das comunidades ouvintes devido as representações sociais normalizadores que não aceitam a cultura surda - sujeitos surdos vivem nas comunidades ouvintes, mas não compartilham da mesma cultura deles que pode haver uma dispersão e consequentemente uma experiência diaspórica com deslocamento de sujeitos surdos da comunidade surda. Silva (2000, p. 41) apresenta o conceito:

Dispersão, em geral forçada, de um determinado povo por lugares diferentes do mundo. Na análise pós colonialista destacam-se a diáspora dos povos africanos, causada pelo escravista, e o movimento contemporânea de migração - visto como uma diáspora - dos povos das antigas colônias europeias para suas antigas metrópoles. Nessa análise, a existência de uma suposta identidade diaspórica está relacionada à noção antiessencialista de hibridismo.

Não podemos deixar de refletir que muito que une o povo, são traços culturais, artefatos, costumes ou línguas, entretanto, um fator de grande relevância é o território, visto que é nele que as pessoas vivem, convivem, travam relações e criam formas únicas de experimentar todos esses aspectos como um fenômeno local. Saquet (2004 *apud* CASTELLS, 1999, p. 113) conceitua:

O território é produzido no espaço temporalmente pelas relações de poder engendradas por um determinado grupo social. Dessa forma, pode ser temporário ou permanente e se efetiva em diferentes escadas, portanto, não apenas naquela convencionalmente conhecida como o **território nacional** sob gestão do Estado Nação.

A formação da identidade surda, ou das identidades surdas, é/são construída (s) a partir de comportamentos transmitidos coletivamente pelo povo surdo, que ocorre espontaneamente quando os sujeitos surdos encontram os outros membros surdos na comunidade surda.

Na teoria de Haesbaert (2003), a temática da desterritorialização tem sido centro de discussões na última década. O mundo vive atualmente um de seus

períodos mais contraditórios e complexos, com os efeitos da modernização que impõem novas geometrias aos espaços. A desterritorialização "é tratada como uma das marcas fundamentais de nosso tempo" (HAESBAERT, 2003, p.113). Haesbaert (2003, p.181) esclarece que, nos processos de desterritorialização/reterritorialização,

[...] estão imbricadas as dimensões política e cultural. Um processo de desterritorialização pode ser tanto simbólico, com a destruição de símbolos, marcos históricos, identidades, quanto concreto, material – político e/ou econômico, pela destruição de antigos laços/fronteiras econômico-políticos de integração. Também os indivíduos, classes e grupos sociais incorporam sempre, embora em diferentes níveis e escala, perspectivas desterritorializadas/desterritorializantes.

Para pessoas leigas é estranho assimilar que a pessoa surda está convivendo com pessoas ouvintes, em seu mesmo território, lugar, dividindo espaço, porém estão segregadas linguisticamente por utilizarem uma língua diferente da majoritária. Antes de adentrar temas tão difíceis como preconceito, discriminação, precisamos entender que o sujeito surdo está desterritorializado por fatores linguísticos. Para a abordagem dos conceitos de desterritorialização/reterritorialização:

[...] construímos um conceito de que gosto muito, o da desterritorialização. [...] precisamos às vezes inventar uma palavra bárbara para dar conta de uma noção com pretensão nova. A noção com pretensão nova é que não há território sem um vetor de saída do território, e não há saída do território, ou seja, desterritorialização, sem, ao mesmo tempo, um esforço para se reterritorialização em outra parte (HAESBAERT, 2009, p.99).

Após pesquisas sobre as possibilidades de amenizar a falta de acessibilidade linguística do povo surdo, devido à falta de políticas públicas que atendam às suas necessidades nos "lugares" sociais, identificamos um gravíssimo impedimento, ou seja, o de que não há acessibilidade linguística para os surdos. Isso não é nenhuma novidade para os surdos, pois presenciamos essas situações diariamente. As ações que promovam esta acessibilidade são urgentes, mas, não é fácil conseguir reverter este paradigma de exclusão linguística.

2.1. Espaço, território e lugar: de onde a comunidade surda fala

O Decreto nº 5.626/2005 apresenta em seus subtítulos as propostas básicas e necessárias para reverter este paradigma, são eles: Da inclusão da Libras como disciplina curricular; Da formação do Professor de Libras e do Instrutor de Libras; Do uso e da difusão da Libras e da Língua Portuguesa para o acesso das pessoas surdas à educação; Da formação do Tradutor e Intérprete de Libras – Língua Portuguesa; Da garantia do direito à educação das pessoas surdas ou com deficiência auditiva; Da garantia do direito à saúde das pessoas surdas ou com deficiência auditiva.

Como vimos, propostas teóricas já existem neste e em outros documentos oficiais. Resta como dificuldade e indagação a execução de tais medidas, para atender há mais de 10.700 mil sujeitos surdos, que falam com as mãos. O XIV do Decreto nº 5.626/2005 estabelece:

- I - Promover cursos de formação de professores para:
 - a) o ensino e uso da Libras;
 - b) a tradução e interpretação de Libras - Língua Portuguesa; e
 - c) o ensino da Língua Portuguesa, como segunda língua para pessoas surdas;
- II - Ofertar, obrigatoriamente, desde a educação infantil, o ensino da Libras e também da Língua Portuguesa, como segunda língua para alunos surdos;
- III - prover as escolas com:
 - a) professor de Libras ou instrutor de Libras;
 - b) tradutor e intérprete de Libras - Língua Portuguesa;
 - c) professor para o ensino de Língua Portuguesa como segunda língua para pessoas surdas; e
 - d) professor regente de classe com conhecimento acerca da singularidade linguística manifestada pelos alunos surdos.

Os itens supracitados são a base para a criação e funcionamento de escolas bilíngues com ênfase na educação de surdos. Os responsáveis legais pelo setor educacional no Brasil têm ciência dessas práticas que promovem a inclusão efetiva e que devem ser realizadas para que o surdo obtenha autonomia linguística e, consequentemente, social. Sem tais medidas inclusivas o povo surdo continuará a sobreviver com base no que é dito sobre eles, mas que não é dito por eles. É contra o silenciamento social pela qual resistiremos sempre. Outra forma de inclusão e acessibilidade social é exposta neste outro Decreto sobre que complementa essa matéria, como lemos abaixo:

§ 2º Para garantir o efetivo e amplo atendimento das pessoas surdas ou com deficiência auditiva, o Poder Público, as empresas concessionárias e permissionárias de serviços públicos e os órgãos da administração pública federal, direta e indireta, poderão utilizar intérpretes contratados especificamente para essa função ou central de intermediação de comunicação que garanta a oferta de atendimento presencial ou remoto, com intermediação por meio de recursos de videoconferência *on-line* e *webchat*, à pessoa surda ou com deficiência auditiva (Redação dada pelo Decreto nº 9.656, de 2018)

Neste parágrafo notamos a referência à criação de uma Central de Interpretação de Libras para intermediar a comunicação dos surdos nos ambientes e instituições públicas. O Decreto é válido em âmbito nacional, o que se observou é que após a divulgação deste documento “todos cruzaram os braços” como se esperassem que práticas inclusivas fossem “cair do céu”. Deve-se a este silenciamento social a falta de aplicação e funcionamento do que foi teorizado. Foi necessário que em seu espaço de convívio social o povo surdo, sempre liderado por um deles, se dispusesse a questionar o “sistema” sobre o porquê de tais medidas não terem sido colocadas em práticas ainda. Nesta conjuntura, adquirir conhecimento por intermédio da educação básica, superior, mestrado e, atualmente, passar pelo crivo em nível de doutorado nos deram experiências para fazer intermediações junto às pessoas surdas sul-mato-grossense, sem nenhuma pretensão política ou ativismo social. A luta é para que a Libras seja reconhecida e usada, pelo menos, na maioria das instituições públicas e privadas. Nossos interesses vão muito além dessas questões que, inúmeras vezes, receberam críticas que visavam desmerecer a luta das pessoas surdas, cuja bandeira é branca, com a consciência de que nada do que esperávamos “caiu do céu”, por isso as pessoas surdas resolveram se unir e lutar pela própria causa: a acessibilidade linguística.

2.2 A ocupação linguística como espaço de visibilidade social: a territorialização do espaço da comunidade surda.

A “ocupação” linguística, aqui no sentido de visibilidade social, é o nosso único meio de autodefesa, pois, enquanto as políticas públicas não vigorarem, não incorporarem às práticas educacionais e sociais, conforme está no Decreto

supracitado, não teremos o direito de nos expressar por intermédio da nossa língua natural e sermos respeitados enquanto cidadãos surdos. As propostas estabelecidas no Decreto podem ser comparadas, de forma simplória, a uma receita culinária, na qual está tudo registrado nos mínimos detalhes: os ingredientes e a quantidade ideal; a indicação do passo-a passo do que deve e como deve ser feito; o tempo de espera para que o produto final tenha forma, textura e sabor. De igual modo, o Decreto estipula, também nos mínimos detalhes, qual é o público que receberá os atendimentos, destaca em cada, parágrafo e/ou inciso as práticas necessárias de como as metodologias de ensino devem funcionar. Em síntese, temos uma “receita” perfeita. A questão é quando os surdos poderão usufruir dos direitos já garantidos por lei e pelo Decreto. Ao valorizar a Libras, valorizam-se os sujeitos que a têm como principal meio de comunicação, atribuindo-lhes o direito à fala/sinalização. Esta é apenas uma das questões que envolvem o processo de ressignificação, no sentido de identidade cultural dos surdos. Entendemos por desterritorialização o processo de retirar alguém de determinado território, espaço geográfico, e inserir em outro ambiente. Em outras palavras:

A Desterritorialização pode ser entendida como rompimento com as formas tradicionais, cujas estruturas de expressão permanecem ossificadas e “gastas” pelo uso indistinto, [...] O aspecto mais relevante da desterritorialização é o ritornelo, que na prática, significa a coexistência de três forças dinâmicas diferentes: o território inicial, que é o espaço criado para apartar as forças do caos; a desterritorialização, ou o abandono do espaço de origem e por fim, a reterritorialização, espaço de revolta (BOTTOS JÚNIOR, p. 7 -11)

Ao refletir sobre povo surdo, desterritorialização e território, para que possamos trabalhar com conceito muito caros para o Desenvolvimento Local como empoderamento, visibilidade, visibilidade velada, precisamos nos valer do conceito de lugar, pois as experiências individuais e em grupos, compreender as maneiras de ser e de agir, de como as pessoas se veem em relação ao lugar e os indivíduo e os grupos são fenômenos que se apresentam distintamente de acordo com o lugar se tornando manifestações únicas e complexas.

Segundo o pesquisador chinês Tuan (1995) refletindo sobre lugar afirma que os lugares humanos variam grandemente em tamanho. Uma poltrona perto

da lareira é um lugar, mas também o é um estado nação. Pequenos lugares podem ser conhecidos através da experiência direta, incluindo o sentido íntimo de cheirar e tocar. Uma grande região, tal como a do estado nação, está além da experiência direta da maioria das pessoas, mas pode ser transformada em lugar - uma localização de lealdade apaixonada - através do meio simbólico da arte, da educação e da política.

Protelar as ações propostas pelo Decreto em apreço é uma forma de desterritorializar linguisticamente o surdo de sua terra natal, de seu próprio país, da sua língua. Considerando que as pessoas ouvintes nascem com a possibilidade de aprender a língua materna, no caso a Língua Portuguesa, tanto na modalidade oral quanto na escrita, os surdos nascem com uma destas duas possibilidades: adquirir o aprendizado da Língua Portuguesa na modalidade escrita, se e somente se determinado sujeito for matriculado em uma escola bilíngue para surdos.

É neste aspecto que detectamos as consequências dos “silenciamentos” quanto à urgência de implementação do Decreto, que versa também sobre a criação de escolas bilíngues para surdos. Esta escola é uma forma de territorializar o surdo no seu lugar de origem, atribuindo-lhe competência e habilidade para expressar-se tanto pela sua língua materna, a Libras, quanto pela língua dominante no Brasil: a Língua Portuguesa na modalidade escrita. Ter a possibilidade de estabelecer comunicação nessas duas modalidades linguísticas resolveria grande parte dos problemas sociais vivenciados pelos surdos. Enquanto isso não acontecer os surdos viverão com o estranhamento de não ser compreendido em sua própria casa, como órfãos em uma terra em que a “mãe gentil” não sabe comunicar em Libras.

No Brasil, considerando a quantidade de surdos, existem pouquíssimas escolas bilíngues. No Estado de Mato Grosso do Sul, conforme pesquisas, não existe nenhuma escola bilíngue para surdos. Há alguns anos existia o Centro Estadual de Atendimento ao Deficiente da Audiocomunicação, que foi extinto em dezembro de 2016 com a justificativa de que havia poucas matrículas. É válido salientar que a autonomia linguística é a mais intensa forma de empoderamento. Retirar este direito do ser humano equivale a aniquilar o sujeito socialmente, subtraindo-lhe o direito de ir e vir do ponto de vista linguístico. A luta pela restituição do direito à aprendizagem linguística não pode continuar sendo banalizada, nem, tampouco, fazer “vista grossa”, isto é, fortalecer o silenciamento

quanto às práticas educacionais que formam a base para a ação e reação por intermédio da língua. Essas problemáticas só poderão ser solucionadas quando o povo surdo receber educação formal desde as séries iniciais até o nível de livre-docência, fundamentadas em ambas as línguas: primeiro a Libras, segundo a Língua Portuguesa.

2.3 A acessibilidade linguística para a comunidade surda: leis em vigor em Mato Grosso do Sul.

Umas das vertentes de pesquisa que também despertou interesse foi ter o conhecimento sobre a acessibilidade linguística para os surdos no estado de Mato Grosso do Sul, como indicam os documentos oficiais, a saber:

1 Lei nº 5382, no dia 22 de agosto de 2019, que altera o 2º da Lei nº 1.693 de 12 de setembro de 1996, que reconhece, no Estado de Mato Grosso do Sul, a língua gestual, codificada na Língua Brasileira de Sinais – Libras, como meio de comunicação objetiva de uso corrente, e dá outras providências;

2 Lei Municipal nº 2.997, de 10 de novembro de 1993, que dispõe sobre o reconhecimento oficial, no município de Campo Grande, como meio de comunicação objetiva e de uso corrente, a linguagem gestual codificada na Língua Brasileira de Sinais – Libras;

3 Lei nº 4.294, de 05 de julho de 2005, que altera dispositivos da Lei nº 2.997, de 10 de novembro de 1.993;

4 Lei Municipal nº. 5.206/13, de 19/07/2013, que dispõe sobre a inserção do intérprete da Língua Brasileira de Sinais (Libras), em todos os eventos públicos oficiais realizados pelo executivo municipal no município de Campo Grande/MS;

5 Lei Ordinária nº. 2.551/2017, que reconhece no município de Aquidauana, Mato Grosso do Sul, a língua gestual, codificada na Língua Brasileira de Sinais – Libras, como meio de comunicação objetiva de uso corrente e dá outras providências;

6 Lei nº 627/2012, que institui o Dia do Surdo, no município de Bodoquena e dá outras providências;

7 Lei Ordinária nº 3311/2009 de 28 de outubro de 2009, que institui o dia municipal do Tradutor e Intérprete da Língua Brasileira de Sinais – Libras, no município de Dourados, Mato Grosso do Sul;

8 Lei nº 1.921, de 15 de abril de 2015, que dispõe sobre as diretrizes para a Política Municipal sobre a utilização da Língua Brasileira de Sinais – Libras, nas repartições públicas municipais de Naviraí-MS, por meio de campanhas de orientação, e dá outras providências;

9 Lei nº 3473 de 20 de novembro de 2018, que cria a central de interpretação da Língua Brasileira de Sinais - Libras e guias - intérpretes para pessoas com deficiência auditiva, na cidade de Três Lagoas, e dá outras providências.

10 Lei nº 3421 de 17 de julho de 2018, que Reconhece a Língua Brasileira de Sinais - Libras, como língua de instrução e meio de comunicação objetiva e de uso corrente da comunidade surda, no âmbito do município de Três Lagoas e dá outras providências.

10 Lei nº 2535/2011, que institui o Dia Municipal dos Surdos e dá outras providências.

11 Lei nº. 3.622, DE 10 de Dezembro de 2019, institui no Município de Três Lagoas o Dia Municipal do Tradutor/Intérprete da Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS.

12 Lei nº. 5.442, de 26 de novembro de 2019, dispõe sobre a obrigatoriedade das provas de redação e questões dissertativas em concursos públicos, vestibulares e processos seletivos de qualquer natureza, realizados por pessoa surda serem corrigidas por profissionais formados em LIBRAS e que a considere como primeira língua.

13 Lei nº 5.459, de 16 de dezembro de 2019, inclui no Calendário Oficial de Eventos do Estado de Mato Grosso do Sul, instituído pela Lei nº 3.945, de 4 de agosto de 2010, o Dia Estadual do Tradutor - Intérprete da Língua Brasileira de Sinais – Libras.

14 Lei nº 6.341, de 27 de novembro de 2019, autoriza a criação do Centro Municipal de Interpretação de Libras de Campo Grande (CMILCG) para pessoas surdas e/ou com deficiência auditiva e dá outras providências.

15 Lei Ordinária nº 2.654/2019, de 20 de dezembro de 2019, cria a Central Municipal de Intérpretes da Língua Brasileira de Sinais – Libras – Aquidauana e determina outras providências.

16. Lei nº 5.442, de 26 de novembro de 2019, dispõe sobre a obrigatoriedade das provas de redação e questões dissertativas em concursos

públicos, vestibulares e processos seletivos de qualquer natureza, realizados por pessoa surda serem corrigidas por profissionais formados em LIBRAS e que a considere como primeira língua.

17. **Lei nº 5.537, 13 de julho de 2020.** Concede, à gestante surda, o direito a um intérprete da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS), para acompanhar a consulta pré-natal, trabalho de parto e pós-parto no âmbito do Estado de Mato Grosso do Sul.

18. **Lei nº 1.970, de 13 de março de 2020,** dispõe sobre a criação do Centro Municipal de Interpretação de Libras de Maracaju (CMIL) para pessoas surdas e/ou portadoras de deficiência auditiva, e dá outras providências.

19. **Lei nº 3.311, de 28 de outubro de 2009,** “Institui o dia Municipal do Tradutor e Interprete da Língua Brasileira de Sinais – Libras em Dourados.

20. **Lei nº 2.551, 18 de dezembro de 2017,** “Reconhece no município de Aquidauana – Mato Grosso do Sul, A língua gestual, codificada na Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS, como meio de comunicação objetiva de uso corrente e dá outras providências. ”

Esta pesquisa trouxe à tona mais evidências do descaso social para com o povo surdo, o silenciamento na execução das leis e decretos no que concerne às propostas que beneficiam as pessoas surdas no âmbito pessoal e social. Ficou acentuadamente claro que dos 79 municípios de Mato Grosso do Sul, apenas 5 têm a Libras reconhecida como meio de comunicação e expressão social (Aquidauana, Campo Grande, Dourados, Naviraí e Três Lagoas).

Algumas medidas práticas já foram efetivadas com o objetivo de socializar os surdos, de tornar acessível linguisticamente alguns lugares sociais por intermédio das CILs. Obviamente que isso não é suficiente, mas comparando com os municípios que não oferecem nenhum meio de acessibilidade linguística para os surdos, isto já é, sem dúvida, um estimável avanço.

São denominados protagonistas os sujeitos que lutaram para ampliar, linguisticamente, o desenvolvimento destes municípios; para territorializar os surdos nos lugares sociais.

Neste sentido, este desenvolvimento, que além de linguístico pode ser entendido como um desenvolvimento ideológico, pois, via de regra, o pensamento é anterior à linguagem, dito de outra forma, a ideologia é anterior às ações. Dessa forma, é necessário entendê-la como abordagem de uma perspectiva histórica e

multidimensional, envolvendo aspectos de ordem econômica, social, organizacional, ambiental, cultural, tecnológica, humana, política e ética. De acordo com esta discussão Tenório (2007, p. 7) afirma que:

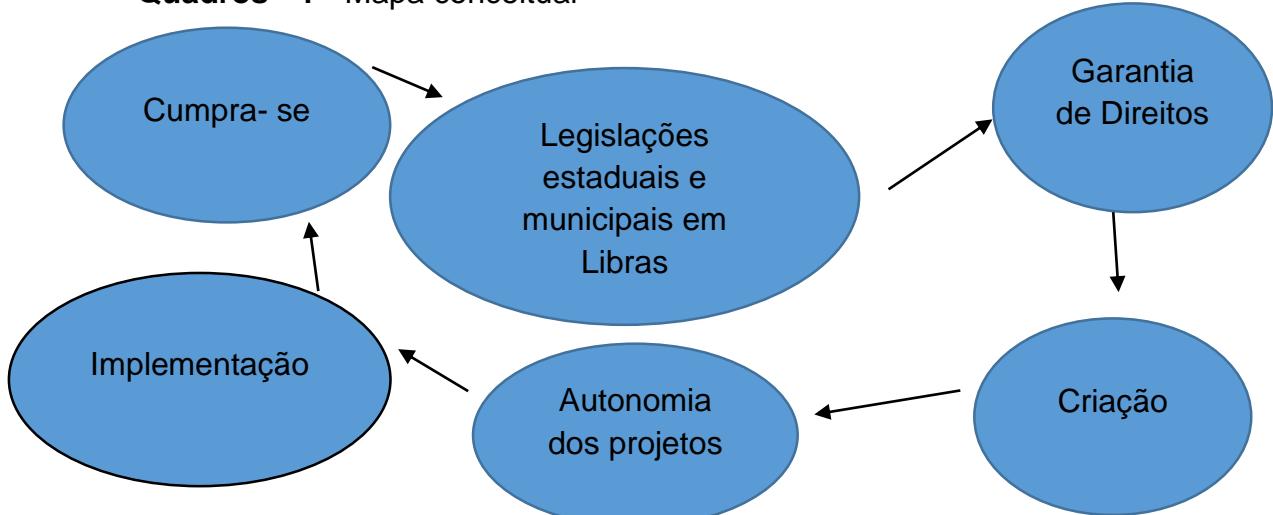
Pensar o desenvolvimento local requer o envolvimento de diversas dimensões: econômica, social, cultural, ambiental e físico-cultural, político-institucional e científico-tecnológica. Implica considerar os diferentes aspectos de inter-relacionamento ativo dos diversos atores da sociedade. Nesse sentido importa, necessariamente, uma profunda transformação das relações sociais – não apenas dos processos gerenciais e técnicos de produção – incluindo também a preservação ambiental, posto que a incorporação dessa dimensão às estratégias, programas e projetos de desenvolvimento tem como objetivo assegurar melhores condições materiais e a sustentabilidade do território, segundo as suas condições e vocações.

Com base nas pesquisas, apenas Campo Grande, a capital, tem também a lei municipal pelo Dia dos Surdos desde 2000, e o município de Três Lagoas desde 2005. Na dimensão estadual, o Dia dos Surdos é comemorado desde 2001. Teoricamente a sociedade já tem conhecimento da existência de pessoas surdas, porém a legislação pode ser comparada, para os surdos, como um documento de registro de nascimento. Seguindo este raciocínio, os surdos que vivem nos municípios que não têm normas sobre as pessoas surdas vivem na invisibilidade linguística e social. Compreendemos que nestes municípios há a ausência de surdos protagonistas que lutam pela causa de seu povo, de sua língua, cultura, identidade, visibilidade e empoderamento social.

A tese de Fábio Bezerra de Brito em 2013 trouxe como tema o “Movimento social surdo: campanha e oficialização da língua de sinais”, nela constata-se que é imprescindível, também, fortalecer o movimento surdo por meio de práticas que os incluem linguisticamente; é preciso criar novos caminhos ou efetivar os caminhos já propostos pelos documentos oficiais.

Exteriorizar as ideias necessárias para a inclusão social dos surdos de forma imagética é assim:

Quadros º 1 - Mapa conceitual



Fonte: elaboração própria (2019)

Primeiramente, é necessário estabelecer diálogo presencial com o Prefeito e algum Vereador dos municípios para que possa ser detalhado alguns pontos de extrema importância como, por exemplo, explicar o que é Libras e a relevância da CIL para a inclusão social dos surdos. Outro aspecto a ser esclarecido refere-se ao fato de que a primeira medida a ser tomada deve ser a votação, aprovação e sanção da Libras por meio da lei. Posteriormente, poderemos avançar com os demais projetos, pois, como sabemos, a lei é o que atribui segurança dos direitos adquiridos. Assim, havendo ou não transição de governos, estaremos amparados pela lei. A LBI nº 13.146/15 versa sobre a acessibilidade, atendimento e inclusão social. Voltando ao assunto, o Decreto nº 5.626/05 afirma que a criação de CIL é de responsabilidade da Associação de Surdos, caso não haja esta instituição as providências devem ser tomadas pela Feneis. Além disso, é preciso estabelecer convênio entre as Secretarias de Assistência Social e Educação, avaliar a fluência dos tradutores intérpretes de Libras que atuarão nas Centrais de Interpretação de Libras - CILs e também rever a questão salarial desses profissionais. É necessário elaborar e/ou reestruturar tudo nos mínimos detalhes para garantir uma acessibilidade linguística com estabilidade e responsabilidade social.

3. QUEM SOMOS

Existem várias formas, aspectos e preceitos para responder à pergunta de Quem Somos, a filosofia por séculos se ateve e até hoje se atem a este fenômeno. No ano de 1986 o doutor em filosofia Battista Mondin em seu livro intitulado:

“Elementos de Antropologia Filosófica - O Homem, Quem é Ele”, ele discute mais de 30 aspectos que podem responde à questão. No capítulo anterior apresentamos o povo surdo, sua relação com o território e espaço, um pouco da relação entre surdos e ouvintes, porem antes de enfatizarmos o surdo historicamente, vamos iniciar o conceito de pessoa surda a partir do conceito jurídico mais atual que temos, porem sobre o aspecto cultural, “considera-se pessoa surda aquela que, por ter perda auditiva, comprehende e interage com o mundo por meio de experiências visuais, manifestando sua cultura principalmente pelo uso da Língua Brasileira de Sinais - Libras” e ainda no conceito jurídico sobre o aspecto da medicina: “Considera-se deficiência auditiva a perda bilateral, parcial ou total, de quarenta e um decibéis (dB) ou mais, aferida por audiograma nas frequências de 500Hz, 1.000Hz, 2.000Hz e 3.000Hz” (BRASIL, 2005).

3.1. Contextualizando a nossa história.

Foi necessário, para endossar nossas reflexões, debruçar sobre pesquisas relacionadas ao tema proposto, objetivando aprofundar conceitos e teorias desde a Antiguidade, para ser mais exato, desde os primeiros “acontecimentos linguísticos”, isto é, segundo Guilhaumou (1997), quando os indivíduos passaram a ter consciência de falar a própria língua, relatados pelo discurso bíblico, até os últimos “acontecimentos sociais” envolvendo o processo de representação do surdo pelo viés dos sujeitos ouvintes em contraposição à representação do surdo pelo viés dos próprios surdos. Isabelli Verri (2009, p. 175), define o termo invisibilidade social como:

Um conceito que foi criado para designar as pessoas que ficam invisíveis socialmente, seja por preconceito ou indiferença. Esse conceito é bastante amplo, abarcando os vários fatores que levam a uma invisibilidade, tais como sociais, estéticos, econômicos, históricos, culturais, etc. [...] sempre ocorre em um contexto [no qual] haja relações hierarquizadas, mesmo que irrefletido, e atingindo exclusivamente aqueles que estão à margem da sociedade.

Em conformidade com este conceito, inferimos que ser invisível, então, grosso modo, é viver nas sombras, dependente, camuflado, subordinado, inferiorizado, coadjuvante e não ser notada a presença, entre outras características.

São exatamente essas as características atribuídas aos surdos no que concerne à nossa singularidade linguística.

Elencamos também que, de acordo com Pêcheux (1983-1990) (2002, p.17), “O acontecimento é o ponto de encontro entre uma atualidade e uma memória”. O acontecimento histórico é apreendido na formulação dos enunciados que se entrecruzam e dão consistência ao dizer. A historicidade se faz notar no discurso pelo trabalho da memória que irrompe na atualidade. Assim, produzimos um acontecimento discursivo ao eclodirmos memória e atualidade, impedindo que toda essa trajetória histórica residisse apenas no mundo das ideias, mas que seja impetuoso e perpetuado no mundo dos acontecimentos.

Saber quem somos, por mais que pareça muito evidente, para nós surdos, foi uma temática amplamente discutida pelos ouvintes desde que a presença do surdo foi notada na história da humanidade. A História registrou diversas formas e tentativas de explicar a nossa formação identitária, cultural e principalmente linguística. Certo é que, quanto mais antigo for o (pré) conceito sobre quem somos, mais retrógada será a definição sobre nós. Talvez porque, dependendo da época, o surdo nunca tenha sido inquirido sobre si mesmo.

A História, em seu sentido estrito, encarregou-se de arquivar as díspares convicções sobre o povo surdo. Para Strobel (2012), o povo surdo é constituído de pessoas surdas fluentes em Libras e devido a isso se aproximam e comungam de objetivos e modo de interagir com o mundo, ou seja, por meio da experiência visual. Fundamentados nessa concepção analisaremos alguns “acontecimentos” que deram “visibilidade” ao “deficiente”, mas precisamente neste estudo, o surdo, com sentido reprovativo, pelo viés da audição. Inúmeros pesquisadores, filósofos e profissionais atuantes em diferentes áreas do conhecimento, como a medicina, propuseram um estudo físico e intelectual no intuito de desvendar a impenetrabilidade física, intelectual e social sobre os surdos.

Aristóteles (séc. IV a.C.) considerava os surdos também mudos, e acreditava que a linguagem dava condição de humano para o indivíduo, sendo o surdo considerado não-humano se não tivesse a linguagem. Sobre esta teoria imposta por este conceituado filósofo ouvinte temos algo a acrescentar enquanto pesquisador surdo, afirmando que ele estava completamente correto ao afirmar que a linguagem dava condição de humano para o indivíduo, todavia, estava absolutamente incorreto ao declarar que o Surdo não tinha a linguagem, aliás, uma

língua. O surdo não tinha a linguagem oralizada e acesso a recursos auditivos, mas tinha a língua de sinais, viso-espacial. Toda a inconsistência de sua proclamação reside no fato de que, naquela época, a nossa língua, a língua de sinais, não era objeto de pesquisa dos intelectuais. Por um lado, ele tinha razão, a linguagem constitui o indivíduo. Por outro lado, lhe faltava o conhecimento de que sim, existia a nossa língua, que estava perante os seus olhos, e incutida em nossas mãos.

Além da teoria preconizada de o surdo “não possuir linguagem”, Aristóteles difundiu a ideia de que a surdez era uma forma de punir, castigar algumas pessoas, que a surdez era fruto de algum pecado cometido pelos familiares. A incoerência nas ideias era tão petrificada que atualmente sabemos que a surdez ocorre por características físicas, genéticas e não espirituais, como foi insanamente disseminado.

Dados históricos, conforme constam da Bíblia, retratam a situação de invisibilidade e exclusão social imposta às pessoas com deficiência. As duas opções de sobrevivência eram as seguintes: ou recebiam um milagre ou viviam à procura e/ou espera por ele. No Evangelho Segundo São João, no capítulo cinco lemos que:

^{5,1} Depois disto havia uma festa entre os judeus, e Jesus subiu a Jerusalém. ² Ora, em Jerusalém há, próximo à porta das ovelhas, um tanque, chamado em hebreu Betesda, o qual tem cinco alpendres. ³ Nestes jazia grande multidão de enfermos, cegos, mancos e ressecados, esperando o movimento da água. ⁴ Porquanto um anjo descia em certo tempo ao tanque, e agitava a água; e o primeiro que ali descia, depois do movimento da água, sarava de qualquer enfermidade que tivesse. ⁵ E estava ali um homem que, havia trinta e oito anos, se achava enfermo (Grifo nosso).

Posto isso, é possível inferir que, na época de Jesus, havia um reduto de pessoas com alguma deficiência e que este grupo marginalizado pela sociedade não tinha outro recurso a não ser esperar por um milagre. O verbo esperar, conjugado no gerúndio, “esperando”, foi o que mais despertou reflexão, pois pode ser usado como exemplo para compararmos e comprovarmos que as pessoas com deficiência migraram da situação de paciente, no sentido de esperar de forma inerte ações que lhes beneficiassem para pertencer ao grupo de pessoas agentes, isto é, ativas na busca por direitos, valorização, empoderamento e protagonismo social, totalmente oposto ao cenário bíblico.

É sabido que aquele homem esperou por trinta e oito anos para receber um milagre. Mas é possível notar como tudo muda com a atitude de Jesus. Ele viu a situação do homem, aproximou-se dele e perguntou:

“⁶ Queres ficar curado?” ⁷ O enfermo respondeu: “Senhor, não tenho ninguém que me leve à piscina, quando a água se movimenta. Quando estou chegando, outro entra na minha frente”. ⁸ Jesus lhe disse: “Levanta-te, pega a tua maca e anda”. ⁹ No mesmo instante, o homem ficou curado, pegou sua maca e começou a andar.

É sabido também que a Língua de Sinais (LS) teve o seu uso corrente proibido por um período de 100 anos (1880 a 1980) no uso social. Neste período não há registro de nenhuma temática benéfica envolvendo pessoas com deficiência.

Prova disso são as teorias coerentemente difundidas por Charles-Michel de L'Epée, fundador do Instituto Nacional para Surdos-Mudos em Paris, que construiu um sistema baseado na língua de sinais, abordando com base em pesquisas a sua percepção sobre as dificuldades linguísticas enfrentadas pelos surdos. L'Epée incentivou e promoveu a aprendizagem por meio da comunicação pelo uso da Língua de Sinais. Por ser francês, ele alçou a França no patamar de primeiro país a valorizar o surdo e a sua língua. Posteriormente, seguindo as regras básicas de valorização e reconhecimento da língua de sinais, os Estados Unidos, representado por Gallaudet, colocou em pauta discussões sobre o método de ensino especialmente para atender às necessidades e dificuldades apresentadas pelos surdos no contato com a sociedade e sua língua majoritária, nas primeiras iniciativas de atuação em sociedade de forma consciente e autônoma (ROCHA, 2008).

Gallaudet pesquisou, na França, os métodos de ensino de Língua de Sinais para surdos que obtiveram sucesso em sua aplicação. Por isso, muitos sinais foram adaptados e/ou ocorreu empréstimo linguístico para a Língua de Sinais Americana (ASL), transferindo aos surdos capacidade de expor suas ideias, sentimentos e posicionamentos perante a sociedade, atribuindo-lhes independência, fortalecendo à língua e, inerentemente, ao povo surdo, iniciando, dessa forma, alguns resquícios de protagonismo pessoal e social (ROCHA, 2008).

Um dos espaços sociais capazes de atribuir efetivo protagonismo à pessoa surda foi criado em 1864, a primeira faculdade para surdos fundada por Édouard Gallaudet, filho de Thomas Gallaudet, autorizada pelo Congresso americano e

localizada em Washington. Até então, vários acontecimentos sociais marcaram a História da Educação de Surdos.

Todos os positivos e eficazes avanços conquistados pelo povo surdo foi “aprisionado” em 1880 em Milão, na Itália. É função da História registrar os acontecimentos, sejam eles honrosos sejam eles desonrosos. Posto isto, o “desastroso” Congresso de Milão, dominado assim por ouvintes, colocou em pauta para “votação” a ideia de que a educação de surdos deveria ser fundamentada em métodos orais, e que o uso da Língua de Sinais deveria, a partir daquele dia, ser extinto. Esta devastadora ideia invadiu a sociedade europeia e em pouquíssimo tempo o “mundo surdo” foi absorvido pelo “mundo ouvinte”.

Este foi um dos acontecimentos negativos registrados na história do povo surdo. Ser proibido de fazer uso de sua língua natural para fazer uso de uma língua oral-auditiva foi uma das piores marcas que a História nos deixou. O método de ensino oralista perdurou por 100 anos. sobrevivemos a “cem anos de escravidão”, de subserviência e de desprestígio linguístico e social. Por 100 anos, propondo uma breve parábola, nós esperamos o reconhecimento de nossa língua, ficamos à espera de um milagre, assim como o paralítico de Betesda, pois estávamos à mercê da opinião e da atitude alheias.

O professor inglês Willian Stokoe foi o nosso “resgatador”. Por meio de suas inúmeras pesquisas provou a importância do uso da Língua de Sinais para o povo surdo, comprovou que a faculdade mental dos surdos não é afetada por usar outra forma de comunicação, que nós somos capazes de viver em sociedade se tivermos o direito ao uso da nossa língua. Ele conseguiu romper e instabilizar o discurso dominante e atrair e propor que o método ouvintista fosse revisto. Desde então nós passamos por um período de Renascimento linguístico, cultural, identitário e social (SACKS, 1998).

Em 1857, foi criada no Brasil uma escola direcionada para o atendimento de estudantes surdos. O professor surdo E. Huet veio da França para desenvolver esta prática educacional amparado por Dom Pedro II que tinha amplo interesse nesta proposta de ensino, visando atender aos filhos surdos da elite carioca. Atualmente essa escola é conhecida pela sigla Ines (Instituto Nacional de Educação de Surdos). Ela serviu de referência para a criação de escolas bilíngues em alguns lugares do Brasil (ROCHA, 2008). Até este momento histórico da Educação de surdos no Brasil fazemos a seguinte reflexão: O Ines é a nossa raiz educacional

brasileira, somos herdeiros do tesouro linguístico que foi transferido para a educação formal de surdos competentes, profissionais e protagonistas na sociedade.

Uma das primeiras medidas tomadas em 1880, após a proibição do uso da Língua de Sinais, no Congresso de Milão, a atitude aprovada pelos membros ouvintes internacionais no intuito de expandir o método oralista foi exonerar a contratação de professores surdos e substituí-los por professores ouvintes ofertando ensino para estudantes surdos, visando provar que era possível que os surdos tivessem a possibilidade de estabelecer comunicação por meio do uso da voz. Os surdos perderam o espaço de atuação inicialmente no âmbito educacional e, posteriormente, em todos os espaços sociais. Acreditava-se que o método oralista causaria amplo desenvolvimento na educação de surdos no convívio social, ocasionando um sistema ditatorial nas práticas de ensino (SKLIAR, 1998).

Propomos nesta pesquisa apresentar os surdos pelo viés do protagonismo social perpassando pelo método de fenomenologia. Discutir estes termos é a base conceitual desta tese. Pelo viés do povo surdo a fenomenologia é capaz de proporcionar formas de visibilidade social. Albre (2008) pesquisou e publicou sobre Educação de Surdos de Mato Grosso do Sul. Foi ela quem apresentou a história da criação da Assums em 1982. Ela mostrou o processo de luta pelo protagonismo na comunidade surda mostrou também que os surdos ainda não são percebidos na sociedade. Detectou a falha e preocupação com as crianças surdas quanto a questões relacionadas à identidade e valorização social.

Em 1986, conforme Albre, no Decreto nº 3.546, de 17 de abril de 1986, o Ceada objetivava o atendimento aos deficientes auditivos. A base de ensino seguia o método oralista, imposto pela Associação, que, naquele momento obedecia a ordens superiores ouvintistas, mas que iniciava a luta pela valorização do ensino da Libras como primeira língua em sua modalidade viso-espacial, sinalizada. Tal valorização linguística fez refletirmos e pesquisamos o “ser surdo” enquanto ser humano dotado de saberes e valores linguísticos, no entanto, o problema maior ainda reside na quase “impossibilidade” efetiva de sociabilização inteiramente social por intermédio do uso da Libras. Merleau-Ponty (2009) critica o veículo de comunicação padronizado socialmente, questionando se o corpo se manifesta de uma única forma.

Em Mato Grosso do Sul os surdos iniciaram atuações protagonistas ao começarem a frequentar a educação superior, universidades regulares, mesmo sem a intermediação dos conteúdos feita por tradutores intérpretes de Libras (TILS).

Os cursos superiores também priorizam o ensino pelo viés do método oralista. As pioneiras e desbravadoras surdas, Zanubia Dada e Shirley Vilhalva sofreram muito neste período. Os 100 anos de escravidão linguística ainda que deixaram resquícios da destruição identitária, cultural e social. Elas são símbolos de resistência contra o sistema predominante, pois receberam influências da Associação de Surdos de Mato Grosso do Sul (Assums) e do Ceada, instituições que, com o passar do tempo, se tornaram habilitadas para transmitir conhecimentos gerais e específicos sobre a formação de cidadãos preparando-os para serem agentes sociais conscientes da luta que precisava ser enfrentada se quisessem ser protagonistas e viver com dignidade social.

Tivemos a oportunidade de elaborar uma pesquisa que destaca a evolução na história da educação de surdos que conseguiram driblar o “sistema” e que estão fixando raízes e sendo contemplados no conceito de fenomenologia no campo da surdez.

Com relação aos protagonistas da comunidade surda em Mato Grosso do Sul, é relevante observar a tabela de formação de surdos desde 1988 a 2018.

Tabela nº 1- Formação Superior dos Surdos de Mato Grosso do Sul

NOME	ANO	FORMAÇÃO	UNIVERSIDADE
Zanubia Dada	1987	Matemática	FUCMT
Shirley Vilhalva	1988	Pedagogia	FUCMT
Jucimara Nichimura	2000	Geografia	UFMS
Clara Ramos Pedroza	2004	Pedagogia	UCDB
Helen Trefzger Ballock	2004	Pedagogia	UCDB
Glaysson Rhener Rocha	2005	Ciências Contábeis	FINAV
Edio Tadeu W. Sain	2005	Educação Física	UCDB
Gustavo Alper	2006	Direito	UNAES
Luana Serra Rodrigues	2008	Fisioterapia	UNIDERP
Evandro Mariano Pereira	2008	Educação Física	FINAV
Samuel Ferreira Souza	2010	Serviço Social	UCDB
Eliane Francisca Ochiuto	2010	Letras	UEMS
Elizeia Fonseca Molina	2010	Pedagogia	UCDB
Eliane Vieira da Silva Costa	2010	Pedagogia	UNIDERP
Adriano de Oliveira Gianotto	2012	Pedagogia	Uniasselvi
Marcello Dias Pereira	2012	Pedagogia	Uniasselvi
Eliane Negreiros de Lima	2012	Pedagogia	Uniasselvi
Angela Maria França Paes	2012	Pedagogia	Uniasselvi
Elisa Ferreira Paulino Borges	2012	Letras Libras	UFSC/UFGD

Carlos Magno Terrazas Leonel	2012	Letras Libras	UFSC/UFGD
Elaine Aparecida de Oliveira	2012	Letras Libras	UFSC/UFGD
Ana Paula de Fernandes	2012	Letras Libras	UFSC/UFGD
Ariela Carloto da Silva	2012	Letras	Uniderp
Welliton Santana de Arruda	2012	Letras Libras	UFSC/UFGD
Dayanne Lemes de Oliveira	2012	Letras Libras	UFSC/UFGD
Luciane de Liz Centurião	2012	Letras Libras	UFSC/UFGD
Jefferson Candia	2012	Letras Libras	UFSC/UFGD
Joao Paulo Romero Miranda	2012	Letras Libras	UFSC/UFGD
Cleydineth Trefzger Soares	2012	Pedagogia	Uterana
Marielle Milanez	2013	Pedagogia	Uniasselvi
Renato Borges Daniel	2013	Pedagogia	Uniasselvi
Andrea Lisboa Ferreira	2013	Pedagogia	Uniasselvi
Flávia Martinez Ortiz	2014	Letras	Uniasselvi
Ramon Peres Miguel	2014	Letras	Uniasselvi
Etiene Junior	2015	Arquitetura	Uniderp
Ana Paula Barreto da Silva	2017	Direito	UEMS
Danilo Marchetti	2017	Ciências de Computação	Uniderp
Katiane de Souza	2017	Letras Libras	UFGD
Michele Vieira de Oliveira	2017	Letras Libras	UFGD
Alessandra Cruz Daniel	2017	Letras Libras	UFGD
André Abi Rios	2017	Letras Libras	UFGD
Gabriel Alves Vital	2018	Pedagogia	UCDB
Elton Vilalba	2018	Educação Física	MAGSUL
Karen Maria de Lima Mariano	2019	Pedagogia	Unicesmar

Fonte: elaboração própria (2019)

A pesquisa traz dados de suma relevância histórica e social, pois é nítido que houve um extremo avanço na formação de surdos em nível superior, sem dúvidas, a Lei Federal nº 10.436/02 nos restituíu o direito ao uso corrente da nossa língua em sociedade e o Decreto nº 5.626/2005 trouxe à tona discussões sobre a formação educacional do surdo, promovendo o início da abertura de concursos que atendam este grupo social, seja em instituições federais, estaduais ou particulares. O nível de formação também é um dado extremamente relevante, pois notamos que, ainda em sua minoria, os surdos estão aprofundando os níveis de conhecimento tanto em nível superior quanto em nível de pós-graduação, mestrado e doutorado.

Restou nos descruzar os braços e liderar um grupo de pessoas que também queriam romper barreiras linguísticas em prol de um presente um pouco menos desigual por isso optamos pelo tema protagonismo surdo como objeto desta pesquisa. A nossa resposta para a sociedade é que o protagonismo pode advir de qualquer ser humano, independente das barreiras a que tenha sido exposto,

desmontar o paradigma social já é uma forma de protagonização., independentemente de ter sido um ganho pessoal ou coletivo.

Protagonizar é romper barreiras, neste contexto no ano de 2000, uma surda foi aprovada em um concurso público estadual, em Mato Grosso do Sul, para o cargo de docente. Foi uma forma de protagonismo para a comunidade surda e um exemplo a ser seguido. Em outro momento, três surdos também foram aprovados no concurso público para Administração, depois uma surda assumiu o cargo de professora.

Em 2014 abriu um concurso público para professor do magistério superior na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), dois surdos tomaram posse, um em Campo Grande e outro em Corumbá. Apresentamos a seguir a tabela de profissionais surdos atuantes nas universidades estaduais, federais e no setor privado, de Mato Grosso do Sul.

Tabela nº 2 - relação de professores surdos de Mato Grosso do Sul

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL - UFMS – FEDERAL				
Nome	Formação	Regime	Posse	Cidade
Adriano de Oliveira	Doutorado	Dedicação	Agosto/17	Campo
Gianotto		Exclusiva		Grande
Elaine Aparecida de Oliveira	Especialista	Dedicação	Julho/14	Campo
		Exclusiva		Grande
Joao Paulo Romero	Mestre	Dedicação	Julho/17	Corumbá
Miranda		Exclusiva		
Shirley Vilhalva	Doutorando	Dedicação	Agosto/17	Campo
		Exclusiva		Grande
UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS - UFGD – FEDERAL				
Nome	Formação	Regime	Posse	Cidade
Ana Paula Oliveira e Fernandes	Mestra	Dedicação Exclusiva	Agosto/14	Dourados
Eliane Francisca Alves da Silva Ochiuto	Doutoranda	Dedicação Exclusiva	Novembro/2015	Dourados
Fernanda Martins de Brito	Mestra	Dedicação Exclusiva	Maio/2017	Dourados
INSTITUTO FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL - IFMS – FEDERAL				
Nome	Formação	Regime	Posse	Cidade

Carlos Magno Terrazas	Especialista	Dedicação Exclusiva	Abril/2015	Coxim
Leonel				
UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MATO GROSSO DO SUL - UEMS - (ESTADUAL)				
Nome	Formação	Regime	Posse	Cidade
Marcello Dias Pereira	Especialista	Temporário	Fevereiro/2018	Campo Grande
INSTITUTO DE ENSINO SUPERIOR/FUNLEC - (PARTICULAR)				
Nome	Formação	Regime	Posse	Cidade
Elisa Ferreira Paulino Borges	Especialista	Temporário	Julho/14	Campo Grande
FATEC/SENAI - FACULDADE DE TECNOLOGIA (PARTICULAR)				
Nome	Formação	Regime	Posse	Cidade
Samuel Ferreira Souza	Especialista	Temporário		Campo Grande
FINAV - Faculdades Integradas de Naviraí/Grupo UNIESP - (PARTICULAR)				
Nome	Formação	Regime	Posse	Cidade
Glaysson Rhener Rocha	Especialista	Temporário		Naviraí
CENTRO DE CAPACITAÇÃO DE PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO E DE ATENDIMENTO AS PESSOAIS COM SURDEZ - CAS - (ESTADUAL)				
Nome	Formação	Regime	Posse	Cidade
André Abi Rios	Graduado	Temporário	2016	Campo Grande
Ariela Carloto	Especialista	Temporário	2014	Campo Grande
Clara Ramos Pedroza	Especialista	Temporário	2011	Campo Grande
Dayanne Lemes	Especialista	Temporário	2015	Campo Grande
Eliane Negreiros de Lima	Especialista	Temporário	2014	Campo Grande
Elizeia Fonesca Molina	Especialista	Temporário	2014	Campo Grande
Flávia Martinez Ortiz	Especialista	Temporário	2014	Campo Grande
Helen Trefgzer Ballock	Especialista	Temporário	2009	Campo Grande
Henry Carloto da Silva	Graduado	Temporário	2017	Campo Grande

Ramon Peres Miguel	Especialista	Temporário	2016	Campo Grande
Welliton Santana de Arruda	Especialista	Temporário	2011	Campo Grande
Zanubia Dada	Especialista	EFETIVO	AG/2000	Campo Grande
CENTRO ESTADUAL DE ATENDIMENTO AO DEFICIENTE DA AUDIOCOMUNICAÇÃO - CEADA - ESTADUAL				
Nome Formação Regime Posse Cidade				
Renato Borges Daniel	Graduado	Temporário	2007	Campo Grande
Kariane Kássia	Graduanda	Temporário	2011	Campo Grande
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - (MUNICIPAL)				
Nome Formação Regime Posse Cidade				
Eliane Vieira	Especialista	EFETIVO	Fev/2010	Campo Grande
Elisa Ferreira Paulino Borges	Especialista	Temporário	Março/2014	Campo Grande
Andrea Sanches Lisboa Ferreira	Especialista	Temporário	Fev/2013	Campo Grande
Willian D. Flores Prestes	Especialista	EFETIVO	Março/2012	Coronel Sapucaia
Luciane de Liz Centurião	Graduada	Temporário	Maio/2014	Dourados
Welington de Souza Xavier	Graduando	Temporário	Julho/2016	Nova Andradina
Glaysson Rhener Rocha	Especialista	EFETIVO	Maio/2015	Naviraí

Fonte: elaboração própria 2019

Nota-se que os surdos começaram a ocupar este lugar social de 2014 para cá, é importante salientar que a lei de Libras foi reconhecida em 2002 e decretada em 2005, o que nos faz refletir sobre a importância desta lei e decreto na transformação social e abertura de possibilidades no âmbito profissional. Sobre o nível de formação vemos que a maioria são especialistas e que temos poucos mestres e nenhum doutor. Pode-se inferir que os níveis superiores de ensino não estão adequados linguisticamente para garantir, a contento, a acessibilidade, permanência e conclusão nestas etapas de ensino, ou que a falta de acessibilidade

linguística fluente na educação básica tenha dificultado o ingresso de surdos nas etapas superiores. Percebe-se também que a maioria dos lugares sociais ocupados por surdos é na capital, Campo Grande, a minoria nas cidades de Dourados, Corumbá, Coxim, Naviraí, Coronel Sapucaia e Nova Andradina, isto é, sete municípios além da capital. Em que área atuam os surdos nos outros 71 municípios é uma reflexão que surgiu no decorrer desta análise. Outro fator refere-se à minoria de profissionais efetivos no cargo, acreditamos que isso deve-se ao fato de que o atraso em normatizar a Libras no Brasil, apenas em 2002, tenha causado este impacto minoritário no regime de emprego. Esperamos que em pesquisas futuras conste nesta tabela mais surdos atuantes, mais cidades e mais profissionais surdos atuando no regime de trabalho efetivo e com avanços no nível de formação.

3.2. Surdos e ouvintes: a importância dessa inter-relação.

A retrospectiva histórica da nossa trajetória de vida, desde o dia em que fomos diagnosticados como pessoa surda até o momento em que ocorreu o autorreconhecimento e a identificação com a língua natural, foi um processo pautado, inicialmente, em inter-relações, na qual consideramos ter sido o período mais conflituoso de nossa existência, até então, flutuante. Fazemos uso deste termo no sentido de estar à deriva, instável entre dois mundos: o mundo dos “viventes” e o dos “sobreviventes”.

Nesse “perambulante” período, nosso consciente não compreendia as informações projetadas para e sobre o nosso corpo, pois alguns sentidos sensoriais não faziam sentido intracorporal, não transpassam carga semântica a ponto de nos despertar para o mundo que queria apresentar-se, mas que não sabia, enquanto pedagogia, os novos e sombrios conhecimentos.

Para que as informações externas começassem a fazer sentido interno foi necessário resolver no impactante e revolucionário contato com o nosso tio, que também é surdo, o que eram todas aquelas formas que nos sobrevinham em formato de imagens, não de sinais, e muito menos em códigos orais, considerando que nosso pai e nossa mãe, ouvintes, não tinham conhecimento da Língua Brasileira de Sinais para nos explicar tudo o que havia naqueles mundos e quais eram as suas inter-relações, e que, nosso cognitivo não reconhecia aquelas informações, o processo de internalização de conhecimentos foi desde o início conflituoso.

Em 1982, foi criada, em Campo Grande/MS, a Associação de Surdos, este foi o espaço social que nos proporcionou autoconhecimento e aquisição linguística, nesta instituição foram iniciadas as relações de convivência com surdos e ouvintes, ou seja, pela inserção na Comunidade Surda. Aprendemos que o surdo tem cultura e identidade distintas da Comunidade Ouvinte, essencialmente por questões que envolvem a língua mãe dos surdos, e que ambos tentam conviver harmoniosamente em sociedade.

Com o passar dos anos e do contato corriqueiro com a Língua de Sinais, a língua que nos constitui enquanto sujeito social e por intermédio de nosso tio, adquirimos as primeiras experiências do mundo ao redor. Era claramente perceptível que a Libras seria a base de toda a nossa existência, por meio dela nosso tio compreendia nossos desejos e anseios. As pessoas que não “mexiam as mãos” não nos comprendiam. A partir desta observação notamos que o meu sistema cognitivo, a operacionalização interna já estava sedimentada para adquirir conhecimentos por meio da inter-relação com o “mundo dos ouvintes”. Este foi, indubitavelmente, o estágio de aprendizagem mais provocador, até então.

Razuck¹ (2011) ressalta que o fato de não haver intérprete no Ensino Infantil para a criança surda e, muitas das vezes, também no Ensino Regular cria, consequentemente, barreiras linguísticas no ambiente de ensino e aprendizagem, falta de interação direta, prejuízo e atraso não só linguístico e intelectual. Concluímos os estudos da 1^a série até a 4^a série sem a intermediação de um profissional Tradutor-Intérprete de Libras². Apenas em 1996, na 5^a série, a escola contratou os serviços deste profissional. Desde então conseguimos estabelecer frágil e também conflituosa relação com os estudantes ouvintes, que nunca demonstraram interesse em aprender a “língua dos surdos”.

Outra experiência de “inclusão escolar” ocorreu na Escola Estadual Lúcia Martins Coelho, onde foram matriculados cinco estudantes surdos e que também presenciaram dissabores como *bullying*, isolamento e preconceito linguístico, dentre

¹ Desenvolveu sua Tese de Doutorado em Educação, intitulada - A pessoa surda e suas possibilidades no processo de aprendizagem e escolarização, pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade de Brasília.

² Percebendo a importância da aquisição precoce da língua de sinais pelo surdo como sua primeira língua, e desta conscientização também por parte dos professores ouvintes na sala de aula (Brochado, 2013, Tese de Doutorado em Letras):acesso: https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/102476/brochado_smd_dr_assis.pdf?sequence=1&isAllowed=y

outros. Conceituado pesquisador desta temática, Razuck (2011, p. 234) considerou que:

[...] os sujeitos participantes dessa pesquisa não tiveram suas possibilidades relacionais favorecidas pela atuação dos profissionais envolvidos com seu processo educativo. Suas oportunidades de acesso estavam limitadas a simplificação de conteúdos escolares e poucas atitudes vislumbravam ampliar suas oportunidades de estreitamento de relações sociais, não estimulando sua inclusão.

Absorvemos distintas experiências na Educação Básica. Ao cursar Pedagogia, em 2006, idealizamos um espaço superior, acessível e efetivamente inclusivo em todos os aspectos, primordialmente linguístico. Foi decepcionante descobrir que o Ensino Superior também era marcado por práticas oralistas e que, desse modo, excluíam do sistema de ensino as pessoas que apresentavam qualquer deficiência. Existiam sete (7) surdos matriculados neste mesmo curso, no entanto não havia nenhuma forma de interação/ inter-relação entre os acadêmicos surdos e o corpo docente e discente ouvintes, éramos a minoria linguística neste espaço também, e não fomos respeitados enquanto sujeitos sociais.

A frustração era contínua. Na pós-graduação em Libras havia inter-relação linguística apenas entre quatro (4) surdos e dois (2) ouvintes. A pessoa que ocupava o cargo e a função de ensinar temas relacionados a Libras não sabia Libras, talvez ela soubesse questões teóricas sobre a Libras, mas na prática não estabelecia comunicação com os surdos. Intrigante o fato de uma pessoa que não sabe Libras ter o direito de estar ensinando sobre Libras. Era essa a nossa reflexão momentânea.

A nossa primeira tentativa de adentrar ao Mestrado em Educação, em 2013, não foi diferente. Existiam barreiras mais sofisticadas, porém eram as mesmas barreiras desde que tivemos o primeiro contato com ouvintes: a barreira linguística. Realizamos o processo seletivo concorrendo a uma vaga regular, com aprovação na prova escrita em Língua Portuguesa e também em Língua estrangeira, o Espanhol. Enquanto dependia dos nossos conhecimentos houve aprovação, o problema foi que, a partir daquela etapa, passamos a depender do que os avaliadores, os professores orientadores, isto é, que o espaço social denominado mestrado tivesse acessibilidade linguística. Mais uma vez ficamos no prejuízo pela ausência da inter-relação entre surdos e ouvintes por intermédio da Libras. Como se todos esses empecilhos fossem insuficientes, ainda existia a problemática da

escassez de profissionais tradutor-intérprete de Libras (TIL) fluentes para atuarem no mestrado.

Na segunda tentativa de obter o título de Mestre, em 2014, propondo um projeto de pesquisa sobre a temática “Desenvolvimento Local” fomos novamente aprovados em todas as etapas. O orientador desta dissertação, Dr. Heitor Romero Marques, assumiu toda a responsabilidade e considerou importante discutir a nossa proposta de pesquisa. Desde então foi criado um tripé desbravador, Orientador-Orientando-TIL, Priscila Keila de Mendonça Fernandes, na perspectiva de quebrar barreiras e paradigmas excludentes neste âmbito educacional. Quando propusemos o objeto de pesquisa estávamos, intrinsecamente, tornando invisível a tradicional e devastadora barreira linguística. Dessa forma chegamos à defesa e obtivemos o título de mestre.

Esta tese de doutorado trata sobre algumas questões relacionadas às barreiras e percalços enfrentados com bravura pelo sujeito surdo para tornar-se autônomo e protagonista social perante situações de invisibilidade e desprestígio linguístico e social, enfatiza também a importância da expansão dos conhecimentos, respeito e inter-relação entre surdos e ouvintes, visando um mundo mais acessível linguisticamente, como propõe a Lei nº 10.436/2002 e os preceitos de convivência social.

Razuck (2011) discute a importância da inter-relação entre surdos e ouvintes em todos os ambientes sociais. Ele destaca a instituição escolar como o principal espaço de enfrentamento e conflitos sociais, pois, de acordo com a Lei nº 10.436/2002, a Libras é a primeira língua (L1) utilizada pelo surdo para estabelecer comunicação. Em contraposição, os ouvintes fazem uso da Língua Portuguesa na modalidade oral e escrita no ato comunicativo. Incide, aqui, a base para o bloqueio de relação entre ambos. A Libras é a primeira língua usada pelos surdos, a segunda é, obrigatoriamente, a Língua Portuguesa. Esta, por sua vez, é a primeira língua articulada pelos ouvintes, àquela, por sua vez, não é, obrigatoriamente, a segunda língua por eles utilizada.

3.3. Percepções da fenomenologia sobre a surdez.

Propomos nesta pesquisa apresentar os surdos pelo viés do protagonismo social perpassando pelo método de fenomenologia. Discutir estes termos é a base conceitual desta tese. Pelo viés do povo surdo a fenomenologia é capaz de proporcionar formas de visibilidade social.

Edmund Husserl é considerado o pai da Fenomenologia, enquanto discussão filosófica aplicada à pesquisa³. Além de Edmundo Husserl, entre os grandes nomes da fenomenologia no século XX podemos destacar nomes como Jean Paul Sartre, Martin Heidegger, Max Scheler e Maurice Merleau-Ponty.

O termo fenômeno vem do idioma grego, *phainómenon*, que significa aquilo que se mostra ou se manifesta e *logía* é traduzida como estudo. Então podemos dizer que etimologicamente, fenomenologia pode ser entendida como o **estudo daquilo que se mostra ou se manifesta**. Por outro lado, a fenomenologia pode ser entendida como uma corrente idealista enquanto estudo da filosofia, uma vez que foca na mente pensante. Todavia, é preciso entender que o fenômeno que se mostra ou se manifesta precisa ser percebido. Por isso, o método fenomenológico adota sucessivas descrições do processo que se estabelece entre a manifestação do fenômeno em si e a percepção que dele se faz. Nesse sentido, a fenomenologia estuda os fenômenos da consciência buscando-se interpretá-los. Disso decorre que podemos dizer que o método de reflexão fenomenológico é empirista, intuitivo e descriptivo.

Em outros termos, o fenômeno significa aquilo que se mostra e como aparece aos olhos da percepção. Também se utiliza o termo epifania para dizer de algo que aparece, que se, sempre relacionado a um contexto. Nisso está o desafio do surdo e do ouvinte, no sentido se trabalhar na dimensão da consciência a mútua percepção do que um representa em si para o outro, notadamente quanto ao aspecto linguístico.

O surdo fica de algum modo fragilizado por não possuir a completa anatomo-fisiologia do aparelho auditivo. Tal fato implica o uso de uma linguística

³ E. Husserl (1859 – 1938) publicou sua obra fundante da fenomenologia, intitulada *Investigações Lógicas*, em 1901. Em Português pode ser consultado em HUSSERL, E. *Investigações Lógicas: sexta investigação: elementos de uma elucidação fenomenológica do conhecimento*. Tradução de Z. Loparic e A.M.A.C. Loparic. São Paulo: Nova Cultural, 1991.

especial com o uso das mãos para realizar a comunicação visual entre os humanos. Isso constitui um grande problema, envolvendo a filosofia, a cultura, a religião e educação. Os surdos clamam pela necessidade de serem percebidos nas manifestações fenomenológicas de identidade. Mãos, olhos e corpo são os meios pelos quais os surdos se manifestam diante as percepções da sociedade, que precisa compreender a cultura surda. O fenômeno surdo é poderoso na linguística visual e língua de sinais que se manifesta como um tesouro no sentido humano da expressão.

Skilar (1997, 2012) e Strobel (2009) esclarecem que os sujeitos ouvintes veem os sujeitos surdos como incapazes e incompetentes, as vezes zombam por eles serem diferentes. Wrigley (1996, p.71) apresenta em sua pesquisa que uma política ouvintista prevalece historicamente dentro do modelo clínico, e nisso há um problema de atitude reparadora e corretiva de surdez, afirmando tratar-se de doença. De acordo com o professor surdo doutor Rodrigo Rosso Marques (2005), ao defender sua tese de doutorado, apresenta uma prova de que não é deficiência a ser corrigida. Ser surdo, constitui um fenômeno que tem valor linguístico, e isso é o mais importante e fortalece a Experiência Visual. Rodrigo Rosso Marques (2012) explica que a investigação do que proporciona a experiência de ser surdo parece mais sustentável do que as “representações” que ela produz; o que lhes confere a possibilidade de construir estas experiências só podemos descrevê-las a partir de uma observação do corpo, a “experiência visual” passa a ser apenas um entre os vários aspectos e, mesmo assim, ela mesma se desprende em diversas partes a serem investigadas.

Esta experiência em nossa investigação privilegia o corpo. Precisamos que a percepção da diferença do ser humano surdo seja estabelecida. Via de regra as pessoas não conhecem e não sabem como se dá a percepção fenomênica dos surdos e como fazem suposições errôneas acerca da comunidade surda. Difícil saber qual a imagem que as pessoas têm diante da palavra Surdo. Os ouvintes não percebem a cultura no corpo do surdo. Há nisso uma experiência visual, é o primeiro entendimento do que é mundo. É preciso refletir para adquirir a cultura do ouvinte para viver “normal”, segundo a sociedade é preciso ouvir e falar mesmo que o surdo deva usar as mãos para a comunicação.

Merleau Ponty (2009) apresenta uma pesquisa que bem expressa isso, afirmando que é nesse sentido que nosso corpo é comparável a uma obra de arte.

Ele é um nó de significações vivas. Uma certa experiência do tático do braço significa uma certa experiência tática do antebraço e dos ombros, um certo aspecto visual do mesmo braço, não que as diferentes percepções táticas e as percepções visuais participem todas de um mesmo braço inteligível, como as visões perspectivas de um cubo da ideia do cubo, mas porque o braço visto e o braço tocado, como os diferentes segmentos do braço, fazem, em conjunto, um mesmo gesto.

É preciso aprofundamento na teoria de Merleau Ponty, pois acreditamos ser possível uma concepção especial como pessoa surda dadas às várias características que são importantes na interpretação visual com outro semelhante surdo e entre outras pessoas que têm características diferentes. Pessoas surdas tem cultura específica quanto o valor no corpo. Merleau-Ponty atribui uma importância especial ao corpo, como expressa em Carmo (2002), afirmando que para que se perceber a importância que ele atribui ao tema, basta olharmos para o esquema da sua obra *Fenomenologia da Percepção*: na primeira parte pensa o corpo iniciando-se pela sensação; na segunda parte, as análises levam à investigação no mundo percebido, passando pela sexualidade, motricidade e linguagem, para finalmente, na terceira parte, alcançar a discussão sobre a consciência, a temporalidade e a liberdade.

Há uma novidade na abordagem fenomenológica de Husserl no terreno da consciência e é essa a sua contribuição mais importante, embora a mais difícil⁴. Ele questiona se a consciência está no espírito ou no psíquico. Para ele não é possível, porque as três dimensões – corpo, psique e espírito só são conhecidos por nós porque temos consciência. Portanto, a consciência não é lugar físico, nem um lugar específico, nem é de caráter espiritual ou psíquico. É como um ponto de convergência das operações humanas, que fazemos como seres humanos. É interessante discutir o aprofundamento da questão espiritual. Defendemos que os surdos são espíritos e talentos no visual no mundo, os ouvintes nem sempre percebem os surdos na dimensão da cultura, da identidade, da linguística. É preciso que o ouvinte tenha consciência a respeito da língua para a alma dos surdos.

Pesquisa de aprofundamento de Rodrigo Rosso Marques (2012) esclarece que o conceito de deficiência, deve considerar que o corpo é capaz de superar

⁴ Para um aprofundamento da centralidade e radicalidade do conceito de consciência na fenomenologia de Husserl e discípulos, cf. ALES BELLO, A., 2003.

limitações por meio da construção de outras significações. Então não há por que considerá-lo deficiente, uma vez que, modificando-se, suprem as necessidades ditas “faltantes”, reagindo de forma diferente em relação ao meio. Já não se trata de um corpo deficiente, mas de um corpo diferente. A questão é que uma parcela expressiva das pessoas ouvintes fazem julgamento e pensam que é sim uma deficiência e que não existe valor de competência e autonomia. No caso dos surdos a deficiência tem a linguística, visualização e comunicação do corpo como recurso.

As pessoas surdas quando encontram alguém têm o direito de conversar em Língua de Sinais ou em Português; segundo suas experiências. Conversam sobre coisas, partilham assuntos familiares, sociais, culturais, econômicos, políticos, mas, em especial, é na apresentação das estratégias que utilizaram para implementar as línguas na comunidade surda que os espíritos fortalecem. Em sentido epistemológico a realidade, o corpo e experiência são os fatores de constituição da percepção, em termos da fenomenologia, na construção do conceito de identidade.

Muitas vezes o processo de transmissão cultural de surdos ocorre apenas com sujeitos surdos. A autonomia e competência, para a formação da consciência têm necessidade de espaço para que o povo surdo possa se reunir e resistir contra as práticas ouvintistas, que não respeitam a cultura surda. Skliar (1997) reflete sobre essa relação:

O ouvintismo – as representações dos ouvintes sobre a surdez e sobre os surdos – e o oralismo – a forma institucionalizada do ouvintismo – continuam sendo, ainda hoje, discursos hegemônicos em diferentes partes do mundo. Trata-se de um conjunto de representações dos ouvintes, a partir do qual o surdo está obrigado a olhar-se e a narrar-se como se fosse ouvinte. Além disso, é nesse olhar-se, e nesse narrar-se que acontecem as percepções do ser deficiente, do não ser ouvinte, percepções que legitimam as práticas terapêuticas habituais. (p.15)

Perlin ao ler Skliar diz que é claro que esta relação ideologia que surge do grupo hegemônico no caso o ouvinte é uma relação de poder, é uma relação de dominação, pois apresenta essa a partir da visão do ouvinte e não a do surdo.

O ouvintismo deriva de uma proximidade particular que se dá entre ouvintes e surdos, na qual o ouvinte sempre está em posição de superioridade. Uma segunda ideia é a de que não se pode entender

o ouvintismo sem que este seja entendido como uma configuração do poder ouvinte. Em sua forma oposicional ao surdo, o ouvinte estabelece uma relação de poder, de dominação em graus variados, onde predomina a hegemonia através do discurso e do saber. Academicamente esta palavra – ouvintismo – designa o estudo do surdo do ponto de vista da deficiência, da clinicalização e da necessidade de normalização (PERLIN, 1998, p. 58)

3.4. Empoderamento e valorização da pessoa surda pela ótica foucaultiana.

Michel Foucault, Max Weber e Pierre Bourdieu são alguns dos principais teóricos que conceituaram o termo empoderamento em seu sentido mais amplo, a ponto de imprimir no próprio vocábulo empoderamento um automático “poder”. Em outros termos, o léxico empoderamento, desde então, transfere “poder” para o próprio discurso; não apenas para o discurso, como também, para o produtor discursivo.

Dissertar sobre empoderamento também transmite ao pesquisador/escritor um sentimento de “poder”, mesmo que seja por pouco tempo, no momento em que faz uso deste termo. Conhecer o real significado e os “efeitos de sentido” por ela proporcionados, e mais do que isso, os efeitos de ação que ela ocasiona, é, de certa forma, o quesito mais incrível.

Uma análise fonológica e morfológica nos permite desvendar mais uma comprovação de potência da palavra empoderamento. Pertencente à classe dos substantivos, derivada de um verbo, que também compõe o seu radical (poder), daí a sua força, possui prefixo (em), sufixo (amento), vogal temática (a), sendo desta forma uma palavra parassintética (prefixo + radical +sufixo), notamos a razão de seu impacto quando é posta em evidência.

Os prefixos, vogais temáticas, desinências verbais e sufixos são extremamente importantes para o processo de formação das palavras. Não há dúvida de que o radical da palavra é que lhe atribuí potência, ou seja, poder linguístico. E, o poder da palavra empoderamento é tão impetuoso que o seu radical é justamente “poder”. Além de que, a sua sílaba tônica lhe garante *status* e classificação no grupo de vocábulos oxítonos.

A Análise do Discurso (AD), a Filosofia, a Sociologia, a Política são correntes teóricas que abordam o “poder” por diversas óticas. Interessa-nos, então,

o viés ideológico postulado pela AD, representado por Foucault⁵, que detalhou o conceito de poder:

É preciso não tomar o poder como um fenômeno de dominação maciço e homogêneo de um indivíduo sobre os outros, de um grupo sobre os outros, de uma classe sobre as outras; mas ter bem presente que o poder não é algo que se possa dividir entre aqueles que o possuem e o detém exclusivamente e aqueles que não o possuem. O poder deve ser analisado como algo que circula, ou melhor, como algo que só funciona em cadeia. Nunca está localizado aqui ou ali, nunca está nas mãos de alguns, nunca é apropriado como uma riqueza ou um bem. O poder funciona e se exerce em rede. Nas suas malhas os indivíduos não só circulam, mas estão sempre em posição de exercer este poder e de sofrer sua ação; nunca são o alvo inerte ou consentido do poder, são sempre centros de transmissão. Em outros termos, o poder não se aplica aos indivíduos, passa por eles (FOUCAULT, 2004, p. 193).

Por uma análise semântica podemos inferir que, para Foucault, o poder é o que rege o mundo, as relações sociais, que, se diga de passagem, nunca possuíram equidade em nenhum aspecto social, por isso, analisou o poder como uma “relação de forças” e, desta forma, o poder é onipresente, ultrapassa a ingênuas ideias de ação e posse sobre o do outro. O poder não consiste no mundo material, mas sim no campo das ideias, é a ideologia que perpassa o poder e este atravessa os sujeitos. O poder é um ser que “passeia” entre os seres; é o ser invisível que mais permeia os seres visíveis.

Tecer essas considerações sobre o radical “poder” nos permite visualizar, teoricamente, a potência atribuída ao termo empoderamento. Empoderar é transferir poder para alguém. Admitimos aqui o sentido de poder como a aquisição do saber, como exposto por Foucault (1987, p.30):

Temos que admitir que o poder produz saber [...]; que poder e saber estão diretamente implicados; que não há relação de poder sem constituição correlata de um campo de saber, nem saber que não suponha e não constitua, ao mesmo tempo, relações de poder. Essas

⁵ O filósofo francês Michel Foucault, nasceu em Poitiers, no dia 15 de outubro de 1926 e faleceu em Paris, no dia 25 de julho de 1984. Foucault recebeu grande influência dos modernistas Nietzsche, Heidegger e Kant. Foi um importante filósofo e professor da cátedra de História no Collège de France desde 1970 até 1984. Grande parte do seu trabalho foi no sentido de desenvolver uma arqueologia do saber, mas também se ocupou da análise do discurso e da experiência literária. A partir da arqueologia do saber houve um desdobramento para o estudo das relações de poder que daí se originam.

relações de “poder-saber” não devem, então, ser analisadas a partir de um sujeito de conhecimento que seria livre ou não em relação ao sistema de poder; mas é preciso considerar ao contrário que o sujeito que conhece, os objetos a conhecer e as modalidades de conhecimentos são outros tantos efeitos dessas implicações fundamentais do poder-saber e de suas transformações históricas. Resumindo, não é a atividade do sujeito do conhecimento que produziria um saber, útil ou arredio ao poder, mas o saber-poder, os processos e as lutas que o atravessam e que o constituem, que determinam as formas e os campos possíveis de conhecimento.

Este “poder-saber” foi, por mais de um século, omitido do povo surdo, período em que a Língua Brasileira de Sinais (Libras) foi proibida de ser usada pelos surdos, período também em que o método oralista foi imposto como meio de aceitação e inserção social. Período este em que o povo surdo deixou, literalmente, de ter voz, dessa forma, foi proibido de saber e de ter de poder. Este espaço temporal em que os surdos foram silenciados não faz muito tempo que acabou. Acabou é apenas uma forma sutil de dizer que ainda faltam muitas práticas sociais para que seja devolvido ao povo surdo o direito de ter voz, de saber e de poder, pois é a partir do saber que o poder se incorpora, se materializa.

No dia 24 de abril de 2002, no Brasil, a Libras foi reconhecida como meio legal de comunicação e expressão pela Lei Federal nº 10.436. Antes disso, o povo surdo vivia no Brasil como estrangeiros em seu próprio país. De acordo com o parágrafo único desta lei:

Entende-se como Língua Brasileira de Sinais - Libras a forma de comunicação e expressão, em que o sistema linguístico de natureza visual-motora, com estrutura gramatical própria, constituem um sistema linguístico de transmissão de ideias e fatos, oriundos de comunidades de pessoas surdas do Brasil (art. 1º § Único, Lei nº 10.436/2002).

“Constituem um sistema linguístico de transmissão de ideias e fatos”. Transmitir ideias e fatos é, pois, transmitir saber, e, automaticamente, transferir poder. Foi a partir deste documento legal que os surdos conquistaram o direito de ter direitos no Brasil, o direito de poder, o direito de se empoderarem enquanto sujeito ativo em um grupo social. Foi um nascimento social de um grupo que sempre existiu, mas que não tinha a sua língua, identidade e cultura reconhecidos como meio legal de comunicação. O tempo, a pouco mais de um século, não se apaga assim tão fácil da memória social tanto do povo surdo quanto do povo ouvinte. Nós,

os surdos, sempre existimos, sempre estivemos aqui, no entanto, nem a divulgação da lei nos tornou visíveis para a sociedade em geral.

Um marco histórico e que atribuiu visibilidade ao povo surdo foi o tema de redação do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) em 2017, no Domingo, cinco (5) de novembro (MORENO, 2017), um tema muito coerente proposto pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep). Neste dia, o “saber-poder” foi um “divisor de águas”, repetindo, foi um divisor de mãos na vida de milhares de brasileiros que desconheciam questões básicas sobre a segunda língua oficial brasileira e/ou sobre o povo surdo. O poder sobre o saber nunca fez tanto sentido e tão visível quando ele é negado ou apenas desconhecido.

Segundo dados do Inep, o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) teve 7.603.290 inscritos, mais de 4,7 milhões de participantes, apenas 53 tiraram mil na redação, na pontuação máxima.

Nesta edição, a redação foi aplicada no primeiro dia de provas, em 5 de novembro, e teve como tema: “Desafio para Formação Educacional de Surdos no Brasil”. **Alguns estudantes consideraram o assunto complexo** por tratar de um problema que atinge uma parcela específica da população. O número de candidatos que zerou a redação do exame educacional aumentou em relação ao ano passado. Em 2017, foram mais de 291 mil. Já nesta edição, 309.157 candidatos tiraram nota zero, o que representa 6,54% dos textos (INEP/MEC, 2017).

A proposta de redação nesta edição do ENEM foi uma prova material, um exemplo em âmbito nacional de que o desconhecimento, o não-saber fragmenta e dissipa a materialização do poder. Muitos candidatos tiveram os seus direitos subtraídos por motivos de ausência do saber sobre determinado tema. A premissa básica do saber-poder é que empodera os sujeitos. Se não sabe, não pode. Se não pode, não sabe. Sem este duo o empoderamento volta ao seu estado de origem: invisível.

Empoderar o desconhecido, o ilegal, o invisível era uma missão impossível. Tornar os surdos visíveis, reconhecidos e amparados legalmente era outra missão quase impossível. Se a segunda meta foi possível, consequentemente, a primeira também seria, ou melhor, é. O marco realizado na data de cinco (5) de novembro de 2017, no qual, pela primeira vez, o tema da redação do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM): “Desafios para a formação educacional de surdos no Brasil”, foi um “acontecimento linguístico” e, posteriormente, “histórico” que atribuiu

visibilidade positiva ao povo surdo brasileiro, ao nosso povo. Neste contexto, Foucault (1995, p.32) expõe que a inter-relação entre o enunciado e o acontecimento:

Está ligado, de um lado, a um gesto de escrita ou à articulação de uma palavra, mas, por outro lado, abre para si mesmo uma existência remanescente no campo de uma memória, [...] é único como todo acontecimento, mas está aberto à repetição, à transformação, à reativação; [...] está ligado não apenas a situações que o provocam, e a consequências por ele ocasionadas, mas, ao mesmo tempo, e segundo uma modalidade inteiramente diferente, a enunciados que o precedem e o seguem.

Os enunciados que o precedem e o seguem podem ser visualizados na Lei nº 10.436/2002 que reconheceu a existência da língua e o povo que faz seu uso. O tema de redação do ENEM, “enunciados que o seguem”, atribuiu visibilidade ao povo surdo.

Partimos do princípio foucaultiano que estabelece a relação indissociável saber-poder. É dessa lógica conceitual que entendemos que o empoderamento é uma consequência de ordem natural para a criação, desenvolvimento e enraizamento social de diferentes grupos sociais. O tripé saber-poder-empoderamento, quase se transforma em uma única palavra em que saber é o prefixo, poder é o radical e empoderamento é o sufixo. Ainda assim, o radical é mantido pelo léxico poder, o que nos faz concordar com o viés sobrenatural articulado por Foucault (2012, p.8-9):

Suponho que em toda sociedade a produção do discurso é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certo número de procedimentos que tem por função conjurar seus poderes e perigos, dominar seu acontecimento aleatório, esquivar sua pesada e temível materialidade.

Pressupomos que é por intermédio do discurso que o poder se configura material. Discursos, estes, que são controlados, selecionados, organizados e redistribuídos por um sistema que pondera, rigorosamente, os perigos de serem disseminados como um vírus letal para a massa que sustenta o poder, mas, claro que, sem saberem, pois, este acontecimento iria de encontro às formas de dominação do poder. Controlar o saber-poder é uma das formas de manutenção no exercício do poder. É contribuir plenamente para que os grupos sociais minoritários continuem na invisibilidade. É a invisibilidade que mantém o desconhecimento dos

direitos sociais e, desse modo, a luta pelos mesmos, como magnificamente e, propositalmente, manifestado pelo mago do saber-poder:

Por mais que o discurso seja aparentemente bem pouca coisa, as interdições que o atingem revelam logo, rapidamente, sua ligação com o desejo e com o poder. Nisto não há nada de espantoso, visto que o discurso – como a psicanálise nos mostrou – não é simplesmente aquilo que manifesta (ou oculta) o desejo; é, também, aquilo que é o objeto do desejo; e visto que – isto a história não cessa de nos ensinar – o discurso não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo pelo que se luta, o poder do qual nós queremos apoderar (FOUCAULT, 2012, p. 10).

Foucault (2012) faz uso da palavra de forma excelente ao trazer luz a conceitos antes obscuros, tais quais revelam as redes de poder inerentes às relações sociais. Até mesmo as escolhas lexicais é uma forma de manutenção do poder linguístico, por isso são usadas de forma proposital. Haja vista que, se um estudante do Ensino Fundamental e, em muitos casos do Ensino Médio, da Rede Pública, não querendo generalizar, tiver acesso a qualquer livro de Michel Foucault eles terão dificuldade de compreender um parágrafo completo do que está sendo dito de fato, pois mesmo alguns níveis de ensino são propagadores do saber comum, não do saber que transfere poder e empoderamento. Como é sabido, “No princípio era o verbo” (Gênesis 1:1), isto é, o poder está na palavra, é a palavra, e quanto menos a conhecerem e saberem interpretá-la, ele estará seguro. Assegurar a palavra é assegurar o poder.

Transmitir o saber-poder é, consequentemente, transmitir empoderamento. A partir da Lei nº 10.436/2002, que foi divulgada em âmbito nacional por meio impresso, tanto para os surdos quanto para os ouvintes, houve a transmissão do saber informativo, um marco histórico para o povo surdo. Saber, este, que não chegou ao conhecimento de todos eles, pois nem todos os surdos têm acesso a informação impressa e, além disso, a maioria dos surdos não tem domínio sobre a Língua Portuguesa na modalidade escrita/leitura. Os meios de comunicação televisivos também não têm o suporte da transmissão do saber por intermédio da Libras, o que representa mais um fator agravante para os surdos no quesito aquisição de conhecimento âmbito nacional. Resumidamente, fica compreensível a justificativa de que empoderar uma comunidade que não tem acessibilidade linguística nos meios de veiculação do saber torna o processo de emancipação

social, de empoderamento, bem mais tardio. Por este e outros motivos têm-se poucos sujeitos surdos conhcedores dos seus direitos sociais, ativos e detentores do saber-poder, isto é, empoderados. Empoderar, então, é um sinônimo de visibilidade social.

Após essa “aceitação” legal, o povo surdo iniciou uma luta, em forma de movimentos locais, regionais e nacionais, para obter reconhecimento social, visto que, para adquirir aceitação social é necessário que a língua natural usada pelos surdos seja aceita, e que seja uma língua de uso corrente nacionalmente e em todos os meios de comunicação. Esta é a maior luta enfrentada pelo povo surdo atualmente, pois enquanto a Libras não for usada em todas as esferas sociais os surdos terão esta barreira linguística impedindo-os de exporem seus ideais e, primordialmente, de terem o direito ao saber, ao soberano poder. Foi a sanção da lei em questão que situou o povo surdo socialmente, antes nós vivíamos em um “lugar” invisível: sem identidade, sem cultura, sem o reconhecimento da nossa língua, sem saber, sem poder. Desde então, passamos a reconhecer-nos, pesquisamos sobre a nossa raiz linguística, identitária, cultural e social. Esses saberes devolveu-nos o sentimento de orgulho existencial (MC CLEARY, 2003). Uma rápida retrospectiva contempla o mesmo processo de aceitação enfrentado pelos surdos norte-americanos, conforme MC CLEARY (2003, p.134-7):

Grandes transformações começaram a acontecer na sociedade norte-americana a partir da Segunda Guerra Mundial e continuaram até a década dos 90. Antes dos surdos, vários outros grupos marginalizados fizeram suas lutas pela dignidade humana e pela garantia dos seus direitos como cidadãos. Primeiro foram os negros norte-americanos, depois as mulheres, depois os hispânicos e os gays, e depois os surdos. Todos são grupos que sofreram humilhações e injustiças por causa dos preconceitos institucionalizados da sociedade “padrão” dominante: branca, masculina, classe média, falante de inglês, heterossexual e ouvinte. Quando os surdos norte-americanos chegaram à consciência de afirmar seu “orgulho de ser surdo”, essa mesma trilha já tinha sido desbravada por outros grupos marginalizados. Os surdos puderam aprender com a história.

Somos, o povo surdo, um grupo minoritário a lutar garantia, manutenção e ampliação dos direitos já adquiridos. A luta de outros grupos minoritários nos ensinou a enfrentar os problemas iminentes. O reconhecimento e valorização dos determinantes imprescindíveis do povo surdo como: língua, cultura, identidade e,

agora, o empoderamento, são fatores que, inicialmente não foi fácil incutir na ideologia de muitos surdos, que, anteriormente, já estavam acomodados com a ideia dominante de que deveriam viver no anonimato. Mudar esta forma de viver foi a guerra mais difícil de ser vencida, mas vencemos e estamos na luta pelo nosso lugar visível. Queremos que todos saibam quem somos, e que somos capazes.

O gargalo que fundamenta as barreiras linguísticas, ou seja, as inter-relações sociais. Os ouvintes desconhecem a existência de singularidades que permeiam o tripé constitutivo do sujeito surdo: língua, cultura e identidade. A Língua portuguesa, então, adquire *status* de supremacia. O que fazer com os surdos que não possuem domínio desta língua porque não tiveram acesso ao ensino da Língua Portuguesa como segunda língua na modalidade escrita, considerando que não houve capacitação para todos os professores do Brasil, tampouco há profissionais suficientes para atender a esta demanda. É preciso discutir onde e quando seremos respeitados e valorizados na nossa singularidade linguística. Como bem fundamenta Lacerda (2006 p. 181),

A experiência de inclusão parece ser muito benéfica para os alunos ouvintes que têm a oportunidade de conviver com a diferença, que podem melhor elaborar seus conceitos sobre a surdez, a língua de sinais e a comunidade surda, desenvolvendo-se como cidadãos menos preconceituosos. Todavia, o custo dessa aprendizagem/elaboração não pode ser a restrição de desenvolvimento do aluno surdo. Será necessário pensar formas de convivência entre crianças surdas e ouvintes, que tragam benefícios efetivos para ambos os grupos.

Em consonância com esse pensamento, Lacerda (2006, p.175), ao falar sobre a realidade brasileira de inclusão dos surdos, frisa que:

A Lei nº 10.436, 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a língua de sinais brasileira, e mais recentemente o Decreto 5626/05, que regulamenta as Leis 10.098/1994 e 10.436/2002 e orienta ações para o atendimento à pessoa surda) não têm sido observadas em muitas instituições escolares.

O processo de inclusão escolar tem as suas falhas, isso é comprovado e claramente visível justamente pela ausência e construção de inter-relação nos

espaços sociais. As políticas públicas vigentes propõem esta interação, todavia as barreiras linguísticas persistem nas práticas sociais. No estado de Mato Grosso do Sul há apenas três (3) Centrais de Intérpretes de Libras (CIL) para auxiliar os surdos no atendimento social, em Campo Grande, Dourados e Naviraí, e já estamos na luta para que em breve seja criada a CIL na cidade Três Lagoas para viabilizar a socialização dos surdos.

4 VISIBILIDADE E/OU INVISIBILIDADE DO POVO SURDO

Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) quase 24% da população brasileira tem algum tipo de deficiência e 5% da população geral tem surdez profunda, isso significa um número considerável, e acreditamos que isto nos dias de hoje impulsiona a produção legislativa, porém ao longo do tempo, o povo surdos foi visto de forma diferente de acordo com o espaço e o tempo.

4.1 Espaço e lugar das comunidades surdas em movimentos

Estudos e pesquisas de Heidegger (2012) apresentam distâncias semânticas entre os conceitos de “espaço” e “lugar”, conceitos de extrema importância para a nossa pesquisa, haja vista que reflexões mais aprofundadas permitem associar esses termos aos conceitos de invisibilidade e visibilidade, respectivamente, no contexto do protagonismo das pessoas surdas. Além dessas duas oposições teóricas, faremos uma análise dos termos antagonismo *versus* protagonismo, pelo fato de apresentarem intrínseca relação semântica e paradigmática com esta tese. Para Heidegger, o espaço entreabre, libera e concede localidades e lugares, assumindo o simultâneo como espaço-tempo. No todo de sua essência, o espaço não se move, repousa quieto. Relacionar e materializar a existência do “ser” como um “lugar” foi uma das estratégias propostas por Heidegger para tornar as relações do “ser” e o próprio “ser” visíveis, é esta materialização do ser que nos abre espaço para discussões.

Afirmar que “o espaço não se move, repousa quieto” pode ser um sinônimo perfeito e afirmativo de que o espaço é um propagador de invisibilidade, de ausência de voz e de ação para os sujeitos pertencentes a este âmbito. Dessa forma, é válido inferir que, se o conceito de “espaço” é uma antítese do conceito de “lugar”, não no

sentido dicionarizado do termo, mas no sentido teórico que aqui construímos, então, o “lugar” transfere aos sujeitos capacidade para movimentarem-se impetuosamente. Assim, desocupar o “espaço”, isto é, migrar para o “lugar” requer o rompimento de barreiras temporais - espaciais. Analisar esta ação de migração pelo viés linguístico centraliza a relevância entre ocupar um “lugar” no “espaço”, e ocupar um “lugar” no “lugar. Como vimos, pertencer ao “lugar” significa possuir *status* de empoderamento e visibilidade social. Como ocupar o “lugar” e ser pertencente constitui importante questão. Diante disso, refletiremos na sequência, sobre o conceito de “invisibilidade” no entendimento de Verri (2009, p.118):

O termo invisibilidade social é um conceito que foi criado para designar as pessoas que ficam invisíveis socialmente, seja por preconceito ou indiferença. Esse conceito é bastante amplo, abarcando os vários fatores que levam a uma invisibilidade, tais como sociais, estéticos, econômicos, históricos, culturais, etc. [...] sempre ocorre em um contexto onde haja relações hierarquizadas, mesmo que irrefletido, e atingindo exclusivamente aqueles que estão à margem da sociedade.

Ser invisível, então, é viver nas sombras, dependente, camuflado, subordinado, inferiorizado, coadjuvante e não ter notada a presença, entre outras possibilidades. São exatamente essas as características atribuídas, por exemplo, aos surdos trêslagoenses no que concerne à sua singularidade linguística. Para isso, os projetos que serão apresentados mais à frente nesta pesquisa foram criados e aplicados visando, mesmo que em âmbito escolar, amenizar o excesso de invisibilidade linguística e social, pois nestas circunstâncias trazer à tona discursos sobre cultura, identidade, língua e visibilidade soa como utopia. Trabalhar esses conceitos nestas distorcidas condições exige do profissional conhecimento, estratégia, metodologia, sagacidade e protagonismo nas práticas educativas para impedir que a história, a identidade, a cultura e a própria língua façam sentido em sua perspectiva de vida pessoal e social. Seguindo essa linha discursiva, encontramos em Merleau-Ponty (2009, p. 224) a relação visibilidade versus invisibilidade, como segue:

Quando digo que todo visível é invisível, que a percepção é impercepção, que a consciência tem um *punctum caecum*, que ver é sempre ver mais do que se vê. É preciso não compreender isso no sentido da contradição: é preciso não imaginar que ajunto ao visível perfeitamente definido como em-Si um não visível (que seria apenas ausência objetiva, isto é, presença objetiva alhures, num

alhures em si). É preciso compreender que é a visibilidade mesma quem comporta uma não visibilidade.

Elaboramos uma rápida pesquisa sobre a expressão “punctum caecum” e descobrimos que se refere ao “ponto cego da retina”. O complexo foi assimilar a ideia conceitual de que “todo visível é invisível”. Concluímos, por meio de uma comparação metafórica, que a retina é formada pela sociedade civil, detentora do poder e de visibilidade exacerbada, e que o “ponto cego” é o lugar, ou seja, o não-lugar ocupado pelas classes minoritárias, que sobrevivem dos “atos falhos” por vezes ocorrentes, estabelecendo, dessa forma uma linha tênue entre o “sim” e o “não”, entre o “ver” e o “desver”, entre “incluir” e “segregar”, entre “visibilizar” e “invisibilizar”.

Um breve raciocínio matemático no quesito proporção, na qual “o produto dos extremos é igual ao produto dos meios” nos possibilita estabelecer um estreitamento de ideias: a invisibilidade está para o “espaço” assim como a visibilidade está para o “lugar”. O fundamental nesta teoria matemática e, para nós, filosófica, é a noção de que “a razão é a divisão entre os dois números **a** e **b**, tal que **b** ≠ 0 e pode ser escrito na forma de **a/b**”, e a noção de que na proporção “o produto dos **extremos** é igual ao produto dos **meios**. Em outras palavras, o produto dos extremos: o sujeito (**a**), é igual ao produto dos meios: o sujeito (**b**), se o sujeito é classificado como **a** ou **b** dependendo de sua ocupação temporal-espacial. Aprofundando um pouco mais o raciocínio entendemos que a “razão”, isto é, a existência do ser enquanto lugar social só ocorre devido a divisão, segregação, isolamento entre **a** e **b**. Esta reflexão confirma a teoria matemática de que a igualdade entre duas razões resulta em uma proporção: sujeitos que ocupam ambientes antagônicos. Conclui-se, desta ótica matemática, que o “espaço” pode ser ocupado por qualquer indivíduo, haja vista que é um local de eterna invisibilidade. Por outro lado, o “lugar” só pode ser “atravessado” por sujeitos ativos socialmente; é um local que atribui visibilidade e “poder”, conforme o conceito de “poder” proposto por Foucault. (1987).

Sobre esses ambientes antagônicos destacamos a luta e a resistência dos surdos para “invadir” o lugar ocupado pelos ouvintes. Acreditamos que o termo correto não seja “invadir”, pois os surdos, por pertencerem por séculos ao “espaço”, sem direito a nada, sempre obedeceram às leis, mesmo que tendo opiniões

contrárias, que iam de encontro ao padrão estipulado pela comunidade ouvinte. Podemos afirmar que a luta dos surdos foi “silenciosa”, foi por intermédio desta guerra silenciosa que os surdos conseguiram o direito legal de poderem migrar, pertencer e ter voz no “lugar” social por meio da Lei nº 10.436/2002, e das leis e decretos sucessivos e passaram a ocupar “lugares” antes desconhecidos.

A trajetória dos surdos foi pautada na invisibilidade por muitos séculos, ambiente absolutamente desconhecido pela maioria dos ouvintes. Todavia, a incessante luta do povo surdo pela conquista legal, movimentação e utilização do “lugar social”, mesmo que de forma “silenciosa”, no sentido de agirem pacificamente, teve seu maior impacto a partir da Lei nº 10.436/2002 e do Decreto nº 5.626/2005.

Sobre a movimentação dos surdos neste “lugar social”, E. Huet foi o primeiro sujeito a migrar do “espaço” para o “lugar social”, isto é, a ter o direito a “voz” no meio social. Em 1857, ao assumir o cargo de Diretor da primeira escola para surdos, no Rio de Janeiro, “acontecimento” que acendeu na comunidade surda a esperança de que a língua fosse visível, entretanto não foi este o decorrer da História. A sociedade impenetrável, impiedosa, excludente e que ocupa todos os “lugares”, esta sociedade onipresente impetrhou um ato veladamente antidemocrático (STROBEL, 2009).

O Congresso que ocorreu em Milão, na Itália, em 1880, e que por isso é identificado pela comunidade surda como o “Congresso de Milão” foi o causador da segregação entre surdos e ouvintes, entre LS e Língua Portuguesa; em suma, foi o criador da “Guerra Mundial Linguística”.

Uma pesquisa histórica nos esclarece que os nossos ancestrais se comunicavam por gestos, movimento das mãos que indicavam alguma ação e/ou sentimentos. É isso o que diz a História da Comunicação. Só depois é que eles começaram usar sinais, grunhidos e gestos. Para comprovar esta afirmação, vamos a Bordenave (1982, p.24), quando pondera que “Até hoje os estudiosos ainda buscam chegar a uma conclusão definitiva sobre como os homens primitivos começaram a se comunicar entre si, se por gritos ou grunhidos, por gestos, ou pela combinação desses elementos. De qualquer modo, segundo o autor, o homem chegou à associação dos sons e gestos para designar um objeto, dando origem ao signo. Qualquer que seja o caso, o que a história mostra é que os homens encontraram a forma de associar um determinado som ou gesto a um certo objeto

ou ação. Assim nasceram os signos, isto é, qualquer coisa que faz referência a outra coisa ou ideia, e a significação, que consiste no uso social dos signos. A invenção de uma certa quantidade de signos levou o homem a criar um processo de organização para combiná-los entre si, caso contrário, a utilização dos signos desordenadamente dificultaria a comunicação. Foi essa combinação que deu origem à linguagem segundo Bordenave (1982, p. 25) quando afirma que “de posse de repertórios de signos, e de regras para combiná-los, o homem criou a linguagem”.

Uma questão hipotética e retórica: A Língua de Sinais (LS) foi um dos idiomas distribuídos por Deus na Torre de Babel. Há um relato bíblico que fala também da reunião das línguas. Trata-se dos Atos dos Apóstolos, capítulo 2,

1. Quando chegou o dia de Pentecostes, os discípulos estavam todos reunidos no mesmo lugar. 2. De repente, veio do céu um ruído como de um vento forte, que encheu toda a casa em que se encontravam. 3. Então apareceram línguas como de fogo que se repartiram e pousaram sobre cada um deles. 4. Todos ficaram cheios do Espírito Santo e começaram a falar em outras línguas, conforme o Espírito lhes concedia expressar-se. 5. Residiam em Jerusalém judeus devotos, de todas as nações que há debaixo do céu. 6. Quando ouviram o ruído, reuniu-se a multidão, e todos ficaram confusos, pois cada um ouvia os discípulos falar em sua própria língua. 7. Cheios de espanto e de admiração, diziam: “Esses homens que estão falando não são todos galileus? 8. Como é que nós os escutamos na nossa língua de origem? 9. Nós, que somos partas, medos e elamitas, habitantes da Mesopotâmia, da Judéia e da Capadócia, do Ponto e da Ásia, 10 da Frigia e da Panfília, do Egito e da parte da Líbia próxima de Cirene, e os romanos aqui residentes, 11 judeus e prosélitos, cretenses e árabes, todos nós os escutamos anunciando as maravilhas de Deus em nossa própria língua! ” Este episódio fala da reunião das línguas. Será que não está aí a língua dos sinais. A probabilidade é que “todos nós os escutamos anunciando as maravilhas de Deus em nossa própria língua!

Antes da realização do referido Congresso de Milão, em 1880, surgiram na Europa, no século XVIII, duas vertentes linguísticas distintas em relação ao sistema de educação dos surdos: o gestualismo, método de ensino francês que defendia que a Língua de Sinais deveria ser a base linguística no processo de ensino e aprendizagem; e o oralismo, método de ensino alemão que apregoava que apenas metodologias de ensino orais deveriam fundamentar a intermediação do ensino e da aprendizagem para surdos (STROBEL, 2009). Foi neste exato período que ocorreu o segundo “processo de segregação linguística”, mas que, desta vez, foi por ação humana. A diferença é que a primeira gerou prejuízos para toda a

comunidade humana em geral, já a segunda causou prejuízos apenas e exclusivamente para a comunidade surda.

A melhor função da História é registrar os diversos “acontecimentos”, sejam eles benéficos sejam eles maléficos. Um dos registros históricos destrutivos ocorreu entre os dias seis e onze de setembro de 1880, em Milão. Naquela Conferência Internacional foi decidido por votação se o método gestual ou o método oral deveria reger o sistema de educação de surdos. O principal problema apresentado é que os 164 membros votantes perfaziam quase que a totalidade do grupo majoritariamente ouvinte de diversos países, o que desfazia qualquer chance de conquista do método gestual. Coube aos ouvintes, de forma quantitativamente desigual, decidir qual era a melhor metodologia para que os surdos recebessem educação formal (STROBEL, 2009). A partir desse “acontecimento”, caso o método oralista obtivesse maior quantidade de votos favoráveis, o método gestual, contendo alguns ajustamentos bimodais, seriam banidos das escolas para surdos. Consequentemente, os surdos seriam proibidos de fazer uso da língua de sinais e teriam que receber “instruções” para ouvir e falar. O termo instruções pode sugerir que foram utilizados recursos estritamente didáticos. Recorrendo à História sabemos que muitos surdos tiveram as suas vidas ceifadas por terem sidos forçados a servir de experimentos que visavam habilitá-los a falar e a ouvir.

Foi isto que a História nos reservou quanto à educação formal de surdos em 1880. O método oralista recebeu quase que unâimes votos favoráveis, e foi assim que se instaurou uma “Guerra Mundial Linguística”, sendo que desta vez o foco era aniquilar a língua dos surdos. E conseguiram, por mais de um século. Todas as instituições sociais aderiram a esta imposição linguística causando o isolamento social do povo surdo. Dessa forma, foi o Congresso de Milão o responsável por inserir o surdo, a sua língua, cultura e identidade linguística no espaço da invisibilidade.

Desde então, muitos surdos não se acovardaram, não aceitaram permanecer invisíveis socialmente e lutaram contra esta imposição linguística e, de forma “silenciosa”, em encontros e reuniões às escondidas, não permitiram que a língua de sinais fosse apagada da memória histórica social. A este grupo de surdos resistentes contra o sistema linguístico ditatorial oral-auditivo nós os identificamos como surdos protagonistas, pois conseguiram romper a barreira do “espaço linguístico” e pertencer ao “lugar linguístico”. A história dos surdos perpassou os

grandes períodos históricos: Idade Antiga ou Antiguidade, Idade Média, Idade Moderna e Idade Contemporânea, como foi estabelecido no cronograma em relação à pesquisa e criação de uma tabela histórica sobre o povo surdo. Logo abaixo veremos o nome de surdos que protagonizaram ações que conseguiram unir, fortalecer, empoderar e atribuir visibilidade ao sujeito surdo, à sua língua, cultura e identidade social.

4.2 Situação do surdo na idade antiga

Em Israel, a Bíblia não relata sobre a língua dos surdos, mas que a estes somente um milagre os tornariam aptos socialmente. Há passagens que falam por exemplo: *Êxodo 4,11*: “O Senhor respondeu-lhe: “E quem é que dá a boca ao ser humano? Quem faz o surdo e o mudo, o cego e o aquele que vê? Por acaso não sou eu, o Senhor? *Levítico 19,14*: “Não amaldiçoes o surdo, nem ponhas tropeço diante do cego, mas temerás o teu Deus. Eu sou o Senhor. O Novo Testamento, agora dos cristãos, tem em Lucas um exemplo da Língua dos Sinais. No livro de *Lucas 1,20*: *Zacarias* fica mudo: “E agora, ficarás mudo, sem poder falar até o dia em que estas coisas acontecerem, já que não acreditaste nas minhas palavras, que se cumprirão no tempo certo”. E em *Lucas 1,62*, fala explicitamente da Língua dos Sinais: “Por meio de sinais, então, perguntaram ao pai como ele queria que o menino se chamasse”. *Zacarias* não era surdo, mas não podia falar. Na Grécia, as pessoas com deficiência eram condenadas, escravizadas e abandonadas. O filósofo Aristóteles afirmou que os surdos eram incapazes. (BÍBLIA SAGRADA)

Observa-se que na Antiguidade o povo surdo foi fadado à invisibilidade de forma geral: linguística, pessoal, cultural, identitária e social. De acordo com o texto bíblico, as pessoas com deficiência viviam à mercê de um milagre divino, não havia perspectivas de melhorias, muito menos políticas públicas para atender a este público formado pelas minorias. Eles eram literalmente excluídos do meio social, quando eram identificados com alguma deficiência física e/ou intelectual a sociedade, que tinha os seus padrões de aceitação e inclusão social e, automaticamente, o padrão de exclusão, os segregavam em ambientes bem afastados das pessoas que não apresentavam nenhum tipo de deficiência. Nestes “espaços” a Pessoa Com Deficiência (PcD) era abandonada pelos familiares, exerciam trabalho escravo, eram considerados incapazes para conviver em

sociedade. Conforme propagado pelo filósofo Aristóteles, os surdos eram incapazes de realizar qualquer atividade social porque não se comunicavam oralmente e eram surdos. Ele “considerava os surdos também mudos, e acreditava que a linguagem dava condição de humano para o indivíduo, sendo o surdo considerado não-humano se não tivesse a linguagem”. Diante destes diagnósticos muitos surdos foram assassinados, deixados para morrer em florestas, jogados em rios, enfim, várias ações cruéis foram realizadas para que o povo surdo fosse aniquilado. (STROBEL, 2009)

4.3. Situação do surdo na idade média

Na **Holanda**, Rodolfo Agrícola (1443-1485) escreveu em *De Inventione Dialectica* a história de um surdo que aprendeu a escrever e mostrava os seus pensamentos, sendo esse o primeiro relato que testemunha a educação de uma pessoa surda. Um professor se dedicava ao aluno e ensinava-o a falar, ler e escrever para que eles pudessem ter o direito de herdar os títulos e os bens familiares. Por outro lado, a Igreja Católica considerava que os surdos não podiam ser imortais, pois não podiam falar os sacramentos divinos mas os padres católicos, Pedro Ponce de León, monge beneditino que viveu entre 1520 e 1584, foi o criador da primeira escola para surdos em Oña Burgos, na Espanha e Juan Pablo Bonet (1573-1633), foram pioneiros da educação para os surdos (STROBEL, 2009).

Na Idade Média os surdos eram sujeitos absolutamente desconhecidos e cerceados do convívio e direitos sociais. A instituição religiosa apregoava que só teria direito à salvação divina quem conseguisse verbalizar oralmente os sacramentos divinos. Consequentemente os surdos estavam predestinados ao inferno, não teriam direito à imortalidade. Como podemos notar a preocupação com as fortunas deixadas por pessoas riquíssimas aos seus herdeiros com deficiência, neste caso, os surdos, foi uma das principais razões que atribuíram visibilidade aos surdos, pois, para terem direito às fortunas, os surdos precisariam ser alfabetizados, ou seja, aprender a ler e a escrever. O interesse financeiro, mercenário e capitalista que rege o mundo foi também o mote para que o povo surdo começasse a usufruir de alguns direitos pessoais (STROBEL, 2009).

4.4 Situação do surdo na idade moderna

Na Itália, Girolamo Cardano (1501-1576), pessoa ouvinte, médico, contradisse o sábio Aristóteles teorizando que a audição e o uso da fala não são essenciais à compreensão das ideias e que a surdez é mais uma barreira à aprendizagem do que uma condição mental (STROBEL, 2009). Na Espanha, Pedro Ponce de León, monge católico da ordem dos beneditinos, iniciou, mundialmente, a história dos surdos, tal como a conhecemos hoje em dia. Fundou uma escola para surdos, em Madrid e dedicou grande parte da sua vida a ensinar os filhos surdos (STROBEL, 2009), possibilitou uma visibilidade terceirizada, pois o monge era ouvinte. As suas contribuições para a educação de surdos foram fundamentais para o desenvolvimento linguístico.

Na França, Charles Michel de L'Epée, fundou em 1712, a primeira escola pública para os surdos “Instituto para Jovens Surdos e Mudos de Paris”. Este instituto reconhecia a pessoa surda como um ser que tem a sua própria língua (STROBEL, 2009), quando ocorreu o primeiro momento de visibilidade da Língua de Sinais. Na Inglaterra, o médico John Bulwer defendeu o uso de gestos entre os portadores de surdez e John Wallis (1616 a 1703) desistiu de ensinar a oralidade para os surdos, dedicou-se somente a ensiná-los a escrever usando gestos (STROBEL, 2009).

Apenas na Idade Moderna é que os surdos tiveram o primeiro momento de visibilidade e respeito linguístico social interlocal por intermédio de L'Epée, nomeado como “o pai dos surdos”, por ter sido o primeiro a efetivamente compactuar com os ideais do povo surdo, de que a Língua de Sinais era a base para a educação de surdos. A surdez deixou de ser vista como uma doença e passou a ser compreendida como uma barreira para a educação formal de surdos, uma barreira linguística que necessitava ser rompida para que os surdos adquirissem autonomia linguística e social. A fundação da primeira escola para os surdos e o reconhecimento da Língua de Sinais como meio de instrução foi um “divisor de mundos” porque, até então, só existia um mundo: o mundo dos ouvintes orais auditivos. O método oralista, no processo de ensino e aprendizagem para surdos, mostrava falhas e incoerências. Em contraponto, o método gestualista, que tinha a Libras como fundamento, a partir daquele adquiria forças estruturais.

4.5 Situação do surdo na idade contemporânea

A situação do surdo na idade contemporânea indica algumas conquistas como expressam os autores, sintetizados abaixo.

Quadro 2 – Síntese da educação dos surdos na sociedade contemporânea

IDADE CONTEMPORÂNEA		
País	Invisibilidade/Visibilidade Protagonistas Surdos(as)	Situação
Estados Unidos	Thomas Hopkins Gallaudet Início de ações educacionais para surdos em nível superior.	Jean Massieu foi um dos primeiros professores surdos do mundo. Laurent Clerc, surdo francês, educador, acompanhou Thomas Hopkins Gallaudet, educador ouvinte, aos EUA, onde abriram uma escola para surdos, em Abril de 1817, a Escola de Hartford. A Universidade Gallaudet é a única <u>universidade</u> do mundo cujos programas são desenvolvidos para pessoas <u>surdas</u> . Está localizada em <u>Washington</u> (ROCHA,2008)
França/Brasil	H. Huet Período de protagonismo, marco histórico e visibilidade social.	Chegou da França em 1855 no Brasil, no Rio de Janeiro. Foi professor e diretor no centro de referência nacional na área da surdez, o Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES), em 1857. Ficou surdo aos doze anos em consequência de sarampo (ROCHA,2008)
Itália	Aniquilação de todos os direitos garantidos. Total invisibilidade social.	Congresso em Milão, em 1880. Houve a proibição do uso da Língua de Sinais (LS) na educação de surdos nas escolas, e proibição do uso da LS em sociedade. Um marco negativo com desvalorização linguística e da pessoa surda (STROBEL,2009)
Estados Unidos	Recomeço de práticas linguísticas inclusivas para os surdos. Dr. William C. Stokoe, Jr. (1919 - 2000)	Criou o sistema escrito para a Língua de Sinais Americana (ASL). Foi fundamental na mudança da percepção da ASL de uma versão simplificada ou incompleta do inglês para o de uma complexa e próspera língua natural, com uma sintaxe e gramática independentes, funcionais e poderosas como qualquer língua falada no mundo. Ele levantou o prestígio da ASL nos círculos académicos e pedagógicos (STROBEL,2009)
Brasil	Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos (FENEIS), em 1987	É uma entidade filantrópica com finalidade sociocultural, assistencial e educacional. Tem por objetivo a defesa e a luta dos direitos da Comunidade Surda Brasileira. O seu maior propósito tem sido divulgar a Libras. A Feneis busca ampliar seus convênios com diversas empresas a fim de possibilitar a contratação dos surdos pelo mercado de trabalho (REVISTA FENEIS,2006).
Brasil	Primeira Lei Estadual em Libras em Belo Horizonte, em 1991.	Visibilidade do povo surdo, lutas, movimentos e desafio contra as barreiras linguísticas. Primeira Lei Estadual em Libras em Belo Horizonte, em 1991 (REVISTA FENEIS,2006).

Brasil/MS/ Campo Grande	Shirley Vilhalva Pessoa Surda (1998)	Foi a primeira Diretora do Centro Estadual de Audiocomunicação de Deficiência Auditiva (CEADA), em 1998. Ela foi pioneira no ensino de Libras para surdos (as). É uma referência de protagonismo surdo no estado de Mato Grosso do Sul e no Brasil. Uma ativista social em prol de ações proativas para a comunidade surda. Concluiu o Mestrado pela UFSC, em 2009. Em 2017 assumiu o cargo de Professora de Libras na UFMS, via Concurso Federal e atualmente é Doutoranda pela Unicamp.
Brasil	Primeira Lei Federal em Libras em Brasília, em 2002.	Visibilidade e reconhecimento em nível nacional sobre o uso da Libras pelos surdos. Primeira Lei Federal em Libras, reconhecendo esta língua como meio de comunicação dos povos surdos brasileiros, em Brasília, em 2002.
Brasil	Decreto 5626/2005	Regulamenta a Lei Federal nº. 10.436/02, define o que é ser surdo, estabelece os graus de perda auditiva e propõe inúmeras práticas de inserção social da pessoas surda.
Brasil	Criação do primeiro curso de Letras Libras pela UFSC, em 2006.	Visibilidade e inclusão escolar em nível superior, proporcionando ao surdo o direito de concluir estudos em nível superior e exercer uma profissão digna e bem remunerada.
Brasil	Parceria entre UFGD e UFSC em Dourados/MS, em 2008.	Esta parceria permitiu disseminar os conhecimentos linguísticos e ampliar o índice de surdos com formação superior.
Brasil/MS/ Campo Grande-Três Lagoas	Adriano de Oliveira Gianotto (Pessoa Surda) 2006/2019	Concluiu o Mestrado pela UCDB, em 2016 e neste mesmo ano ingressou no Doutorado pela mesma instituição. Em 2017 passou em primeiro lugar e assumiu na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS/CPTL) o cargo de Professor de Libras. É o fundador e Presidente da Associação de Famílias, Amigos e Profissionais de Pessoa Surda (AFAPSMS), em 2018. É autor de oito Projetos de Lei (PL) que visam à acessibilidade linguística para os surdos nos locais de atendimento público, destes oito PL quatro são desenvolvidos em Campo Grande e quatro na cidade de Três Lagoas. Dos oito Projetos de Lei, quatro já foram aprovados e estão sendo implementados. É um ativista social e referência de luta pela igualdade de direitos.
Brasil	Primeiro curso de Pedagogia Bilíngue no INES no Rio de Janeiro, em 2017.	Por ser o pioneiro nesta área educacional, propunha dilemas e desafios na formação de professores surdos no contexto educacional inclusivo (STROBEL,2009).
Brasil	Primeira prova de Libras em vídeo no ENEM, em 2017.	O direito de receber as informações em sua língua materna atribuiu aos surdos novas perspectivas de inclusão linguísticas e ascensão social, haja vista que a formação em nível superior é uma das formas de conseguir empregos com salários mais elevados (STROBEL,2009).
	Primeira proposta do INEP/MEC de redação no ENEM com o tema:	Para a Comunidade Surda este “acontecimento” linguístico e social pode ser comparado a uma escavação arqueológica, neste caso, uma escavação

Brasil	“Desafios para a formação educacional de surdos no Brasil”, no dia 5 de novembro de 2017.	linguística, pois a partir desta proposta de redação instaurou-se em todos os meios de comunicação a existência e importância de obter conhecimentos sobre esta temática (MEC,2017).
Brasil	Michele Bolsonaro	A Primeira Dama surpreendeu a população brasileira ao apresentar um discurso em Libras na posse do seu esposo, o Presidente Jair Messias Bolsonaro, no dia 1 de janeiro de 2019. Este discurso colocou a Libras, os Surdos e os Intérpretes de Libras no foco da visibilidade social.
Brasil/Brasília	Karin Strobel: visibilidade e protagonismo surdo(Janeiro de 2019)	Foi nomeada Diretora Política da Educação Bilíngue para os surdos pelo Ministério da Educação, de acordo com o decreto nº: 9465, de 2 janeiro de 2019.
Brasil/Brasília	Priscila Gaspar: visibilidade e protagonismo surdo (2019)	Foi nomeada para atuação no cargo da Secretaria Nacional das Pessoas com Deficiência, Mulheres e Direitos Humanos.
Brasil/Rio de Janeiro	Paulo Bulhões: Visibilidade e protagonismo surdo. (2019)	Foi o primeiro surdo brasileiro a ser nomeado Diretor Geral do INES (MEC,2019)

Fonte: elaboração própria (2019)

Apesar do Congresso de Milão ter tido o efeito de uma Guerra Mundial Linguística, a Idade Contemporânea sequenciou e potencializou práticas linguísticas, inclusivas, culturais, identitárias e sociais para o povo surdo. A História registrou o ápice excludente e o ápice inclusivo linguístico na mesma análise temporal. Sancionada no dia 24 de abril de 2002, a Lei nº 10.436 reconheceu que a Libras é o meio legal de comunicação e expressão oriundos de comunidades de pessoas surdas no Brasil.

É importante destacar que a cidade de Belo Horizonte, em Minas Gerais, foi a pioneira em implementar a Lei Estadual de Libras, em 1991. No Brasil, os surdos só começaram a ter acesso à educação durante o Império, no governo de Dom Pedro II, que criou a primeira escola de educação de meninos surdos, em 26 de setembro de 1857, na antiga capital do País, o Rio de Janeiro. Hoje, no lugar da escola funciona o Instituto Nacional de Educação de Surdos (Ines) (ROCHA,2008).

O direito à igualdade e à visibilidade foram conquistados por vários surdos brasileiros. Vilhalva (2004, p. 37-8) expôs o sentimento ao identificar-se na Libras, e confirmou que:

Através da Língua de Sinais, que é uma Língua completa, com estrutura independente da Língua Portuguesa Oral ou Escrita possibilitando o desenvolvimento cognitivo do indivíduo surdo,

favorecendo o seu acesso a conceitos e conhecimentos que se fazem necessários para sua interação com o outro e o meio em que vive, percebi que minhas dúvidas diminuíram e o meu prazer de viver com os ouvintes aumentou de forma viva na comunicação.

Os movimentos dos excluídos se articularam de forma a produzirem novas maneiras de pensar e criar sua visibilidade mesmo em meio ao poder hegemônico. A partir desse esforço de mudança, começou a ideia do desenvolvimento local. Surgiu uma discussão mais forte ao redor das potencialidades de lugares antes apenas conhecidos como subdesenvolvidos.

Nossa reflexão incide em revelar que a partir do momento em que há diversidade, neste caso, linguística é respeitada, aceita, disseminada e ações são implantadas que proporcionam autonomia para os sujeitos, não existem barreiras que não possam ser destruídas por meio dos discursos. Estes são os responsáveis por transformarem a forma de pensar que as pessoas ouvintes, que não têm conhecimento sobre as particularidades do povo surdo, têm sobre os surdos. São os discursos produzidos e veiculados que moldam a memória e práticas sociais. Analisamos que os discursos produzidos sobre os surdos eram feitos pelos ouvintes, por isso há uma defasagem em todos os aspectos sociais, culturais, linguísticos e indenitários. É difícil os surdos (as) terem oportunidade de ser protagonista se o discurso é produzido por ouvintes. Conforme Karin Strobel (2009, p. 16):

As narrativas das experiências de vida de sujeitos surdos mostram que não existem só as versões de professores ouvintes, abades, médicos, políticos e outros. Nas comunidades surdas, a associação dos surdos é um dos lugares mais propícios para dar „voz” a essas novas fontes!

Em inúmeras pesquisas em livros e *sites* conceituados sobre a surdez observamos a ausência ou pouquíssima participação protagonista de surdos (as), o que causa preocupação. Em vista disso é preciso escrever a nossa própria história, para ressignificá-la.

Em síntese, o quadro sobre a história dos surdos, inseridas por períodos históricos demonstram que a inclusão de estudantes surdos no ensino regular passou por três momentos distintos antes de serem aceitos como parte do processo educacional. O primeiro período praticava a exclusão absoluta das pessoas com

deficiência no meio social. O segundo segregava-os do convívio social de forma direta, viviam literalmente à margem da sociedade padronizada. Já o terceiro, fazia uma clara distinção ao integrá-los com o objetivo de ter benefício por meio da desvalorização da mão-de-obra destes sujeitos. O quarto processo de aceitação social é conhecido como inclusão. Neste, os sujeitos ocupam os mesmos “lugares sociais”, porém, no caso das pessoas surdas, ainda há uma barreira linguística, falta de acesso ao conhecimento e uso da Libras. O quinto período, do qual poucos têm conhecimento, é o bilíngue, no qual a pessoa surda tem o direito de ser alfabetizado tanto em Libras quanto em Língua Portuguesa desde a Educação Infantil. Inclusive esta é a luta enfrentada pelos surdos na atualidade.

A partir de 24 de abril de 2002, por intermédio da Lei nº 10.436, a Libras “é reconhecida como meio legal de comunicação e expressão” e é concebida como “a forma de comunicação e expressão, em que o sistema linguístico de natureza visual-motora, com estrutura gramatical própria, constituem um sistema linguístico de transmissão de ideias e fatos, oriundos de comunidades de pessoas surdas do Brasil” (BRASIL,2002). Outrossim, o Decreto nº 5.626/2005, em seu 2º expõe que se considera “pessoa surda aquela que, por ter perda auditiva, comprehende e interage com o mundo por meio de experiências visuais, manifestando sua cultura principalmente pelo uso da Língua Brasileira de Sinais–Libras”. Desse modo, a Libras atinge quase que a sua “maioridade”, no entanto, observa-se que muitas ações imaturas e intolerantes ainda são praticadas. É preciso sanar tais práticas e propor ações que priorizem a inclusão escolar dos surdos e o reconhecimento, aceitação, valorização e visibilidade linguística, mesmo que, *a priori* seja estritamente em âmbito local (BRASIL, 2005).

Nesta perspectiva, o foco na análise sobre a protagonismo, visibilidade e invisibilidade para os surdos é permeado por diversos discursos, as relações de poder e conhecimento foram visivelmente materializadas. Acreditamos na possibilidade de estabelecer um novo olhar para a comunidade surda somando todas as nossas especificidades. A educação bilíngue é a principal forma de propiciar autonomia linguística, social, cultural, identitária e pessoal. De acordo com os dados oferecidos pela Comissão de Direitos Humanos da Federação Mundial dos Surdos (World Federation of the deaf, WFD) em 1995, aproximadamente 80% das pessoas surdas do terceiro mundo não receberam nenhuma educação básica. Percebemos que o fator “linguístico educacional” é o propagador de invisibilidade

para todas as etnias de surdos: negros, analfabetos, indígenas, que foram excluídos, desvalorizados e renegados socialmente. É preciso pensar em igualdade de condições. Somos seres humanos possuidores de direitos e deveres, sempre estivemos aqui, somos visíveis, capazes, proativos, reflexivos e militantes. Somos felizes com o nosso tesouro linguístico, cultura e identidade. (WFD,1995)

É nítido que políticas públicas estão sendo formuladas e contemplando o surdo como participante do processo de desenvolvimento social, já é possível vislumbrar o fim da barreira linguística entre surdos e ouvintes. A sociedade começou a ter ciência sobre os vários fatores que constituem o povo surdo, novos horizontes e perspectivas estão germinando em uma terra que era improdutiva porque era invisível. Ser protagonista, neste cenário, é uma tarefa árdua, mas necessária. Somos 10 milhões de surdos brasileiros, totalizando 5% da população brasileira (IBGE,2010). Estamos em minoria, percentualmente, mas somos fortes o bastante para nos unirmos e lutarmos para que os nossos direitos sejam reconhecidos, garantidos e implementados. A invisibilidade é um “espaço” que não nos comporta, somos milhões; tudo o que sofremos neste espaço deixaremos lá. Somos filhos da mesma mãe, da mesma terra, da mesma pátria.

5. PROTAGONISMO E REPRESENTAÇÃO SOCIAL

Representação é um conceito bastante amplo, haja vista que existem vários setores sociais que a têm como meio de viabilização, potencialização e agilizar ações voltadas para determinado grupo social. Em síntese, o representante social é o sujeito que representa politicamente os interesses de um grupo/comunidade. Em outras palavras,

Representar significa “fazer as vezes do outro” ou “estar no lugar do outro” em um determinado momento ou espaço [...] É por isso que existem representantes: para falar em nome de outras pessoas que por algum motivo não poderão apresentar suas demandas e interesses e por isso delegam esta tarefa a uma pessoa. Quando alguém diz que está falando em nome de uma organização ou segmento, esta pessoa não necessariamente foi autorizada pela organização ou segmento para fazê-lo, mas por algum motivo ela se sente apta e responsável por representar aquele grupo. Ela se torna representante deste grupo quando fala em nome dele e um espaço

de negociação, discussão ou deliberação pública e é reconhecida pelos demais representantes deste grupo.⁶

A Comunidade Surda era um grupo invisível socialmente, como já analisamos e fundamentamos nossas análises em dois livros de Jacques Ranciére: “O desentendimento” e “A Partilha do Senvível”. Ranciére faz uso dos verbos CONTAR e NÃO CONTAR para comparar e significar a presença/ausência do povo surdo, pois o povo surdo enquanto não-contado é não-povo. A partir do momento em que é contado, torna-se povo. Porém, tornar-se povo não significa que suas reivindicações ou o seu *status* seja totalmente reconhecido. Nesse momento, Deleuze-Gattarri (2002) tem uma orientação. A língua dos sinais é a máquina de guerra – isto é, um conhecimento próprio – do povo surdo. Com ela se pode invadir os espaços, os lugares e os territórios dos outros povos, para conquistar o seu espaço dentro deles). O fato de ser invisível não tem relação com o fato de sua inexistência. Resistimos dentro da invisibilidade, tínhamos os nossos representantes invisíveis para a sociedade ouvinte, mas visíveis para o povo surdo. Esses representantes, citados na tabela sobre protagonistas neste capítulo, pertencem à História da educação de surdos. Atualmente temos representantes surdos com visibilidade social, sujeitos que tomaram para si a responsabilidade de enfrentar as circunstâncias, somam forças com outros sujeitos que também se preocupam com o rumo que a História está traçando para a nossa comunidade linguística. Alguns surdos atuam por meio da representação autorizada com indicação e/ou auto indicação e aprovação da comunidade em geral. Para isso vários fatores são elencados e avaliados, como por exemplo, o trajeto de lutas em favor da comunidade surda.

Isto posto, analisamos que todas as conquistas para cada comunidade surda é resultado de uma herança linguística que resistiu ao tempo, às imposições linguísticas e ao isolamento e invisibilidade social. Não fosse aqueles tempos sombrios que visavam a ocultação da pessoa com deficiência em sociedade, teríamos, na tabela cronológica, um extenso rol de surdos protagonistas e, consequentemente, representantes socialmente.

⁶ Esse texto é uma adaptação da publicação “Enfrentando os desafios da representação em espaços participativos”, de Monica Dowbor, Peter Houtzager e Lizanda Serafim, São Paulo, CEBRAP; IDS, 2008, *apud* <http://www.polis.org.br/uploads/505/505.pdf>

É extremamente válido ressaltar que a parceria entre as instituições responsáveis pela PcD, como por exemplo, a Federação Nacional de Integração da Educação Para os Surdos com a Federação Mundial dos Surdos, na Finlândia estreitaram laços com o Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa Com Deficiência (Conade), ocasionando um positivo e crucial impacto na constituição, luta e implementação de políticas públicas como meio de garantir acessibilidade linguística e movimentos sociais que lutam por novos e primordiais direitos que, efetivamente, poderão atribuir aos surdos (as) o direito a inclusão e participação social (FENEIS, 2006).

Inúmeras são as especificidades da Língua de Sinais e a sua inerência aos sujeitos surdos. Humanizar a imagem destes sujeitos foi um processo que se sujeitou a algumas fases de tentativa de aniquilação linguística e pessoal. Ter superados todas as etapas de semidestruição linguística e social é motivo de celebração da existência da língua e dos surdos. Atribuir ao povo surdo possibilidades de inclusão social e características que identificam a “línguagem” de sinais, como era nomeada há alguns anos para o *status* de língua de sinais é outro impactante avanço em termos de educação formal de surdos.

Indubitavelmente, o ano de 2019 foi um período temporal que apresentou novos registros históricos para a comunidade surda, porque se tornou possível visibilizar a pessoa surda ocupando cargos políticos, frequentando “lugares sociais” antes nunca presenciados. Citando Luiz Vaz de Camões, a comunidade surda, o povo surdo está “navegando por mares nunca dantes navegados”. O acesso a esses “lugares” e também o contato direto com os representantes sociais de todas as esferas sociais e políticas apresenta novas formas de enfrentamento social, esclarecimentos sobre as peculiaridades do povo surdo e os direitos, que estão sendo reafirmados, ressignificados e garantidos com mais fundamentação linguística e respeito ao povo surdo, propiciando o surgimento de novos protagonistas sociais surdos (as).

Elaborar uma retrospectiva histórica sobre o povo surdo não é uma atividade que transmite leveza, haja vista que, devido às inúmeras proibições essencialmente na dimensão linguística vivenciada por esta comunidade muito de nossa língua, cultura, língua e história, foram silenciadas pela própria História. Certo é que o presente é formado por “passados”, que em determinadas situações são coerentes ou não. A Declaração Universal dos Direitos Linguísticos que teve o patrocínio da

Unesco associada a outras instituições e organizações não governamentais e signatárias da mesma, ocorreu em Barcelona de 6 a 9 de junho de 1996. Esta Declaração discrimina diversas peculiaridades linguísticas que devem ser respeitadas em suas especificidades. Nem mesmo uma leitura minuciosa nos fez identificar, nas materialidades linguísticas do texto oficial, a referência à Língua de Sinais (UNESCO, 1996). Desse modo, depreendemos que por ser um documento legal, a Declaração incluiu todas as línguas, independentemente de serem orais-auditivas ou viso-espacial. É possível notar também que houve a tentativa de ser imparcial no que tange às diferenças linguísticas de toda e qualquer comunidade linguística. Além de obter neutralidade discursiva, se é que podemos pensar assim, no texto introdutório é ratificado que:

Considerando que diversos fatores de natureza extralinguística (políticos, territoriais, históricos, demográficos, econômicos, socioculturais, sociolinguísticos e relacionados com comportamentos coletivos) geram problemas que provocam o desaparecimento, a marginalização e a degradação de numerosas línguas, e que se torna portanto necessário que os direitos linguísticos sejam considerados sob uma perspectiva global, para que se possam aplicar em cada caso as soluções específicas adequadas; Conscientes de que é necessária uma Declaração Universal dos Direitos Linguísticos que permita corrigir os desequilíbrios linguísticos com vista a assegurar o respeito e o pleno desenvolvimento de todas as línguas e estabelecer os princípios de uma paz linguística planetária justa e equitativa, como fator fundamental da convivência social (UNESCO, 1996) (Grifo nosso).

Garantir a neutralidade discursiva é um dos critérios de texto teóricos, se bem que em diversas situações a efetivação teórica, isto é, a própria prática acontece de forma teórica. Conforme exposto na citação acima, “diversos fatores de natureza extralinguística...”. É essencial salientar neste aspecto que “esses diversos fatores” que “geram problemas que provocam o desaparecimento, a marginalização e a degradação de numerosas línguas” são praticados pelos próprios sujeitos, que posteriormente alegam, sob forma teórica, que tais “fatores de natureza extralinguística” não devem existir. Daí percebe-se a tentativa de neutralidade discursiva no intuito de que fique entendido entre opressor e oprimido, neste caso para os oprimidos socialmente, que existem belíssimos textos teóricos que comprovam que há a tentativa de propor uma igualdade linguística e social, que só não se concretiza nas práticas sociais por causa do “sistema”, criado pelos próprios

opressores. É um jogo social maquiavélico como meio de manter o “poder” nas mãos de quem sempre os teve.

Dando sequência cognitiva, a Declaração Universal dos Direitos Linguísticos é, de fato, uma materialidade linguística que serve como base do tripé: teoria/prática/poder. Em outras palavras, para ser um pouco mais claro visualmente, esta declaração é, metaforicamente, a base entre os “pesos e medidas”; entre a teoria e a prática, ou seja, ela é uma “balança linguística social”, pois age na intenção de “corrigir os desequilíbrios linguísticos” e “estabelecer os princípios de uma paz linguística planetária justa e equitativa”.

5.1. As relações de poder, segundo Foucault

Compreender as relações de poder sob a ótica de Michel Foucault é critério essencial para estabelecer conexão reflexiva sobre a “balança linguística social” por nós apresentada. Em termos etimológicos, a palavra poder, que vem do Latim vulgar *potere*, substituído no Latim clássico por *posse*, que vem a ser a contração de *potui*, ou seja, esse “ser pleno em autoridade”. Para Blackburn (1997, p. 301), ancorado ao dicionário de filosofia, a palavra poder ser entendida como “a capacidade de este conseguir algo, quer seja por direito, por controle ou por influência. O poder é a capacidade de se mobilizar forças econômicas, sociais ou políticas para obter certo resultado [...]”. Nesse sentido as relações sociais são articuladas e controladas pelas relações de poder entre teoria e prática, entre “ser e não ser”. Como é possível analisar por meio do discurso imagético produzido acima é o poder que sustenta todos os discursos e todas as práticas sociais. Em síntese, a teoria regulamenta os discursos, a prática os executa e o poder exerce a função de um juiz: decide o que pode ou não ser regulamentado e/ou executado.

Dimensionar nossas inflexões na área da surdez nos possibilita criar analogias capazes de transformar o discurso teórico em discurso imagético como uma das metodologias de compreensão e apropriação linguística para o surdo. Diante do exposto, adaptamos o tripé teoria/prática/poder para a língua de sinais como meio de esclarecer para a comunidade ouvinte como o povo surdo assimila as materialidades linguísticas da modalidade escrita/Língua Portuguesa para a modalidade viso-espacial/Libras. Inicialmente é preciso relacionar às palavras (campo teórico) às imagens (campo prático/visual) para posteriormente ser possível

criar relação de sentido, significado formal entre os campos estabelecidos. Relacionamos, então, o termo “teoria” à imagem “visão”, haja visto que o surdo é um sujeito que capta conhecimentos por meio do campo visual e as transmitem por intermédio das “mãos”, aqui relacionado ao termo “prática”, como ato de fazer algo. Refletindo um pouco mais chegamos ao consenso de que o “sujeito” está intrinsecamente relacionado ao conceito de “poder”. A demonstração figurativa abaixo permite compreender o processo de aprendizagem pela qual o surdo necessita ter acesso para que haja a aquisição do conhecimento e a aplicação do mesmo em sociedade. A analogia proposta aqui quer identificar que as relações de **teoria** – visão, **prática** – mãos e **poder** – sujeito são tão intrínsecas ao povo surdo que conseguimos desvelar as “relações de força” que persistem em isolar dois grupos: surdos e ouvintes.

Retomando o texto da Declaração Universal dos Direitos Linguísticos para fundamentar a questão da aquisição do conhecimento, no qual é reiterado nas especificações do ponto 2 do 2º:

O direito ao ensino da própria língua e da própria cultura; o direito a dispor de serviços culturais; o direito a uma presença equitativa da língua e da cultura do grupo nos meios de comunicação; o direito a serem atendidos na sua língua nos organismos oficiais e nas relações socioeconómicas.

Deixando de lado discursos que objetivam amenizar situações conflitantes e vexatórias, é preciso garantir ao surdo “o direito ao ensino e aprendizagem da/na própria língua [...]” (GOÉS, 2009, p. 59), fizemos uso da reticência porque não será necessário repetir o que uma parcela expressiva da sociedade já está exausta de saber, mas que continua acreditando que o surdo só será aceito socialmente se o mesmo for habilitado para falar e ouvir, como vemos em muitas situações sociais. Ao não possibilitar que o surdo seja alfabetizado em sua língua natural, a “sociedade/sistema” permitiu a ocorrência de mais um desastre linguístico.

Em vista do exposto é necessário apresentar aspectos que merecem ser analisados, nos seguintes termos:

1. A forma como o surdo aprenderá a segunda língua (a Língua Portuguesa) sem antes ter aprendido a primeira língua (Libras);
2. Onde os surdos terão acesso à aprendizagem da primeira língua, em termos de municípios e estados no Brasil;

Certamente que tal aprendizagem deveria ocorrer em escolas bilíngues, onde seja respeitado o direito do surdo aprender Libras e depois Língua Portuguesa, ou simultaneamente. Por outro lado, sabemos que até o presente momento não existe um levantamento confiável de quantos municípios brasileiros têm escola bilíngue. (CAMPELLO e REZENDE, 2014)

A Lei nº 10.436/2002 afirma que a Libras não pode substituir a Língua Portuguesa, todavia a Língua Portuguesa está substituindo a Libras justamente na fase de alfabetização e letramento, no momento em que o surdo está no processo de formação identitária, de reconhecimento linguístico e pessoal enquanto sujeito surdo em um lugar em que a maioria das pessoas são ouvintes e que desconhecem a Libras e a importância desta na vida do surdo.

Momentos esses que têm como representantes, em sua maioria, pessoas ouvintes, o que agrava sobremaneira o processo de aceitação e compreensão de sua construção enquanto sujeito social. Desta forma, o surdo fica “aprisionado” no sentido de que não sendo fluente em sua própria língua torna-se quase impossível a fluência em Língua Portuguesa na modalidade escrita devido ao entrave criado desde os primeiros contatos em escolas regulares, que têm apenas o ensino de Língua Portuguesa na modalidade oral e auditiva, via de “mão única” no ato de ensino e aprendizagem.

O resultado disso é que a maioria dos surdos não sabe ler e escrever em Língua Portuguesa e o tamanho deste prejuízo linguístico é imensurável. Por esses e outros motivos os surdos não desistem de lutar pela difusão de escolas bilíngues no Brasil. Assim, pode-se concluir que o equilíbrio entre as relações: visão – mão – sujeito (teoria – prática - poder) é fundamental para que as políticas públicas voltadas para a inclusão social e linguística do surdo e ações que priorizam o ensino bilíngue sejam realizadas em prol da união entre os seres humanos.

Em 1996 o discurso da Declaração Universal dos Direitos Linguísticos já indicava que deveriam ocorrer adaptações específicas concernentes à aquisição linguística de acordo com as peculiaridades de cada sistema linguístico. Conforme os 28.^º e 36.^º

Art. 28. Todas as comunidades linguísticas têm direito a um ensino que permita aos seus membros adquirirem um conhecimento profundo do seu patrimônio cultural (história e geografia, literatura e outras manifestações da própria cultura), assim como o melhor

conhecimento possível de qualquer outra cultura que desejem conhecer

Art. 36º. Todas as comunidades linguísticas têm direito a dispor de todos os meios humanos e materiais necessários para assegurar o grau desejado de presença da sua língua e de auto expressão cultural nos meios de comunicação do seu território: pessoal devidamente formado, financiamento, edifícios e equipamentos, meios tecnológicos tradicionais e inovadores

O que temos de conhecimento é que a inclusão de estudantes surdos na educação regular com estudantes ouvintes em uma mesma sala destruiu toda e qualquer forma de aquisição linguística formal da língua de sinais, conforme proposto pela Declaração de 1996, pois nas instituições de ensino são utilizados exclusivamente o ensino da Língua Portuguesa, desrespeitando a língua, cultura, identidade e representatividade surda. A escola bilíngue disporia de professores/representantes surdos (as), o ensino seria realizado na língua materna dos surdos, posteriormente/ou simultaneamente, dependendo das habilidades de cada estudante, seria ensinado a Língua Portuguesa na modalidade escrita.

5.2 A conquista do lugar social no território sul-mato-grossense

O advento tecnológico nos anos 1990, teve relevância para o povo surdo. As redes sociais favoreceram a aproximação virtual da comunidade surda nas dimensões local, estadual, nacional e mundial, essencialmente quanto ao uso e postagem de vídeos em Libras. A tecnologia promoveu a visibilidade dos surdos, dentre as inúmeras contribuições positivas por ela realizadas. Essa visibilidade exigiu dos surdos um posicionamento social: ou fariam uso das ferramentas tecnológicas para mostrar força, competência, sabedoria, cultura, identidade, língua e união, ou ocorreria o inverso do que o discurso que a sociedade preconceituosa e absolutamente segregacionista registrou na memória social de que os surdos são incapazes, fracos, nervosos, desinformados, inativos, dentre outros adjetivos negativos.

Os surdos estão presentes para provarem que os registros históricos proibitivos antigos sobre eles estavam completamente infundados. Eram ouvintes teorizando sobre a língua, cultura e identidade dos surdos. Agora falam por eles

mesmos, afinal, adquiriram por meio de incessantes lutas o direito de fala, de voz e lugar social.

Os surdos estão lutando por um merecido lugar dentro do território de Mato Grosso do Sul, algumas lutas já foram travadas, houve ganhos e algumas perdas. O importante é que dia após dia estão se fortalecendo cada vez mais, tanto linguisticamente quanto grupo social.

Foi a partir de 1980 que o movimento social surdo nasceu, vinte e dois anos depois o silenciamento da língua e do povo surdo perdurou. Foi apenas em 2002 que este movimento teve o seu registro oficial por meio da Lei Federal nº 10.436, exatamente no dia 24 de abril. De lá para cá houve várias transformações estruturais, essencialmente na criação de políticas públicas para atender e incluir o surdo no lugar social antes pertencido apenas às pessoas ouvintes. Umas dessas mudanças sociais foi a criação da Escola para Surdos, o Ceada. Foi ela que propiciou aos surdos um enraizamento linguístico, um lugar social que atendia todas as singularidades que perpassam o povo surdo, com todas as suas nuances.

A História da educação de surdos em Mato Grosso do Sul tem suas raízes linguísticas ancoradas na História do Instituto Nacional de Educação de Surdos no Rio de Janeiro, pois lá foi o berço linguístico de todos os surdos brasileiros. Alguns deles mudaram-se para Campo Grande/MS e trouxeram experiências inovadoras e funcionais sobre a educação de surdos. Naquela época, Campo Grande atribuía aos surdos exclusivamente o lugar da exclusão e da invisibilidade. Coube a esses surdos ativistas/protagonistas criarem ambientes de encontro para a comunidade surda perceber que não estavam sós, que não eram poucos, nem frágeis, nem incapazes, conforme o discurso propagado n/pela sociedade e assimilado por grande parte do povo surdo; discursos estes que contribuíram para a fragmentação e dispersão do povo surdo enquanto sujeitos detentores de direitos e deveres. A função de resgatar a língua, a cultura, a identidade, a dignidade pessoal e social e lutar por direitos, até então, silenciados coube a um pequeno grupo de surdos que não se intimidaram com a conjuntura política, linguística e social daquele período: o silenciamento dos direitos da pessoa com deficiência. Os conceitos de “silêncio” e “silenciamento” trazidos à luz por Orlandi (2007, p. 11-2) materializam o “lugar” vivenciado pelos surdos e os incorporam metaforicamente a presença neste “não-lugar”:

Há um modo de estar em silêncio que corresponde a um modo de estar no sentido e, de certa maneira, as próprias palavras transpiram silêncio. Há silêncio nas palavras; o estudo do silenciamento nos mostra que há um processo de produção de sentidos silenciados que nos faz entender uma dimensão do não-dito absolutamente distinta da que se tem estudado sob a rubrica do ‘implícito’.

Existe a possibilidade de a língua de sinais ter sido facilmente silenciada por ser uma língua que acontece no silêncio, mas não devemos pensar o silêncio como inexistência, pois é o silêncio que organiza as palavras e as ideias. O silêncio sinalizado corresponde a um modo de estar no sentido, a um modo de ser, de existir e resistir. Resiliência é um conceito que fundamenta o processo de existência do povo surdo enquanto grupo social

A criação da Assums, no dia 6 de março 1982, teve como presidente o senhor José Ipatinga de Aquino, este foi o marco histórico em relação à inclusão e educação de surdos em MS, tornou-se referência de um lugar social em que os surdos tinham o direito ao uso de sua língua materna, visibilidade, respeitado e aceitação. Entretanto, ainda era um lugar invisível socialmente, criou-se então, por meio desta associação, um Movimento Social Surdo em Mato Grosso do Sul. Este Movimento Surdo empenhou-se em lutar com todas as forças e mãos inclusivas para que o surdo nunca mais pertencesse ao não-lugar. Pelejaram para dar voz ao silêncio sinalizado. A consequência da resistência e do fortalecimento da comunidade surda ocorreu em 1986 quando o Governo do Estado assinou um decreto oficializando a abertura do Ceada, este foi o segundo passo a caminho da visibilidade e inclusão linguística social. O Ceada, escola para surdos, contava com o atendimento de psicólogos, assistentes sociais, professores, instrutores, fonoaudiólogos dentre outros atendimentos exclusivo para a inserção social do povo surdo.

Com 15 anos de existência o Ceada somava quase 200 surdos matriculados. Esta escola representava o berço linguísticos dos surdos sul-mato-grossenses foi a segunda conquista de um lugar social dentro do território de Mato Grosso do Sul. Iniciou-se o processo de visibilidade linguística e social. Com o passar dos anos e troca de governos que propuseram “novas” propostas políticas para a educação especial o povo surdo sofreu um golpe em dezembro de 2016 e atualmente, ainda não é possível mensurar os prejuízos linguísticos que será imposto sobre a geração alfa de surdos. O fechamento da escola Ceada é um desastroso retrocesso para o

povo surdo. Fechar as portas do Ceada significa silenciar as nossas mãos/voz, apagar a história local dos surdos, tornando-os invisíveis socialmente porque ela simboliza a liberdade de expressão. Em 2005, por questões financeiras, as portas da Assums, foram fechadas, isto é, dois lugares sociais que serviam de fortalecimento linguístico foram silenciados.

O surdo ativista Nelson Pimenta, uma das referências de luta pela quebra de paradigma social para os surdos, não se rendeu às imposições oralistas, lutou pelo seu próprio lugar social e, consequentemente, somou forças para a criação e ampliação do lugar social destinado aos surdos, que até então era um lugar invisível. A sociedade foi obrigada por meios legais a abrir as portas linguísticas, a ser acessível também para os surdos, com base na própria Constituição Federal de 1988 em seu quinto que afirma que todos são iguais perante a lei.

É essencial frisar que o movimento surdo conseguiu conscientizar a sociedade de que os surdos estão presentes. Fragmentar o discurso da igualdade padronizada no seio social foi fundamental para se discutir as peculiaridades de cada sujeito enquanto grupo social. Foi necessário fragmentar também o discurso padronizado que estigmatizava o povo surdo assim como todos os grupos de minorias sociais para inserir e solidificar o povo surdo no paradigma social.

Após o fechamento do Ceada, em dezembro de 2016, a comunidade surda sofreu uma forma de apagamento/silenciamento linguístico e social, visto que este centro educacional era o berço linguístico de todos os surdos de Campo Grande, surdos estes que atualmente são referência de protagonismo social, dentre eles Elaine Aparecida de Oliveira, Elisa Ferreira Paulino Borges, Carlos Magno Terrazas Leonel e Adriano Oliveira Gianotto, entre outras centenas de sujeitos surdos, que receberam ensinamentos para a vida escolar e social. Foi o Ceada que possibilitou a estes lutar por uma vida digna.

Mato Grosso do Sul se destaca historicamente pelos movimentos e lutas pela inclusão de surdos por intermédio de políticas públicas que são bravamente reforçadas pela Associação de Surdos, atualmente reformulada e nomeada de Associação de Famílias, Amigos, Profissionais e Pessoas Surdas/Mato Grosso do Sul (AFAPSMS), aprovado em sessão da Assembleia Geral de Fundação, realizada em 21 de setembro de 2018, em Campo Grande. Observamos que na última década houve ênfase na visibilidade dos surdos, a presença e atuação destes em lugares sociais antes desconhecidos e inacessíveis linguisticamente ocasionou um novo

olhar da própria comunidade surda para os surdos. Os surdos da geração alfa, nascidos do ano 2000 para cá, já têm em Mato Grosso do Sul referências linguísticas, representatividade social. O processo de reestruturação comunitária, de fortalecimento da comunidade surda é uma das bases para que novas conquistas sejam alcançadas.

No dia 12 de janeiro de 2017, na qualidade de representante do Movimento Surdo, o autor desta tese apresentou um projeto, junto à comunidade surda, versando sobre alguns de nossos anseios com relação a estrutura de ensino oferecida pelo governo estadual. Nossa proposta foi de encontro ao proposto pelos governantes porque a nossa proposta era contra a inserção de estudantes surdos no ensino regular; a nossa luta era e é por escolas bilíngues. Não obtivemos sucesso pedagógico porque a ordem de fechar a Ceada foi mantida, mas obtivemos sucesso social, pois o registro do nosso Movimento nas ruas foi veiculado pelos jornais locais; percebemos naquele momento princípios de visibilidade, que era o que precisávamos para poder requerer alguns recursos que sedimentarão nossos objetivos.

Foto nº 1 Movimento surdos e comunidade surda do Mato Grosso do Sul



Fonte: Capitalnews, 2019).

A educação bilíngue, uma escola bilíngue para surdos era a proposta. Conseguimos, por meio de uma Comissão Especial de Educação Bilíngue, mostrar o nosso modelo de ensino para a educação formal de surdos. Após análise da nossa proposta o Governo firmou o compromisso de implantar escolas bilíngues até 2018, em contraponto foi enfatizada a ausência de profissionais habilitados para atenderem à demanda de surdos na capital.

Nossa proposta de educação bilíngue contrariava a proposta da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB). Esta lei compreende a Educação Especial de forma geral, não respeita a singularidade linguística dos surdos, por isso o nosso objetivo era alterar a LDB ao propor o direito ao ensino em que a Língua fosse a língua dominante para ensino formal tanto para surdos quanto para ouvintes. O capítulo V da LDB em seu art. 58 veicula a educação formal de forma ampla, o que prejudica a educação de surdos, por ver o sujeito surdo como deficiente apenas e não o comprehende como uma especificidade linguística.

Entende-se por educação especial, para os efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superlotação (Redação dada pela Lei nº 12.796, de 2013).

A inclusão de estudantes surdos no ensino regular com estudantes ouvintes e sem a capacitação antecipada dos profissionais para atender os surdos em sua complexidade linguística desvalorizou a cultura e identidade surda. Houve uma fragmentação na comunidade surda e um afastamento entre os surdos. A pesquisa do professor Dr. Fernando Capovilla⁷ comprova que este processo inclusivo no ensino regular enfatizou a importância e urgência da implantação de escolas bilíngues como meio de devolver valorização linguística ao povo surdo.

Em 2017, mediante concurso público, assumimos o cargo de Professor de Libras na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, no município de Três

⁷ Na USP, há 15 anos [patrocínio do CNPq, Capes, Inep, da Fundação Vitae, e Fapesp], realizamos rigorosos estudos sobre desenvolvimento cognitivo e linguístico de crianças surdas e deficientes auditivas. Em um dos estudos avaliou 8.000 alunos surdos, oriundos de 15 estados brasileiros, e provenientes de todos os níveis educacionais. Essa pesquisa científica utilizou 20 instrumentos validados e normatizados que mensuram competências como leitura e escrita alfabéticas, compreensão de textos e de sinais, leitura orofacial e vocabulário em Português, e produção de textos, tendo como covariantes o nível escolar, a idade em que ocorreu a perda auditiva, e o grau dessa perda auditiva. Depois de examinar cada aluno durante 18 horas, a pesquisa revelou que, na educação infantil e nos primeiros 5 anos da educação fundamental, pelo menos, os alunos surdos se desenvolvem mais e melhor em escolas especiais para surdos (nas quais recebem instrução em Libras), ao passo que os alunos com deficiência auditiva se desenvolvem melhor em escolas comuns em regime de inclusão. A pesquisa concluiu que o melhor arranjo para crianças surdas consiste na articulação entre a educação principal em escolas para surdos durante o turno principal, e a educação complementar em escolas comuns em regime de inclusão em contra turno complementar. A escola especial constitui o foro especializado em desenvolver competências cognitivas e linguísticas no alunado surdo; ao passo que a escola comum em regime de inclusão constitui o campo de provas para retroalimentar a educação especial.

Lagoas. De imediato notamos as formas de silenciamento linguístico, de exclusão e inacessibilidade social. Tornou-se difícil viver em uma cidade em que os surdos já estavam acostumados a viver na invisibilidade, sem acessibilidade linguística. Embora fosse a terceira maior cidade do estado, mas era um território que não possuía “lugar” social para os surdos. Mais uma vez na função de representante da comunidade surda recorremos às autoridades e propomos alguns projetos que viabilizariam acessibilidade e princípios de visibilidade linguística e social. O primeiro projeto colocado em votação e aprovado por unanimidade foi a reformulação da Lei que instituía Libras como meio formal de comunicação no município. O segundo projeto foi também aprovado e já está em funcionamento. Trata-se da criação de uma Central de interpretação de Libras (CIL), projeto proposto em novembro de 2018, esta central foi inaugurada no dia 1º de agosto de 2019, graças ao apoio do Prefeito Ângelo Guerreiro, a Vereadora Sirlene e, principalmente, do vereador Antônio Empke Júnior, conhecido como Tonhão e todos os vereadores e secretarias que somaram forças com a comunidade surda e possibilitaram autonomia e visibilidade social; sempre nos atenderam muito bem, valorizando a nossa língua e necessidade de liberdade linguística.

Foto nº 02 Apresentação de propostas visando à acessibilidade linguística e o desenvolvimento local.



Fonte: Capitalnews (2019).

A conquista de um lugar social no território de Três Lagoas deve ser aplaudida. De 2017 a 2019 dois projetos de fundamental importância para os surdos foram realizados com sucesso.

A CIL possibilita aos surdos acessibilidade linguística em todos os lugares sociais públicos. As pessoas da comunidade surda três-lagoense uniram-se, deram as mãos para lutar por melhorias. Esta comunidade só precisava de um

representante protagonista para orientá-la na busca por direitos, por isso enfatizamos a relevância de sujeitos surdos protagonistas. Alterar a visão excludente e preconceituosa que a sociedade tem da cultura, língua e identidade surda é um processo muito importante para que os surdos se sintam pertencentes ao território onde nasceram e/ou vivem, tanto ao território enquanto espaço regional quanto ao território linguístico, ou seja, tenham a liberdade de ser participantes e representantes nos lugares sociais.

Excedendo toda e qualquer expectativa, no dia 26 de abril de 2019, o autor da presente tese, representante da comunidade surda trêslagoense, acompanhado da TILS Sheyla Matoso Silva, também professora na UFMS, apresentou ao Prefeito Ângelo Chaves Guerreiro propostas para que a Libras adquira *status* de Lei Municipal. Na oportunidade, aquela autoridade deixou claro, que apoiava esta causa com pretensões inclusivas e que estava disposto a somar forças e “trabalhar em prol da criação dessa Lei e que tinha certeza que ajudaria as famílias e toda a população trêslagoense, colocando-se à disposição para estudar junto ao Jurídico a viabilidade da criação desse projeto”. Este “acontecimento social” foi veiculado por dois jornais locais. Em vista do exposto podemos afirmar que a luta deve ser permanente para que o surdo tenha condições de ser protagonista social, o que vai ao encontro do que propugna o Desenvolvimento Local. Assim divulgamos nossas experiências em várias cidades do país neste mesmo espaço temporal.

Foto nº 03 Inauguração da CIL em Três Lagoas/MS



Fonte: arquivo pessoal (2019)

Em admirável empenho pela visibilidade e empoderamento do surdo, deu-se no mês junho de 2019, mês do respeito à inclusão, na UFMS, campus de Três Lagoas, um relato de experiência de vida do autor desta tese, sobre o tema **Inclusão e exclusão: da invisibilidade para a visibilidade**. Todas essas ações foram presenciadas pela maioria dos surdos três-lagoenses. O primeiro Projeto de Lei (PL) que apresentamos ao Prefeito Ângelo Chaves Guerreiro, no dia 26 de abril, previa a alteração de uma lei anterior e foi colocado em votação na Câmara Municipal de Três Lagoas. Tal projeto foi aprovado por unanimidade, no dia 17 de julho de 2018. Esta data será sempre lembrada como o dia do nascimento oficial da comunidade surda três-lagoense, um marco histórico na luta pelos direitos, valorização linguística e visibilidade social. Na semana seguinte a este dia memorável este PL foi assinado e sancionado pelo referido prefeito.

5.3. A relevância do protagonismo para a pessoa surda

Neste tópico analisaremos as materialidades linguísticas apresentadas pelos entrevistados (as) ancorados em uma abordagem fenomenológica com vertentes que enfatizam conceitos sobre visibilidade, invisibilidade social, traçando um paralelo com a história da educação, empoderamento e movimento surdo em Mato Grosso do Sul. A metodologia consistiu em realizar entrevista por meio de questionários contendo subitens relacionados ao tema supracitado, os mesmos foram respondidos pelo aplicativo “Google Drive”. Pretende-se, nesta análise reflexiva, evidenciar o surdo, nossa língua, cultura, identidade e práticas educacionais e sociais; saber a opinião da Comunidade Surda sobre os surdos, investigar a opinião do povo surdo sobre si mesmo por meio dos discursos produzidos. O questionário é composto por 7 questões diretamente relacionadas ao tema desta tese: **O protagonismo surdo do ponto de vista do desenvolvimento local**. Foi divulgado pelas redes sociais e obtivemos a participação de professores surdos, ouvintes, diretores, pesquisadores, funcionários federais, estaduais e municipais. Conseguimos a participação de 30 sujeitos que responderam às questões, portanto, cada questão apresentará trinta respostas. Os objetivos desta pesquisa é trazer à tona esta temática e colocá-la em pauta para possíveis reflexões e ações que visam diminuir as barreiras sociais, contribuir com novas propostas nas legislações municipais; ampliar o desenvolvimento local, no sentido linguístico do

termo, e promover o entrelaçamento linguístico entre surdos e ouvintes neste percurso histórico-linguístico pela qual “navegaremos” a seguir.

5.4. O que é ser protagonista?

As respostas a esta pergunta, no conjunto dos entrevistados foram as seguintes:

- 1). É o personagem principal de uma história.
- 2). Ser personagem principal de uma história, podendo ser no teatro, música ou na vida.
- 3). Às vezes, eu faço a parte.
- 4). Estar atuando como principal, estar realizando algo importante.
- 5). Protagonizar algo ou ser protagonista, é estar à frente de certa tarefa, ter destaque.
- 6). É um personagem principal de uma narrativa ou obras literárias.
- 7). Aquele que representava esse papel.
- 8). Alguém que se destaque em relação às pessoas ao redor; que seja diferente em alguns, ou vários, aspectos.
- 9). É ser um personagem principal de uma narrativa.
- 10) Autor da própria história e projetos.
- 11) A pessoa principal.
- 12). É alguém que tem o papel principal na sua vida, responsável por decisões e mudanças.
- 13) A pessoa que luta por uma vida melhor. Corre atrás dos seus objetivos.
- 14) Pessoa que desenvolve algo importante.
- 15). Alguém representando/apresentando algo ou alguém.
- 16). Ser visível, o que aparece mais, destaca.
- 17). Ser autor principal da própria história.
- 18). É uma pessoa que tem sua atuação de suma importância. Como os líderes surdos.
- 19). Ter destaque e ter respeito pela diferença.
- 20) O papel mais importante, líder, apresentar o tema principal...
- 21) Pessoa que assume a liderança de um projeto ou ação e que se torna o personagem principal durante o desenvolvimento do mesmo.
- 22). Ter papel de destaque em um determinando processo ou evento.
- 23). Ser ativo fazendo acontecer.
- 24). Ser atriz (pessoa) representar uma história real ou ficção sendo a principal.
- 25) Protagonista é uma pessoa que tem um papel importante e é vista e reconhecida por todos.
- 26). Ser o agente principal de sua história, suas conquistas, suas opiniões, posicionamentos políticos.
- 27). Estar à frente nas tomadas de decisões de sua vida, suas escolhas.
- 28). É ser o principal atuante.
- 29) Personagens principal e

30). Que carrega uma história, ou melhor, que conta histórias de força, mas que enfraquece, quando usadas repetidamente e não cria narrativas que não a represente por abordar o ativismo e o protagonismo social na luta dos direitos dos deficientes auditivos. É quem escreve sua própria história de vida. É a pessoa principal que age, que faz.

Analizar os influxos (ação, efeito, influência) linguísticos nos “discursos ditos, mas que ainda estão por dizer” é o ofício do pesquisador: desvendar o empirismo embutido nos discursos. Partindo desta premissa e associando-a às respostas obtidas, como se pode inferir dos depoimentos, ser protagonistas implica ocupar um “lugar social” e fazer uso deste “lugar” para trazer contribuições para a comunidade ao seu entorno. O protagonista social é, então, um fenômeno incorporado que luta para “dar voz”, ser o porta-voz de uma determinada comunidade linguística e social.

5.5. Qual a importância do protagonismo das pessoas surdas?

As respostas a esta pergunta, no conjunto dos entrevistados foram as seguintes:

- 1). De fazer nos fazer entender que as pessoas com surdez fazem parte da sociedade que tem competência e pode desenvolver um bom trabalho e também ter um bom relacionamento com todos.
- 2). Construírem uma história fazendo parte dessa história.
- 3) Sim. Tem pouco e preciso mais as pessoas surdas.
- 4) A mesma de uma pessoa ouvinte. Desenvolver algo com autonomia é importante para surdos e ouvintes.
- 5) O protagonismo de pessoas surdas é muito importante pois, mostra que o surdo é como eu e você, ele tem apenas uma limitação auditiva, mas somos iguais a eles, também é importante, pois eleva a autoestima de uma sociedade "esquecida".
- 6). Estar em destaque, ter voz, falar de um lugar conhecido.
- 7) Em torno do qual se construir a surda.
- 8). Quando se conhece a Cultura e a Comunidade Surda, percebe-se que os preconceitos enfrentados são diversos. Seja por ignorância ao tratamento verbal e/ou social aos surdos; desconhecimento da Língua de Sinais; falta de bilinguismo no país que defende os direitos por lei, mas não os cumpre; entre vários outros. Isso faz com que a presença e promoção do surdo seja essencial para quebrar barreiras e divulgar sua necessidade e importância.
- 9). Para que sejam quebrados mitos dos quais se dizem que o sujeito surdo é incapaz de qualquer coisa, o protagonismo de pessoas surdos deve ser cada vez mais presente em todos os lugares, para que a sociedade entenda de uma vez por todas e que venham a refletir sobre presença do surdo e aprender com os mesmos para que estes possam evoluir e se desenvolver.

- 10). Uma melhor educação bilíngue.
- 11). De suma importância.
- 12) Como qualquer cidadão, os surdos devem tomar atitudes que são essenciais para sua vida. Deve ser o responsável por suas lutas e conquistas. Atuar de forma ativa na construção de sua história.
- 13) A luta por seus direitos e ser o protagonista da sua própria história. Sendo modelo a ser copiado pelos outros surdos.
- 14) Luta para garantia de seus direitos na sociedade.
- 15). Para um melhor entendimento.
- 16) Divulgação da língua Libras.
- 17) A importância do protagonismo da pessoa surda é o reconhecimento da sua língua – Libras.
- 18) Reconhecimento de sua atuação. Valor do seu discurso.
- 19). Representar o povo surdo
- 20) Movimento, teatro, congresso, divulgação da Libras...
- 21) O protagonismo é fundamental para o desenvolvimento de um projeto com sucesso.
- 22). É essencial para fortalecimento do aprendizado e independência da pessoa surda.
- 23) Quando o surdo "aparece" toda a comunidade é beneficiada. Até assuntos referentes a surdez leva a sociedade a ver a pessoa surda no meio. Um exemplo a citar foi o tema da redação da prova do Enem 2017. Muitos enxergaram os surdos a partir deste ato.
- 24). Representa a própria história de luta e por meio da representação para que a sociedade reconheça a pessoa surda como capaz de crescer desenvolver um trabalho como qualquer outra pessoa.
- 25). As pessoas surdas têm os mesmos direitos que as outras pessoas, é necessário ter o protagonismo para que a sociedade os veja e os respeite.
- 26). Os surdos perpassaram (e talvez ainda perpassam) uma situação de estar sempre a margem de sua própria história. Decisões são tomadas por ouvintes muitas vezes, mesmo sendo assuntos relacionados aos próprios surdos. A família, além da sociedade geral, priva os surdos de serem agentes protagonistas, de fazerem suas escolhas.
- 27). Terem direito a "voz" e vez.
- 28) A inclusão do surdo.
- 29). Por abordar o ativismo e o protagonismo social na luta dos direitos dos deficientes auditivos
- 30) A importância é que elas vão à luta apesar das diferenças linguísticas, buscam escrever sua própria história indo à luta por seus direitos e conquistando seu espaço na sociedade.

Como se pode extrair dos depoimentos, as razões pelas quais as (os) surdas (os) protagonistas são citados indicam que assim como as pessoas ouvintes são protagonistas e lutam pelas causas das pessoas ouvintes, é importante, também, que o surdo ocupe este “lugar social” para também lutar por benefícios que valorizem e solidifiquem o sujeito surdo nesta tão complexa estrutura social que já tem um padrão pré-estabelecido linguisticamente desde a “descoberta do Brasil”. A Língua Portuguesa na modalidade oral-auditiva sempre foi a base para que

qualquer sujeito se estabelecesse enquanto um ser social. À medida que o povo surdo faz uso da Língua de Sinais, uma língua visual-espacial, foge à regra do padrão linguístico determinado, determina-se a exclusão linguística e, simultaneamente, social, têm-se a ausência de protagonismo surdo.

Antes do sancionamento da Lei nº 10.436/2002 e do Decreto nº 5.626/2005 pouquíssimos surdos (as) pertenciam ao grupo de protagonistas sociais. Afinal, é difícil ser protagonista surdo dentro do padrão linguístico estabelecido. “Cada um puxa a sardinha para o seu lado” é um dito popular que faz total sentido e que corrobora com o entendimento de que o povo surdo brasileiro teve direito a voz há poucos anos, por isso esta função foi arbitrariamente delegada às pessoas ouvintes que tinham algum parente surdo (a). Agora que temos o direito de expressão linguística estamos lutando pelos nossos, não com o objetivo de medir forças, mas sim de somar forças para que todos sejam respeitados em sua especificidade linguística, seja ela oral ou visual.

5.6. Quais são os surdos (as) protagonistas que você conhece? Por que eles (as) são protagonistas?

As respostas a esta pergunta, no conjunto dos entrevistados foram as seguintes:

- 1) Elisa, Adriano, Eliane, Bruno.... Porque são pessoas que lutam por causa própria, ou seja, dos surdos.
- 2) Conheço Shirley Vilhalva, Karin Strobel, Sueli Ramalho e Adriano Gianotto. Porque representam a comunidade surda e se fizeram presentes na mesma lutando, dando participações com livros escritos, atividades ou lutando por leis que beneficiam a comunidade surda.
- 3) Sim. Alguns já conhecem bem a área de âmbito.
- 4) Adriano Gianotto, Dayane, Ariela, Zanubia, Heury, Clara, Hellen, Elaine, Milton.
- 5) O Sr. Adriano, pois está à frente da AFAPSMS, a Surda que trabalha no ministério dos Surdos em Brasília (eu esqueci o nome dela), e o Novo Diretor do INES (que não sei o nome dele).
- 6). Na comunidade da região Norte os surdos acadêmicos, os de movimentos políticos e de associações. São protagonistas porque levam a bandeira de suas lutas a outros surdos e lutam por seus direitos.
- 7). Sim, a representação será que consegue quebra a barreira.
- 8) Adriano Gianotto, Shirley Vilhalva, Zanúbia, etc. Todos eles têm a energia, o conhecimento e a humildade de reconhecerem de que sozinhos ou sem experiência não conseguem se desenvolver. Esses são só alguns dos motivos pelos quais os tornam tão importantes para mim.

- 9) Adriano, Shirley, Alessandra, Flávia, Letícia, Tiago, etc. Estes sempre estão presentes buscando lutar pelo protagonismo do surdo no Estado, alguns já algum tempo outros recentemente. Mas percebo que mesmo com lutas e desafios não desistem de mostrar para uma sociedade que ainda tem mente fechada, a sua capacidade de ser igual ou se desenvolver tanto quanto qualquer outra pessoa.
- 10) Shirley Vilhalva, um ícone na comunidade surda urbana e indígenas pelas lutas enfrentadas em prol a essa comunidade; Karen Strobel; Adriano Gianotto; Gladis Perlin, entre tantos outros.
- 11) Adriano.
- 12). Dos que conheço, os que se destacam são aqueles que estão lutando para ser os principais agentes de sua vida. São protagonistas porque constroem estraves de lutas intelectuais sua história e se posicionam perante a sociedade.
- 13) Mário Pereira Severino, João Paulo Miranda e Maria dos Remédios Godoy. Porque eles são protagonistas de sua própria história. O Mário, surdo profundo, estudou quase a vida inteira sem intérprete e hoje é estudante de Letras Libras. Faltam dois anos para terminar. Ele estuda sozinho, fez estágio e TCC. Maria dos Remédios, surda parcial, estudante de Pedagogia Bilíngue também estuda sozinha não tem ajuda da família. Os dois são surdos de Corumbá. João Paulo, surdo de Campo grande e professor universitária ministra aula de Libras, ele é maravilhoso. Tem didática própria, nasceu para ser professor. Atualmente faz mestrado em Santa Catarina, é um exemplo para os professores ouvintes.
- 14) Adriano Gianotto / Priscilla Gaspar/ Karin Strobel.
- 15) Sheila Matoso / Ruth Oliveira / Matheus Passos - representantes da Comunidade de Surdos aqui na cidade de TRÊS LAGOAS e interpretam para os surdos ficarem cientes dos acontecimentos, pois não são todos que sabem LIBRAS!
- 16) Shirley, Adriano. São protagonistas porque se envolvem em situações de destaque na sociedade e numa sociedade específica.
- 17) Adriano Gianotto, Elisa, Shirley Vilhalva. Porque estão sempre lutando pelos direitos dos surdos. Pelo reconhecimento da sua língua.
- 18) Gladis Perlin, Marianne Stumpf e outros. Eles trouxeram mudanças para comunidade surda no Brasil.
- 19) Marianne Stumpf, pela revolução da escrita de sinais.
- 20) Kátia Lucy (educação de surdos), Lyvia Cruz (Literatura Surda Infantil), Priscila Gaspar (Apoio aos surdos), Marianne Stumpf (Letras-Libras) Karin Strobel (Cultura Surda) ...
- 21). No meu convívio conheço apenas você Adriano! Seu protagonismo está presente nas suas condutas profissionais e familiares. Na sociedade tem trabalhado para que as necessidades das comunidades surdas sejam atendidas.
- 22). Conheço poucas pessoas surdas, mas considero protagonistas aquelas que assumiram o papel principal na autoria de sua própria história, superando os limites e fazendo a diferença.
- 23) Ana Regina Campelo, Nelson Pimenta, Bernardo Klimsa, Leane Cordeiro, Cristiano Monteiro, Antônio Cardoso, Sueli Ramalho, Rimar Segala. São surdos que levantam a bandeira e vão à luta.
- 24). SHIRLEY VILHALVA, por ser representante de luta e conquista para o povo surdo.

25) Shirley Vilhalva, Adriano Gianotto, Elisa Paulino, Karina Strobel e Hellen Keller.

26). Conheço alguns surdos que poderia citar aqui como protagonistas porque hoje assumiram os papéis de agentes principais de suas histórias, mas por não conhecer o contexto de vida anterior não poderia dizer se sempre estiveram assim, como protagonistas.

27) Aqui em São Paulo temos Paullo Vieira, Neivaldo Zovisco e Sylvia Lia. Eles são protagonistas devido ao fato de lutarem por melhor qualidade profissional e educacional para os surdos paulistanos.

28) Carlos, porque é independente tanto pessoal quanto profissional.

29) Joaci Gomes, Alanna Alencar de Araújo, Celso Farias, Vanessa Lima Vidal, Adriano Gianotto. Porque estão à frente na luta dos direitos, mostrando a evolução histórica e fortalecendo a Libras como sua língua materna e como segunda língua.

30). Vários. Ernest Huet, Shirley Vilhalva, Clara Pedrosa, Helen Samuel, Helen Trefzger, Karin Strobel, Adriano Gianotto, João Paulo Miranda, Elisa Paulino, Eliane, Jefferson Cândia, Alessandra e Renato, Milton Terrazas, Aldenir Souza, porque eles frente a cada dificuldade linguística se mostraram fortes, determinados, mostrando que eram capazes. Mesmo incompreendidos não abaixaram a cabeça e escrevem suas histórias com determinação, mostrando a identidade e empoderamento que a Libras dá a cada um.

Tabela nº 3 - Pessoas surdas citadas como protagonistas e/ou ouvintes representantes de determinada comunidade surda.

<u>Nome</u>	<u>Número de vezes</u>	<u>Nome</u>	<u>Número de vezes</u>
Adriano Gianotto	15	Ana Regina de Campelo	1
Shirley Vilhalva	9	Antonio Cardoso	1
Karin Strobel	6	Ariela Carloto	1
Elisa Ferreira Paulino	4	Bernardo Klimsa	1
Elaine Aparecida	3	Carlos Terrazas	1
Marianne Stumpf	3	Celso Farias	1
Alessandra Cruz	2	Clara Ramos Pedroza	1
Gladis Perlin	2	Flavia Martinez Ortiz	1
Helen Trefzger	2	Jefferson Cândia	1
Joao Paulo Romero	2	Joaci Gomes	1
Milton Terrazas	2	Kátia Lucy	1
Priscila Gaspar	2	Leane Cordeiro	1
Zanubia Dada	2	Lyvia Cruz	1
Alana Alencar	1	Mario Pereira Severino	1

Matheus Igor Passos	1	Neivaldo Zovisco	1
Nelson Pimenta	1	Paulo Vieira	1
Renato Borges	1	Rimar Segala	1
Ruth Oliveira	1	Sheyla Matoso	1
Sueli Ramalho	1	Sylvia Lia	1
Vanessa Lima Vidal	1	Thiago Oliveira	1

Como se pode extrair dos depoimentos, as razões pelas quais as (os) surdas (os) protagonistas são citados indicam que eles são reconhecidos pela comunidade surda como sujeitos que tiveram mais oportunidades de aprendizagem, tiveram mais contatos e experiências linguísticas que lhes proporcionaram ocupar este “lugar” de destaque, por não se calarem perante situações de preconceito linguístico e segregação social. São protagonistas porque usaram o conhecimento dos direitos e dos deveres legais dos quais tinham ciência para que o surdo ocupasse um “lugar” de visibilidade linguística e social; foram assim reconhecidos porque não deixaram e não deixam a história de extermínio, proibição e imposição linguística, movimento, resistência, e lideranças surdas serem disseminadas da memória social.

Ficamos surpresos com as diversas indicações do meu nome como referência de protagonismo, imaginei que constaria na lista, mas não que o meu nome fosse o mais citado, sei que um pouco disso reflete o carinho e reconhecimento da comunidade surda pela minha luta diária para que o povo surdo possa gozar do direito de ir e vir com mais acessibilidade linguística. Percebi que pesquisar e trabalhar a temática sobre desenvolvimento local gerou mais informações na comunidade surda sobre os nossos direitos e deveres sociais, houve uma aproximação e discussão política entre os surdos, o conhecimento passou a ser mais disseminado na comunidade, houve uma valorização linguística e cultural dos surdos pelos ouvintes e dos surdos pelos próprios surdos. É como nós sempre dizemos, falta a representatividade surda para que muitos surdos compreendessem um pouco mais sobre o papel social dos sujeitos, independente de serem surdos ou ouvintes, a esse processo dá-se o nome de valorização identitária e cultural, conforme endossado por Sá:

[...] nem estamos pretendendo incentivar a criação de grupos à parte, de minorias alheias à sociedade majoritária. Pretendemos, sim, que sejam reconhecidas as variadas “especificidades culturais”, manifestadas na língua, nos hábitos, nos modos de socialização e de

funcionamento cognitivo que dão origem a uma cultura diferente [...]. O objetivo de considerar, no estudo da problemática do surdo, a questão cultural não é o de incentivar a criação de grupos minoritários à margem da sociedade, mas justamente o contrário, ou seja, o de considerar a diferenciação linguística como necessária para possibilitar o desenvolvimento normal da cognição, da subjetividade, da expressividade e da cidadania da pessoa surda (Sá, 1999, p. 157-8)

O desconhecimento sobre as especificidades linguísticas, identitárias e culturais do povo não ocorre apenas em nível municipal, mas também, em nível nacional. Prova disso foi o tema de redação proposto no Exame Nacional do Ensino Médio, em 2017, na qual uma parcela expressiva da população não tinha argumentos para produzirem os seus textos; foi a primeira vez que esta temática teve enfoque linguístico no Brasil. A partir de então, os ouvintes sentiram-se na obrigação de pesquisar e conhecer um pouco sobre os artefatos da cultura surda, essencialmente sobre a Libras; percebeu-se uma maior abertura para o início de interlocuções sobre/entre surdos e ouvintes. Observou-se também que existem poucos líderes surdos em Mato Grosso do Sul, estado que possui 79 municípios, cremos que isso se deve ao fator inacessibilidade linguística pelos veículos de informação.

A ausência de lideranças surdas em diversos ambientes sociais perpassa para os surdos a ideia de que representantes são pessoas ouvintes, pouco ou quase não se vê pessoas surdas em cargos de representatividade social. É necessária a representatividade surda para que os surdos se sintam representados linguísticos, cultural e socialmente. Em contraponto, a proposta desta questão era direcionada para saber sobre os surdos protagonistas, interessante foi ler o nome de alguns profissionais tradutores-intérpretes de Libras citados como protagonistas pelo fato de contribuírem com o processo de inclusão linguística e incentivadores do desenvolvimento dos surdos em municípios em que os surdos não são protagonistas, não têm autonomia linguística, não são conhcedores de seus direitos e deveres sociais; vivem na invisibilidade social. Outro registro importante é que lemos a citação de nomes de sujeitos surdos contemporâneos, pouca referência aos surdos que enraizaram no Brasil e no mundo a língua de sinais, nota-se, então, o desconhecimento dos feitos pelos protagonistas antepassados.

5.7. Você se considera visível ou invisível na sociedade? Por quê?

As respostas a esta pergunta, no conjunto dos entrevistados foram as seguintes:

- 1). Visível. Porque eu faço parte dessa sociedade com minha contribuição tanto
- 2) no campo profissional como pessoal.
- 3). Visível, pois sempre que posso participo ativamente da comunidade surda
- 4). As pessoas ouvintes pensam que a comunidade surda é minoria e agora estamos juntos a rede social para mostrar a realidade.
- 5). Visível. Porque estou inserida na sociedade e participo ativamente de diversos projetos.
- 6). Visível, acredito que mesmo com pouca visibilidade, luto para que meu trabalho seja mais reconhecido (mostrar e ensinar Libras a todos).
- 7). Visível. Porque estou nessa luta social em prol da comunidade surda.
- 8). Visível como nasci ser surdo e conhecimento de comunidade surda.
- 9). Visível. Pois em cada encontro, procurar absorver e aprender cada vez mais dessas pessoas que inspiram tanto, sejam elas surdam ou ouvintes. Com isso consigo me fazer presente e visível com e por eles.
- 10). Visível, porque procuro estar presente em lugares que são importantes para o objetivo de algo em comum.
- 11). Visível por trabalhar em uma área que hoje está sendo muito requisitado.
- 12). Sou visível porque faço parte da sociedade
- 13). Me considero visível, sou cidadã conheço e exerço direitos e deveres.
- 14). Coloco firmemente minha opinião e tomo decisões baseadas no que acredito.
- 15). Sou visível. Porque trabalho com surdo. Gosto do que eu faço para ajuda li-os nas horas vagas. E sou professora formadora de opinião.
- 16). Visível, pelas lutas como cidadã.
- 17). Visível, tenho um sobrinho surdo e estou me adaptando com este mundo da LIBRAS, já fiz cursos e estou acompanhando a comunidade surda da nossa cidade!
- 18). Eu não me considero visível, apesar de contribuir com a saúde mental.
- 19). Às vezes me considero invisível! Porque não sou valorizada pelo meu trabalho, as pessoas ignoram meu esforço e dedicação. No momento visível.
- 20). Invisível porque a sociedade continua com o mito sobre os surdos.
- 21). Visível aos meus alunos da do curso de Letras Libras da UFT (Universidade Federal do Tocantins)
- 23). Considerando a sociedade onde estou inserido com meus familiares me considero visível. Acredito que esta visibilidade se dá porque exerço minha profissão com zelo e responsabilidade.

24). Visível, a partir do momento em posso fazer a diferença na vida de alguém no processo de mediação do conhecimento, ou seja, como professora e pesquisadora.

25). Visível. Eu mesma me promovo.

26). Visível sou mãe de surdo e sempre lutei pelo direito do surdo.

27). Visível. Porque tenho a maioria dos meus direitos respeitados.

28). As vezes visível, outras invisíveis. A sociedade é extremamente excludente e dependendo do contexto em que você está inserido você pode rapidamente se tornar invisível, mas dependendo se torna visível. Os surdos, assim como outros grupos que procuram o tempo todo ter seu papel de protagonista evidenciado, passam por muitos momentos de "esquecimento" e isso, com certeza, é desafiador. Muitos param no caminho, outros seguem lutando para ter essa visibilidade.

29). Visível, mas a maioria ainda quer nos manter invisíveis. Invisível, porque ainda tenho dificuldades na comunicação por inibição Invisível.... Porque se a própria sociedade se faz invisível

30). Considero-me visível. Estudo, trabalho, estou no contato com o outro, numa troca de aprendizados. Tenho o meu papel na sociedade.

Considerando que oitenta por cento (80%) dos entrevistados são sujeitos ouvintes, conforme gráfico inserido na questão de número sete (7), em termos de análise as respostas indicam que a participação dos ouvintes foi mais expressiva. Do todo, obtivemos cinco (5) respostas nas quais os sujeitos afirmam que se consideram invisíveis por não serem aceitos linguisticamente, por não terem e/ou terem poucos representantes surdos. Um dos entrevistados afirmou que se considera "Invisível porque a sociedade continua com o mito sobre os surdos. " Seguem abaixo alguns deles:

1.MITO: "A língua de sinais seria uma mistura de pantomima e gesticulação concreta, incapaz de expressar conceitos abstratos.";

2.MITO: "Haveria uma única e universal língua de sinais usada por todas as pessoas surdas.";

3.MITO: "Haveria uma falha na organização gramatical da língua de sinais que seria derivada das línguas de sinais, sendo um pidgin sem estrutura própria, subordinado e inferior às línguas orais.";

4.MITO: "A língua de sinais seria um sistema de comunicação superficial, com conteúdo restrito, sendo estética, expressiva e linguisticamente inferior ao sistema de comunicação oral.";

5.MITO: "As línguas de sinais derivariam da comunicação gestual espontânea dos ouvintes.";

6.MITO: "As línguas de sinais, por serem organizadas espacialmente, estariam representadas no hemisfério direito do cérebro, uma vez que esse hemisfério é responsável pelo processamento de informação espacial, enquanto que o esquerdo, pela linguagem" Quadros e Karnopp (2004 p. 31-7).

Desde quando conquistaram a legitimidade linguística por meio da Lei nº 10.436/02 e do Decreto nº 5626/05 o povo surdo vem lutando para desmitificar essas construções linguísticas que por muitos anos o marcaram negativamente. Atualmente o povo surdo soma forças entre si e também com os ouvintes não só para provar que os mitos eram apenas mitos, isto é, estórias disseminadas com o intuito de enfraquecê-los enquanto sujeitos que têm direitos linguísticos visuais, como também para recuperar o respeito, prestígio, visibilidade e empoderamento linguístico.

5.8 O que você faz para ser protagonista em sua cidade?

As respostas a esta pergunta, no conjunto dos entrevistados foram as seguintes:

- 1) Procuro desenvolver meu trabalho com responsabilidade e carinho.
- 2) Participo de eventos, palestras, me faço presente e participo da comunidade surda
- 3) Sim. Faço a lutar para falar e educação bilíngue de surdos e outros incentivos de esportes.
- 4) Estudo, trabalho.
- 5) Luto pelos direitos dos surdos e tento mostrar a cultura por todos os lugares.
- 6) Sou professora de Libras e de Língua portuguesa escrita para surdos, participo academicamente com pesquisa na área da surdez.
- 7) Sempre achava que capacidade.
- 8) Em cada oportunidade que me é oferecida, tento fazer a diferença mesmo com pequenas ações. Ao ser educado, prestativo, intérprete, amigo, etc.
- 9) Busco ajudar, lutar para certas coisas no meu limite venha a ser conquistadas junto com a colaboração de outros.
- 10) Mudaria o pensamento das pessoas.
- 11) Procuro fazer sempre o melhor
- 12) Me esforço, em conhecer leis, decretos, e os colocando em prática da melhor forma possível. Me torno protagonista quando sou mulher, mãe, esposa, motorista, cliente.... Em todos os momentos necessários exerço o papel principal como agente da minha vida.
- 13) Faço atividades solidárias para ouvintes e principalmente para os surdos.

- 14) Luto pelas minhas ideias.
- 15) Tento participar das atividades da comunidade tais como lazer e também buscar participar das conquistas e progressos!!
- 16) Trabalho com a saúde mental.
- 17) Vivi muitos anos em função de outras pessoas, hoje já vivi um pouco mais fazendo o que eu gosto, voltei a estudar e trabalhar, e me dedico as obras da minha Igreja e as honras de Deus.
- 18) Atuo no apoio da evolução de formação de novos líderes há 35 anos.
- 19) Luto, incentivo os surdos, dou apoio moral e ética.
- 20) A importância da Libras e TILS em Tocantins
- 21) Profissionalmente trabalho na liderança local da UFMS, na religião desenvolvo diversas atividades e na sociedade local estou sempre presente nas diferentes discussões em prol do desenvolvimento de nossa região.
- 22) Desenvolvo pesquisas que envolvem as minorias sociais: pessoas em situação de rua, mulheres em situação de violência.
- 23) Ofereço cursos de Libras, faço trabalhos de interpretação voluntário.
- 24) Trabalho na divulgação e importância da segunda língua do país.
- 25) Faço trabalhos voluntários e sou professora.
- 26) Fazer minhas escolhas e saber que as consequências dela virão, cedo ou tarde virão.
- 27) Atuar na formação de novos intérpretes implementando um novo olhar sobre a surdez e o surdo e o uso da Libras.
- 28) Nada
- 29) Como militante dos direitos sociais e das gerações na certeza de que juntos construiremos um mundo mais inclusivo
- 30) Ter atitude de fazer, não desistir fácil, cada dia é um presente ao dialogar com o outro, respeitar a opinião dele. Meu trabalho me faz ser protagonista. Na minha família tenho a minha importância.

Em termos de análise as respostas indicam que o trabalho para que o processo de inclusão dos surdos continue, muitos sujeitos realizam pequenas ações, pode-se dizer que é um “trabalho de formiguinha”, cada um desenvolve projeto, muitas das vezes de forma voluntária, para que a Libras e os seus usuários natos tenham acessibilidade linguísticas em mais espaços públicos.

5.9. Por que a pessoa surda enfrenta mais barreiras para ser protagonista social?

As respostas a esta pergunta, no conjunto dos entrevistados foram as seguintes:

- 1) Por falta de conhecimento da própria língua e também por não entender que a comunidade surda são pessoas normais.
- 2) Porque nem sempre tem formação necessária e não participam dos eventos, sejam lutando por seus direitos ou simplesmente

- para ajudar escrever a própria história, se perdendo com o tempo essa falta de registros
- 3) Era sim. Agora está diminuindo.
 - 4) Porque não há comunicação em Libras, acessibilidade não há. É como se estivessem em países estrangeiros.
 - 5) Porque a sociedade pensa que o surdo não tem capacidade para receber tanta responsabilidade, mas acredito que esse conceito está errado, eles têm a mesma capacidade que eu tenho.
 - 6) Porque a nossa sociedade ainda está em processo de mudanças.
 - 7) Seja insatisfação
 - 8) Acredito que a resposta 2 caiba aqui também.
 - 9) Porque a maioria das pessoas não conhece como é vida do surdo, não se preocupam e saber suas necessidades, isso faz com que crie um sentimento de despreocupação e onde as pessoas surdas são esquecidas. Em resultado, são colocados à margem da sociedade somente pelo fato de não falarem a língua que a maioria fala.
 - 10) Por conta da barreira linguística.
 - 11) Por falta de intérprete e respeito da sociedade, afinal somos tidos iguais
 - 12) A Família por vezes reprime o indivíduo, discrimina sua língua mãe e devido à falta de valorização da linguagem dos surdos, se torna restrito o acesso a informações políticas, sociais e legais para que desempenhem seu papel ativamente.
 - 13) Falta de comunicação. Principalmente nos órgãos públicos, família e sociedade. Não sabem Libras.
 - 14) Pela falta de acessibilidade.
 - 15) Simplesmente / infelizmente pela dificuldade imposta pela nossa sociedade
 - 16) Por causa do preconceito da nossa sociedade que é culturalmente preconceituosa
 - 17) Acredito eu porque poucas pessoas se interessam a aprender a língua- libras dificultando a comunicação da pessoa surda
 - 18) Depende de cada comunidade. Há aquelas que tem apoio e reconhecimento e outras não.
 - 19) Comunicação. Ninguém sabe libras.
 - 20) Para mostrar que somos capazes...
 - 21) Na minha opinião as barreiras são maiores por conta da comunicação. A população não surda na sua maioria não foi preparada se comunicar com as pessoas surdas.
 - 22) Devido as inúmeras barreiras linguísticas e sociais que dificultam a acessibilidade e muitas vezes inviabiliza o protagonismo das pessoas surdas. O mundo precisa de adequações que permitam a todos a mesma acessibilidade, dentro e fora de uma sala de aula.
 - 23) Por que o mundo está preparado para pessoas que não tenham nenhuma limitação. INFELIZMENTE! Nossa sociedade não inclui. Somos exclusivistas
 - 24) A barreira e falta de conhecimento da língua
 - 25) Pela falta de comunicação. Não tem intérprete nos lugares e as pessoas não sabem libras.
 - 26) O surdo foi (e ainda é muitas vezes) esquecido e deixado de lado, por fazer parte de uma minoria linguística. Muitas vezes o

sujeito surdo não consegue fazer determinadas escolhas (políticas, ideológicas, sociais, etc) por não receber as informações que precisaria em sua língua.

- 27) Por questões Políticas, Sociais e Culturais que a sociedade ainda impõe.
- 28) Pelo fato de não falar, nem todos se interessam em aprender se comunicar com surdo.
- 29) Acredito que seja a barreira linguística. A limitação imposta pela própria sociedade em impedir o acesso aos caminhos necessários para tal protagonismo, em vista por não ter mecanismos adequados para atender sua característica linguística.
- 30) Porque existe a diferença linguística e falta respeito dos direitos dos surdos por parte de muitos ouvintes. Para se ter uma sociedade inclusiva e acessível é preciso perceber que a identidade e cultura surda não é igual do surdo porque eles não têm informações sonoras.

As formações discursivas expostas indicam que a barreira linguística é a maior agravante. Sobre esta questão Quadros (1997, p. 27) esclarece que:

Se há um dispositivo de aquisição de linguagem [...] comum a todos os seres humanos que precisa ser acionado mediante a experiência linguística positiva, visível à criança, então a criança surda brasileira deve ter acesso à Libras o quanto antes para acionar de forma natural esse dispositivo. A Língua Portuguesa não será a língua que acionará naturalmente o dispositivo devido, à falta de audição da criança. Essa criança até poderá vir a adquirir essa língua, mas nunca de forma natural e espontânea, como ocorre com a LIBRAS.

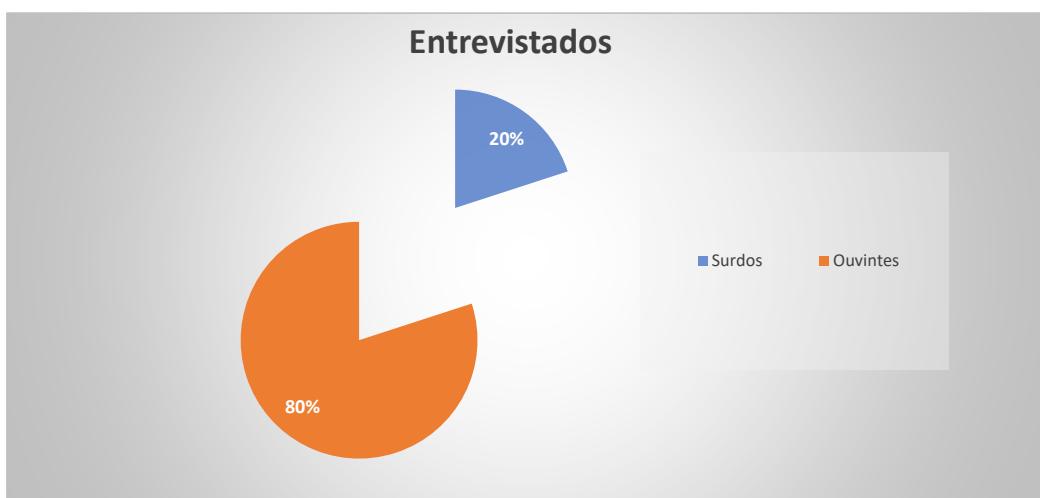
A problemática que envolve a barreira linguística infelizmente está associada desde a descoberta de que a criança é surda e não tem acesso a aprendizagem da sua língua natural em tempo cronológico natural; o atraso da aquisição da Libras por sujeitos surdos propicia a exclusão linguística. Reverter este quadro de aquisição tardia não é uma tarefa tão simples. Strobel (2009, p. 122) complementa que:

Considerando que o povo surdo necessita de duas línguas: a língua de sinais na comunicação entre seus idênticos e da segunda língua para se integrar à comunidade ouvinte, essa colocação reflete a ideia de uma relação intercultural, pois o povo surdo pode se aproximar da cultura ouvinte como uma opção e ter uma relação de trocas e compartilhamento de ambas as culturas, procurando respeitar as suas diferenças.

A necessidade de ser fluente em duas línguas, de ser bilíngue em um sistema educacional que não oferta ensino bilíngue para os surdos é a principal barreira por nós enfrentada. Reverter o paradigma de educação básica no Brasil também é outra barreira, embora algumas cidades já tenham conseguido tal progresso: inserir a disciplina de Libras na grade curricular. Sim, esta seria uma das essenciais práticas de destruir todas as barreiras que impedem os surdos de serem protagonistas, de terem mais surdos protagonistas. É por esta causa que lutamos: pela educação bilíngue (Libras/Língua Portuguesa).

5.10. Quem você é?

Gráfico nº 1- Quantos entrevistados: os surdos e ouvintes



Fonte: elaboração própria (2019)

É importante salientar que esta pesquisa foi veiculada pelo *Google Drive* totalmente acessível em Libras para que os surdos pudessem compartilhar saberes por meio de vídeo também, se assim o quisessem. Como vemos, todos os participantes optaram por responder por meio da Língua Portuguesa na modalidade escrita, vemos isso como um avanço, no entanto, a pouca participação dos surdos denota que os mesmos não estão acostumados a participar de discussões, de escrever e até mesmo de “mostrar a cara”, de lutar, de resistir, de enfrentar. Esta

tese é a prova de que ainda somos poucos, temos poucas vozes que nos representam, mas estamos lutando para que a Libras, nossa língua mãe, não seja a nossa barreira linguística, mas sim a bandeira de fortalecimento social.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A possibilidade e o privilégio de externar algumas reflexões sobre o protagonismo da pessoa surda do ponto de vista do desenvolvimento local pelo viés fenomenológico foi um espaço temporal de suma importância para amplificar, no sentido de atribuir som e voz às minhas mãos: a Libras; fundamentar e aprofundar teoricamente o meu discurso enquanto pesquisa sobre temas relacionados ao povo surdo e a Associação de Famílias, Amigos, Profissionais e Pessoas Surdas (AFAPSMS) desde 21 de setembro de 2018.

Admitimos que “vasculhar” o passado não foi uma tarefa fácil, pois ainda há muitos resquícios no presente. Os tempos, no sentido literal do termo, são outros, resistimos enquanto sujeitos, enquanto seres humanos que sobreviveram em algum espaço social invisível, contudo, tivemos alguns avanços no sentido temporal linguístico: a nossa língua foi reconhecida legalmente como meio de comunicação e expressão; a profissão do Tradutor e intérprete de Libras foi regulamentada; algumas escolas bilíngues foram instituídas; a Libras adquiriu ampla visibilidade em nível nacional; alguns sujeitos surdos protagonizaram profissionalmente em lugares sociais antes presididos apenas por ouvintes.

O principal desafio social ainda persiste, isto é, de certa forma as barreiras sociais que nem o tempo conseguiu aplacar ainda são as mesmas: naturalizar a Libras ao povo ouvinte brasileiro e naturalizar a Língua Portuguesa na modalidade escrita ao povo surdo brasileiro. Duas ações possíveis por meio do método de ensino bilíngue, o qual já detalhamos e esclarecemos sobre a importância de sua implementação. Naturalizar uma língua que não é natural para ambos é a mais potente barreira linguística entre surdos e ouvintes. Encontramos o cerne da questão e apontamos diversas formas de amenizá-las

Decodificar a identidade surda, ou seja, quem somos, para nós sujeitos surdos é uma temática natural, já os ouvintes que não têm o conhecimento sobre o povo surdo tentam nos classificar e nos diferenciar por causa da nossa

singularidade linguística. Que o nosso meio de comunicação é diferente isso é visível, afinal, as mãos são o nosso principal canal de comunicação; a Língua Portuguesa é o nosso segundo meio de transmitir e obter informações.

Na infância apreendemos o mundo por meio de experiências palpáveis/visuais e as transportamos para a língua espacial. Já na fase adulta as percepções linguísticas espaciais: as Libras antecedem as reflexões cognitivas e são transformadas automaticamente em materialidade visual. Na primeira fase da instituição do sujeito enquanto sujeito social é imprescindível ter acesso a objetos palpáveis para que ocorra o aprendizado, já na segunda fase é fundamental ter acesso a informações e refletir de forma autônoma, dito de outra forma, corporificar as ideias, possibilitando as subjetividades inerentes a cada sujeito. Isto sintetiza o processo de aquisição e relevância da Libras para o reconhecimento do sujeito surdo enquanto ser social, que é o principal meio de transferir possibilidades de protagonismo, o que não deixa de ser um processo fenomenológico.

No contexto da surdez, ser fluente em Libras e estabelecer-se profissionalmente é um ato protagonista, considerando que poucos surdos têm acesso ao desenvolvimento da própria língua, transmitimos esta responsabilidade à ausência de escolas bilíngues: que tenham a Libras como primordial método de instrução. Grosso modo podemos afirmar que só a Libras é capaz de resgatar o surdo da invisibilidade linguística para a visibilidade empoderada.

Sempre retornaremos ao ano de 1880 com dores e aflições linguísticas, mas também com a reflexão de que resistimos a um dos piores séculos de vida da Língua de Sinais. Uma retrospectiva a séculos anteriores é mais cruel. O centenário subsequente a 1880 aprisionou a nossa língua, o nosso lugar social e tudo ao que a ela estava relacionado. Antes de tudo isso a nossa língua não só era aprisionada como também muitos dos nossos antepassados não tiveram nem o direito a própria vida, analisando por este ângulo tivemos avanços em todos os aspectos, todavia sob o viés da atual conjuntura estamos em desvantagem linguística porque nem todos os surdos têm acesso a Libras desde os primeiros meses de vida, a maioria só entram em contato linguístico em idade escolar, isso quando o sujeito surdo tem a “sorte” de encontrar outro surdo e algum profissional qualificado para intermediar as aprendizagens. Só para frisar, a escola bilíngue resolveria esta falha social tão antiga.

Percebemos que a distância linguística entre surdos e ouvintes tem sido estreitada em algumas escolas que efetuam a matrícula de estudantes surdos. Na ausência de escolas bilíngues alguns profissionais desenvolvem projetos intraescolares que visam a inclusão linguística entre ambos, tais projetos provam que a implementação de escolas bilíngues não é um projeto utópico, mas sim um projeto linguístico que requererá altos recursos financeiros, desse modo, a barreira linguística está diretamente associada a questões financeiras. É preciso rever e reestruturar as prioridades na educação brasileira.

A respeito do que é ser ou não ser protagonista não faremos comparação de tabelas entre ouvintes e surdos no ensino superior, não é o nosso foco. Queremos enfatizar que desde 1987 tem elevado a quantidade do povo surdo sul-mato-grossense no ensino superior e consequentemente no exercício do trabalho em cargos públicos, esta é uma das pesquisas que revelam formas de protagonismo social.

Somos 10 milhões de surdos brasileiros, totalizando 5% da população brasileira, estamos em minoria, percentualmente, mas somos fortes o bastante para nos unirmos e lutarmos para que os nossos direitos sejam reconhecidos, garantidos e implementados. A invisibilidade é um “espaço” que não nos comporta, somos milhões; tudo o que sofremos neste espaço deixaremos lá. Somos filhos da mesma mãe, da mesma terra, da mesma pátria. Somos filhos univitelinos, a nossa única singularidade é o meio de comunicação; esta distinção linguística permeada pelo sentimento de empatia é o que deve nos unir, não separar.

O movimento surdo tem se fortalecido, nos últimos anos, ao se posicionarem através das redes sociais. “Youtubers” surdos reconheceram a importância de exporem vídeos que tratam sobre as singularidades do surdo e da Libras, tornando-os mais familiares para a sociedade de forma geral. Analisamos essa presença midiática como atos protagonistas: fenomenológicos. Retomando, transmitir o saber-poder é, consequentemente, transmitir empoderamento, conforme reiterado por Foucault. Esta visibilidade tecnológica é uma das formas de naturalizar a presença do povo surdo até mesmo em situações intra-familiares. No sentido territorial, a “pátria amada, Brasil” é a nossa “mãe gentil”. Já no sentido linguístico fomos registrados legal e oficialmente pela “mãe”, também conhecida como a Lei nº 10.436/2002 e pelo “pai”, o Decreto nº 5.626/2005; não somos órfãos linguísticos, o

problema é que a maioria dos nossos familiares desconhecem a nossa própria língua.

Neste sentido, enquanto todos não falarmos a “mesma língua”, ou seja, termos o direito de ser bilíngues vivenciaremos situações desconfortantes, para não dizer excludentes. É nítido que políticas públicas estão sendo formuladas e contemplando o surdo como participante do processo de desenvolvimento social, já é possível vislumbrar o fim da barreira linguística entre surdos e ouvintes. A sociedade começou a ter ciência sobre os vários fatores que constituem o povo surdo, novos horizontes e perspectivas estão germinando em uma terra que era improdutiva porque era invisível. Ser protagonista, neste cenário, é uma tarefa árdua, mas necessária.

A retrospectiva elaborada nesta tese, sobre a invisibilidade linguística, cultural, identitária e histórico do povo surdo desde a Idade Antiga até o surgimento do processo de visibilidade na Idade Contemporânea foi uma pesquisa enriquecedora para as nossas reflexões. Notamos que desde a Idade Antiga até a Idade Moderna a função de protagonista social pertencia às pessoas ouvintes, apenas da Idade Contemporânea é que os surdos são referenciados como sujeitos protagonistas. Perceber esta mudança de paradigma constituinte foi importante para o nosso processo de identificação do sujeito surdo enquanto detentor do saber-poder-ser.

O impedimento de expressar-se formalmente e gramaticalmente coerente em Língua Portuguesa na modalidade escrita é o maior desafio do povo surdo, pois de acordo com a lei materna ela não substitui a Libras. Uma comparação simplória sintetizará o nosso desafio enquanto pesquisador e crítico social. O discurso legal afirma em parágrafo único que: “A Língua Brasileira de Sinais - Libras não poderá substituir a modalidade escrita da língua portuguesa.” E se, e somente se, de forma hipotética este mesmo discurso passasse por uma alteração na lei para os ouvintes, teríamos: A Língua Portuguesa, tanto na modalidade oral ou escrita, não poderá substituir a Libras. Acreditamos que esta inversão linguística tenha conseguido mostrar o caos linguístico em que nós surdos vivemos. Por este e outros motivos valorizamos tanto os sujeitos surdos que, mesmo diante de tal situação caótica, não desistem de lutar por liberdade linguística: pelo direito ao ensino bilíngue. Afinal, vivemos em um país livre e democrático.

Ainda não podemos afirmar que o povo surdo tem visibilidade linguística e social, um dos objetivos do movimento surdo é continuar a luta para propor e garantir políticas públicas que concretizem não apenas visibilidade, como também meios de tornar a Libras uma língua para todo o povo brasileiro, atribuindo, desta forma, um pouco mais de sentido ao seu significado: Língua BRASILEIRA de Sinais, proporcionando a todos os brasileiros(as) o direito de ter acesso a aprendizagem desta língua, pelo menos, em todas as capitais brasileiras, inicialmente, favorecendo o processo de inter-relação entre surdos e ouvintes.

Esta mudança de paradigma no sistema de ensino brasileiro é, indubitavelmente, o mais profícuo meio de garantir igualdade em direitos linguísticos. Isso significa transferir autonomia linguística para o povo que tem a Libras como língua materna. Precisamos desta autonomia bilíngue para sermos linguisticamente livres, pois é esta liberdade que nos possibilitará ser protagonista no sentido completo do termo.

O trabalho em equipe já possibilitou que algumas cidades do nosso estado tenham tido alguns avanços quanto à acessibilidade linguística por meio da criação e funcionamento de Central de Interpretação de Libras (CIL). Este projeto deveria ser estendido e operacionalizado em nível nacional por ser uma das formas emergentes de possibilitar atendimento para os surdos nos órgãos públicos, enquanto a sociedade de forma geral não está capacitada para interação comunicacional. Enquanto leis e decretos não são aplicados em nível nacional, projetos que visam a acessibilidade e inclusão linguística e social devem ser executados em nível municipal.

Enfim, analisar os discursos apresentados por meio do questionário foi um período de reflexões com base no conceito formado pelos entrevistados que, em sua maioria, sabem Libras e tem conhecimento sobre temáticas sobre a surdez, pelo que vimos, não obtivemos respostas de sujeitos leigos sobre o assunto, o que enriqueceu a nossa pesquisa. Externamos aqui o nosso agradecimento a cada um. Ter vivenciado inúmeras situações de exclusão linguística desde que me comprehendi enquanto sujeito surdo, ter tido acesso a Libras desde o período da infância por ter um tio surdo, ter estudado no CEADA, que ofertava o ensino bilíngue e ter recebido o ensino e orientação de profissionais capacitados foram oportunidades que nem todos os surdos tiveram. Não demorou muito para que

pudéssemos perceber esta defasagem linguística e cultural quando entrava em contato com outros surdos da mesma região ou de locais diferentes.

A acessibilidade linguística que obtivemos em muitos “espaços” não deveria ser presenciada pela minoria, mas sim por todos os surdos. Aliás, foi o que nos trouxe até aqui para externar algumas inquietudes que não deixam de ser latentes e que foram apresentadas, discutidas e apresentadas propostas capazes de reverter o cenário linguístico brasileiro. Que a leitura desta tese desperte outros pesquisadores a somar forças e discursos que tenham como objetivo final a valorização linguística, a visibilidade e inclusão social e o empoderamento do sujeito surdo. Dessa forma, protagonizar não será uma oportunidade para poucos, mas para todos que almejarem lutar por si mesmo e/ou por alguma classe social.

No contexto geral as autoridades municipais, estaduais, federal estão a passos lentos, mas estão promovendo ações que asseguram o direito de acessibilidade linguística para o povo surdo, como vimos no decorrer desta pesquisa. A criação de leis, o desenvolvimento e acesso às tecnologias, a implantação de Centrais de Libras, a inserção de profissionais tradutores intérpretes de Libras em “lives”, devido ao período de isolamento social pela qual passamos ocasionado pelo COVID-19, escolas que desenvolvem projetos internos para que o surdo seja incluído, enquanto ainda não temos o privilégio de frequentar escola bilíngue para surdos são ações que fortalecem, empoderam e disseminam o saber. Cremos que esta pesquisa dará abertura para a instauração de reflexões sobre o povo surdo e que surgirão novas pesquisas e discursos e visões mais inclusivas quando a temática for sobre a pessoa surda.

REFERÊNCIAS

ALBRES, Neiva de Aquino. **História da Língua Brasileira de Sinais em Campo Grande** - MS. Petrópolis: Editora Arara Azul, 2008.

BAKHTIN, Mikhail. **Estética da criação verbal**. 4.ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003

BAKHTIN, Mikhail. **Marxismo e filosofia da linguagem**. 4.ed. São Paulo: Hucitec, 1992.

BELLO, Angela Ales. **Introdução a Fenomenologia**. Bauru: EDUSC. 2006

BLACKBURN, Simon. **Dicionário Oxford de filosofia**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

BORDENAVE, Juan E. Díaz. **O que é comunicação**. São Paulo: Brasiliense, 1982.

BOTTOS JUNIOR, Norival. **Desterritorialização, memória e hibridismo cultural: a construção identitária do narrador Nael no romance de Dois irmãos, de Milton Hatoum**. Doutorando em Estudos literários pelo Programa de letras e linguística: UFG, 2014.

[http://www.congressohistoriajatai.org/anais2014/Link%20\(213\).pdf](http://www.congressohistoriajatai.org/anais2014/Link%20(213).pdf)

BÓZIO, Leonid. Sartre: **O homem como criador do seu próprio mundo**. Brasília: Amazon. 2016.

BRASIL, Secretaria de Educação Especial. **A educação dos surdos**. Organizado por Giuseppe Rinaldi et al. Brasília: MEC/SEESP, 1997. V.II. – (série Atualidades Pedagógicas; n.4) 361 p.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.

BRASIL. Decreto Nº 3079 de 1999.s: 1º, 2º, 3º e 4º. Disponível em: <http://www.pessoacomdeficiencia.gov.br> Acesso em 25 nov.2014.

BRASIL. Decreto nº 5.626 de 22 de dezembro de 2005.

BRASIL. Lei nº 10.436de 24 de abril de 2002.

BRASIL. Lei nº. 8069 de 1990. Estatuto da Criança e do Adolescente.

BRASIL. Lei nº. 9.394 de 1996. Leis de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. Inclusiva. Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Brasília: MEC/SEESP, 2008.

BRASIL. MS- Campo Grande. Lei nº 2997 de 10 de novembro de 1993, Libras em Campo Grande/MS. Disponível: <http://cm-campo-grande.jusbrasil.com.br/legislacao/252126/lei-2997-93>. Acesso: 01 jan. 2016

BRASIL. MS. Lei nº 1.693 de 12 de setembro de 1996, Libras no Estado do Mato Grosso do Sul. Disponível: <http://diarioms.com.br/libras-completa-10-anos-de-regulamentacao-no-estado/>. Acesso: 01 mai.2016

BRASIL. **Saberes e práticas da inclusão**: desenvolvendo competências para o atendimento às necessidades educacionais especiais de alunos surdos. 2.ed. Brasília, DF: SEESP/MEC, 2006.

BRASIL. Secretaria de Educação Especial. **O aluno surdo na educação básica e superior**. Organizado por Giuseppe Rinaldi, G. Brasília: MEC/SEESP, 1998.

BRITO, Fábio Bezerra de. **O movimento social surdo e a campanha pela oficialização da língua brasileira de sinais.** Tese de doutorado em Educação da Universidade de São Paulo, 2013

CABRAL, E. Para uma cronologia da educação dos surdos. Porto, 2001. Disponível em:
http://www.sj.cefetsc.edu.br/~nepes/docs/Midiateca_Art.s/historia_educacao_surdos/texto59.pdf Acesso em: 04 mai. 2109.

CALVET, Louis-Jean. *As políticas lingüísticas.* São Paulo: Parábola Editorial, 2007.

CAMPELLO E REZENDE, Ana Regina e Patrícia Luiza Ferreira. ***Em defesa da escola bilíngue para surdos: a história de lutas do movimento surdo brasileiro.*** Educar em Revista, Curitiba, Brasil, Edição Especial n. 2/2014, p. 71-92. Editora UFPR

CAMPELLO, Ana Regina; REZENDE, Patrícia L. F. Em defesa da escola bilíngue para surdos: a história de lutas do movimento surdo brasileiro. **Educar em Revista**, Curitiba, Brasil, Edição Especial n. 2/2014, p. 71-92. Editora UFPR. Disponível em: <http://ojs.c3sl.ufpr.br/ojs/index.php/educar/article/viewFile/37229/23102>. Acesso em: 14 julho. 2016.

CASTELLS, M. **O poder da identidade.** 6 ed. São Paulo: Paz e Terra, 1999. v. 2.

CASTELLS, Manuel. O poder da identidade. In: CASTELLS, Manuel. *Era da Informação: Economia, Sociedade e Cultura.* Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2001. v.2.

CENTRO ESTADUAL DE ATENDIMENTO AO DEFICIENTE DA AUDIO COMUNICAÇÃO – CEADA. LIBRAS. Língua Brasileira de Sinais com dialeto regional de Mato Grosso do Sul. Campo Grande – MS: Editora Athena, 2000.

CHOMSKY.N. **The Minimalist Program.** Cambrigde, Mass: MIT Press, 1995

CHOMSKY.N.; VOLOCHINOV, V. N. Marxismo e filosofia da linguagem. 9ª ed. São Paulo: HUCITEC, 1999.

DAMASCENO, Rafael Hernani Ferreira, Universidade José Do Rosário Vellano, Libras Sinais De Inclusão- Unifenas, 2010, Disponível Em: www.Unifenas.Br/Extensao/Cartilha/CartilhaLibras Acessado em: 31mai. 2016

DAMÁZIO, M.F.M. *Atendimento Educacional Especializado – Pessoa com Surdez.* São Paulo: MEC/SEESP, 2007

DECLARAÇÃO DE SALAMANCA. UNESCO.1994

DELEUZE, Gilles e GUATTARI, Felix. Heterogêne e devir. MARGEM, SÃO PAULO, N. 16, P. 91-106, DEZ. 2002

FARIA, Evangelina Maria Brito de, CAVALCANTE, Marianne Carvalho Bezerra. **Língua Portuguesa e Libras** – teorias e práticas. Vol. 1, Vol. 2 e Vol. 3. João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, 2010.

FELIPE, T. **Libras em contexto**: curso básico, livro do estudante cursista. Brasília: Programa Nacional de Apoio à Educação dos Surdos, MEC; SEEESP, 2001.

FENEIS, Finalmente, a Lei de Libras é regulamentada. In: **Revista da FENEIS**. Ano IV, n. 27, jan/mar, 2006. pp.13-14.

FENEIS, revista nº 39/2017 Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos Endereço eletrônico: www.feneis.com.br. Acessado em: 29/12/2019.

FERNANDES, Sueli. **Práticas de letramento na educação bilíngue para surdos**. SEED/SUED/DEE. Curitiba,2006.

FERREIRINHA, Isabella Maria Nunes, RAITZ, Tânia Regina. As relações de poder em Michel Foucault: reflexões teóricas. Revista de Administração Pública. ISSN 0034-7612. rap — Rio de Janeiro 44(2):367-83, MAR./ABR. 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rap/v44n2/08.pdf> Acesso em 22 jun. 2019.

FOUCAULT, M. **A verdade e as formas jurídicas**. Rio de Janeiro: Nau, 2011.

FOUCAULT, M. **Vigiar e punir**: história das violências nas prisões. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 1987.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. São Paulo: Loyola, 1996.

FOUCAULT, Michel. **As palavras e as coisas**: uma arqueologia das ciências humanas. São Paulo: Martins Fontes, 1985.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Organização e tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

GALLAUDET University. Disponível em:
https://pt.wikipedia.org/wiki/Universidade_Gallaudet Acesso em 05 mai. 2019

GESSER, A. **Libras, que língua é essa, crença e preconceitos em torno da realidade surda e da língua de sinais**. São Paulo: Parábola Editorial, 2009

GESSER, A. **Metodologia de ensino de Libras como L2. Material didático desenvolvido para Curso Letras Libras na modalidade à distância**: Florianópolis; UFSC, 2010

GESSER, A. **Teaching and Learning Brazilian Sign Language as a Foreign Language**: A Microethnographic Description . Dissertação. Florianópolis, UFSC, 1999

GESSER, A. **Um olho no professor surdo e outro na caneta**: ouvintes aprendendo a Língua Brasileira de Sinais. 2006. 199 f. Tese (Doutorado em

Lingüística Aplicada) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2006.

GESSER, A. **Um olho no professor surdo e outro na caneta:** ouvintes aprendendo a Língua Brasileira de Sinais. Tese de Doutorado. Campinas: Unicamp; 2006.

GESSER, Audrei. **O ouvinte e a surdez:** sobre ensinar e aprender a Libras. São Paulo: Parábola Editorial, 2012.

GESUELI, Z.M. Língua de sinais e aquisição da escrita. In: SILVA, I. R.; KAUCHAKJE, S.; GESUELI, Z. M. (Org.). **Cidadania, surdez e linguagem.** São Paulo: Plexus, 2003. p.147-59.

GÓES, M. C. R. de. **Linguagem, surdez e educação.** Campinas: Editora Autores Associados, 1996.

GÓES, Maria Cecília Rafael de; TARTUCI, Dulcélia. Alunos surdos na escola regular: as experiências de letramento e os rituais da sala de aula. In: LODI, Ana Claudia Balieiro, et al (Orgs.). **Letramento e minorias.** 6. ed. Porto Alegre: Mediação, 2013, p. 110-19.

GOLDFELD, M. A criança surda. São Paulo: Pexus, 1997

GOLDFELD, M. A. **Comunidade total e bilinguismo.** São Paulo: Pexus, 1997

GOMES, Paulo César da Costa. **A condição urbana:** ensaios de Geopolítica da cidade. Rio de Janeiro; Bertrand Brasil, 2002.

GUERRA FRIA. Disponível em <https://www.sohistoria.com.br/ef2/guerrafrria/> Acesso em 06 abr. 2019).

GUILHAUMOU, Jacques. **Vers une histoire des événements lingusitiques.** Um nouveau protocole d'accord entre l'historien et le linguiste". In: Histoire, epistemologie, Langage, 18/II: 103-126. Paris: SHESL, PUV, 1997.

HALL, S. A **identidade cultural na pós-modernidade.** Rio de Janeiro: DP&A, 2004.

HAESBAERT, Rogério; BRUCE, Glauco. **A desterritorialização na obra de Deleuze e Guattari.** Revista *GEOgraphia*, Niterói, ano IV, n.7, 2002.

HAESBAERT, Rogério; BRUCE, Glauco. **Desterritorialização: entre as redes e os aglomerados de exclusão.** In: CASTRO, I. E.; GOMES, P. C.; CORRÊA, R. L. (Orgs.) *Geografia: conceitos e temas.* Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

HAESBAERT, Rogério; RAMOS, Tatiana Tramontani. **O mito da desterritorialização econômica.** Revista *GEOgraphia*, Rio de Janeiro, v.6, n.12, 2004.

HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização: do "fim dos territórios" à multiterritorialidade.** 4ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009.

HOUAISS Antônio e VILLAR Mauro de Salles. **Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa.** Instituto Antônio Houaiss de Lexicografia e Banco de Dados da Língua Portuguesa, Rio de Janeiro: Objetiva, 2005.

LACERDA, Cristina B.F. de. **Um pouco da história das diferentes abordagens na educação dos surdos.** Cad. CEDES vol.19 n.46 Campinas Sept. 1998. Disponível em:http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-32621998000300007. Acesso: 11 nov.2014.

LACERDA, Cristina Broglia Feitosa de. **A inclusão escolar de alunos surdos:** o que dizem alunos, professores e TILS sobre esta experiência. São Paulo, Campinas. Cadernos. Cedes, vol.26, n. 69, p.163-84, março. 2006.

LOPES, J. G. As especificidades de análise do espaço, lugar, paisagem e território na geográfica. **Geografia. Ensino & Pesquisa (UFSM)** , v. 16, p. 19-26, 2012.

MACHADO, Paulo Cesár. **A criança surda:** linguagem e cognição numa perspectiva sócio integracionista. São Paulo: Plexus, 2002.

MACHADO, Paulo Cesar. **A política educacional de integração/inclusão:** um olhar do egresso surdo - Florianópolis: Ed. Da UFSC, 2008. 174 P.

MARQUES, Rodrigo Rosso. Revista Brasileira de Vídeo Registro em Libras. In: **XI Congresso Internacional e XVII Seminário Nacional do INES, 2012, Rio de Janeiro. Anais do XI Congresso Internacional do INES e XVII Seminário Nacional do INES.** Rio de Janeiro: Editora do INES, 2012. v. 1.

MELUCCI, Alberto. Um objetivo para os movimentos sociais? Tradução Suely Bastos. **Revista Lua Nova.** São Paulo, Nº 17, junho 2006.

MERLEAU-PONTY, Maurice. **Fenomenologia da percepção.** São Paulo: Martins Fontes, 1999.

MERLEAU-PONTY, Maurice. **O Visível e o Invisível.** 4.ed. São Paulo: Perspectiva, 2009.

MIRANDA, Wilson de Oliveira. **A Experiência e a pedagogia que nos surdos queremos** Tese (doutorado). 152 f, 2007. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, *Porto Alegre*.

MONDIN, Battista. **O Homem, quem é ele? Elementos de Antropologia Filosófica.** São Paulo. Edições Paulinas, 1986.

MONTEIRO, Myrna Salerno. História dos movimentos dos surdos e o Reconhecimento da LIBRAS no Brasil. 2006. v. 7 n. 2 (2006): Número Temático:

Educação de Surdos e Língua de Sinais

DOI: <https://doi.org/10.20396/etd.v7i2.810>

MORENO, Ana Carolina. Tema da redação do Enem 2017 fala sobre a educação de surdos no Brasil. Disponível em <https://g1.globo.com/educacao/enem/2017/noticia/tema-da-redacao-do-enem-2017-fala-sobre-a-educacao-de-surdos-no-brasil.ghtml> Acesso em 09 mai. 2019.

MUNIZ, Regina Maria Fonseca. **O direito à educação.** Rio de Janeiro: Renovar, 2002. Acessado em: 05/03/2016 em: <http://publicações.fatea.br/index.php/janus/article/viewFile/41/44>.

NEVES, Aline Cristina Oliveira. Fazendo ciência nas ciências humanas. **Revista Amazônia.** Revista do Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Amazonas, 2003

ONU. Declaração de Salamanca, 1994.

PÊCHEUX, Michel. **O discurso:** estrutura ou acontecimento. Trad. Eni Puccinelli Orlandi. 3.ed. Campinas: Pontes, 2020.

PEREIRA, Maria. Cristina Cunha; CHOI, Daniel; VIEIRA, Maria Inês; GASPAR, Priscila; NAKASATO, Ricardo. *LIBRAS: conhecimento além dos sinais.* São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2011.

PERLIN, G. O lugar da cultura surda. In: THOMA, A. da S.; LOPES, M. C. (Orgs). **A invenção da surdez:** cultura, alteridade, identidade e diferença no campo da educação. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2004.

PERLIN, Gladis. Identidade surda in Skilar, Carlos (org). **A surdez: um olhar sobre as diferenças.** Porto Alegre: Editoria Mediação, 1998.

PESAVENTO, S. J. História & história cultural. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

QUADROS, Ronice M. **Educação de surdos:** a aquisição da linguagem. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997

QUADROS, Ronice M.; KARNNOP, Lodenir B. **Língua de Brasileira de Sinais.** Salvador, APADA, 2002.

QUILES, Raquel Elizabeth Saes. **Educação de surdos em Mato Grosso do Sul :** desafios da educação bilíngue e inclusiva / Raquel Elizabeth Saes Quiles. Tese de Doutorado -- São Carlos : UFSCar, 2015. 326 p.

QUILES, Raquel Elizabeth Saes. **Políticas Públicas em Educação Especial pós 1994:** um estudo sobre o conceito de surdez. 2008. 192p. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, UFMS, Campo Grande/MS, 2008.

RAMOS, Clélia Regina. LIBRAS: a língua de sinais dos surdos brasileiros. Disponível em <www.editora-arara-azul.com.br> Acesso em 20 dez 2015.

ROCHA, Solange. **O Ines e a Educação de Surdos no Brasil**, Vol.01, 2 Edição (Dez/2008) – Rio de Janeiro: INES/2008.

ROSA, Emilia Faria. **Olhares sobre si**: a busca pelo fortalecimento das identidades surdas. 2010. 146 f. Dissertação (Mestrado em educação) – Faculdade de Educação , Universidade Federal da Bahia, Salvador.

SÁ, Nídia Limeira de. Existe uma cultura surda? Disponível em http://www.eusurdo.ufba.ba.br/arquivo/cultura_surda.doc. Acessado em 28/01/2016

SACKS, Oliver W. **Vendo vozes**: uma linguagem ao mundo dos surdos. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

SANTOS, Adriana Tonello dos. **O espaço geográfico, os surdos e os processos de inclusão/esclusão social na cidade de Santa Maria/RS**. 2008. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal de Santa Maria.

SANTOS, M. **A natureza do espaço**. 4.ed. São Paulo: EDUSP, 1996/2009.

SENADO FEDERAL. Senador EDUARDO AZEREDO. Língua Brasileira De Sinais: uma conquista histórica. Brasília, 2006 Disponível em <http://www.culturasorda.eu/resources/Reconocimiento_LIBRAS.pdf> Acesso em 13 dez 2015.

SERAFIM, Lizandra e SANTOS, Agnaldo dos. Representação e representatividade nos espaços de participação cidadã. <http://www.polis.org.br/uploads/505/505.pdf> Acesso em 28 jun. 2019).

SILVA, I. R.; KAUCHAKJE, S.; GESUELI, Z. M. **Cidadania, surdez e linguagem: desafios e realidades**. São Paulo: Plexus, 2003.

SKLIAR, Carlos. **A surdez, um olhar sobre as diferenças**. Porto Alegre: Mediação, 2012.

SKLIAR, Carlos. **Educação e exclusão**: abordagens sociais antropológicas em educação especial. Porto Alegre: Mediação, 1997.

SOARES, Maria Aparecida Leite. **A educação do surdo no Brasil**. Campinas, SP: Autores Associados, EDUSF, 1999.

SOUZA, C. G. ; SOUZA, Talina A. ; SANTOS, F. S. ; MENEZES, V. M. . **As principais correntes do pensamento geográfico**: Uma breve discussão da análise de lugar. Encyclopédia biosfera , v. 05, p. 1-11, 2009.

SOUZA, Jessé. **A invisibilidade da desigualdade brasileira**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006.

SOUZA, Regina Maria de. **Que palavra que te falta?** Lingüística, educação e surdez. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

STROBEL, Karin. **As imagens do outro sobre a cultura surda.** Florianópolis: Ed. da UFSC, 2008. 118p.

STROBEL, Karin. **Historia de educação dos surdos.** Florianópolis: Ed. Da UFSC, 2009

SURDEZ E LINGUAGEM. Disponível em <http://surdezelinguagem.blogspot.com/2010/11/um-breve-historico-da-educacao-de.html> Acesso em 04 mai.2019.

TANCREDI, Silvia. Enem 2017: somente 53 participantes tiram nota 1000 na redação. Disponível em: <https://vestibular.brasilescola.uol.com.br/enem/enem-2017-somente-53-participantes-tiram-nota-1000-redacao/341790.html> Acesso em 09 mai.2019

TENÓRIO, F. G. A trajetória do programa de estudos em gestão social (PEGS). *Rev. Adm. Pública*, v.40, n.6, dez., 2006

TUAN, Yi-Fu. Geografia humanística. In: CHRISTOFOLETTI, Antônio (Org.) *Perspectivas da Geografia*. São Paulo, Difel, 1995. p. 143-164.

TUAN, Yi-Fu. **Topofilia:** um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente. São Paulo: DIFEL, 1980.

VERRI, Isabela. JORNAL SOCIOLOGICO. A invisibilidade Social, 2009. Disponível em: <http://jornalsociologico.blogspot.com/2009/05/invisibilidade-social.html> acesso em 31 mai.2018

VILHALVA, Shirley. **Despertar do silencio.** Rio de Janeiro: Editora Arara azul, 2004.

WESTPHAL, Fernanda Prince Sotero, UniBrasil - Faculdades Integradas do Brasil: Direitos Humanos Na Educação, Um Pilar Para O Exercício Da Cidadania E A Concretização Da Dignidade Da Pessoa Humana, Revista direitos fundamentais e democracia, Vol-5, Curitiba – PR 2009, Disponível: http://www.dhnet.org.br/educar/textos/westphal_dh_educacao_cidadania_dignidade.pdf, acessado em: 10/07/2016

WIDELL, Joanna. As fases históricas da cultura surda. *Revista GELES – Grupo de Estudos Sobre Linguagem, Educação e Surdez* nº 6 – Ano 5 UFSC- Rio de Janeiro: Editora Babel, 1992.

WRIGLEY, O. **Política da surdez.** Washington: Gallaudet University Press, 1996.

ANEXO



**UNIVERSIDADE CATÓLICA DOM BOSCO
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO LOCAL:
CURSO DE DOUTORADO
CAMPO GRANDE - MS
2020**

**ROTEIRO DE PERGUNTAS DA ENTREVISTA FENOMENOLÓGICA
PARA OS SURDOS**

1. O que é ser protagonista?
2. Qual é a importância do protagonismo por pessoas surdas?
3. Quais são os surdos (as) protagonistas que você conhece? Por que eles (as) são protagonistas?
4. Você se considera visível ou invisível na sociedade? Por quê?
5. O que você faz para ser protagonista em sua cidade?
6. Por que a pessoa surda enfrenta mais barreiras para ser protagonista social?

APENDICE 1



Projeto de Lei N° 3.861 de 27/04/95
 Autoria: Ver. Márcio MATOZINHOS
 Publ. Diário Oficial n° 3668 de 18/11/

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO GRANDE
 ESTADO DO MATO GROSSO DO SUL

FLS. 89

LEI NÚMERO 2.997, DE 10 DE NOVEMBRO DE 1993.

DEAL

DISPÕE SOBRE O RECONHECIMENTO OFICIAL, NO MUNICÍPIO DE CAMPO GRANDE-MS, COMO MEIO DE COMUNICAÇÃO OBJETIVA E DE USO CORRENTE, A LINGUAGEM GESTUAL CODIFICADA NA LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS - LIBRAS.

JUVÉNCIO CÉSAR DA FONSECA, PREFEITO MUNICIPAL DE CAMPO GRANDE-MS:

Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica reconhecida oficialmente, pelo Município de Campo Grande-MS, a linguagem gestual codificada na Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS - e outros recursos de expressão a ela associados, como meio de comunicação objetiva e de uso corrente.

Art. 2º - Fica determinado que o Município treinará funcionários das próprias repartições públicas municipais, voltadas para o atendimento externo, intérpretes da língua de sinais.

Parágrafo único - Vetoado.

Art. 3º - Esta lei entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

CAMPO GRANDE-MS, 10 DE NOVEMBRO DE 1993.

JUVÉNCIO CÉSAR DA FONSECA
 Prefeito Municipal

/neco.

APENDICE 2



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO GRANDE
ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

LEI n. 5.206, DE 19 DE JULHO DE 2013.

DISPÕE SOBRE A INSERÇÃO DO INTÉRPRETE DA LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS (LIBRAS), EM TODOS OS EVENTOS PÚBLICOS OFICIAIS REALIZADOS PELO EXECUTIVO MUNICIPAL NO MUNICÍPIO DE CAMPO GRANDE-MS.

Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu **ALCIDES JESUS PERALTA BERNAL**, Prefeito Municipal de Campo Grande, Capital do Estado de Mato Grosso do Sul sanciono a seguinte Lei:

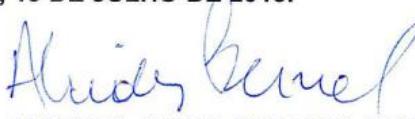
Art. 1º Fica obrigatória a inserção do intérprete de Língua Brasileira de Sinais (Libras) em todos os eventos públicos oficiais realizados no Município de Campo Grande.

Parágrafo único. O intérprete de Língua de Sinais é o profissional que efetua a comunicação entre surdos e ouvintes que não compartilham a mesma língua, com o propósito de dar acesso às pessoas portadoras de deficiência auditiva à mesma informação e participação social.

Art. 2º As despesas desta Lei correrão por conta de dotações orçamentárias, suplementadas se necessários.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

CAMPO GRANDE-MS, 19 DE JULHO DE 2013.


ALCIDES JESUS PERALTA BERNAL
 Prefeito Municipal

Este texto não substitui o original.

APENDICE 3



LEI ORDINÁRIA N.º 2.551/2017

“RECONHECE NO MUNICÍPIO DE AQUIDAUANA MATO GROSSO DO SUL, A LÍNGUA GESTUAL, CODIFICADA NA LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS – LIBRAS, COMO MEIO DE COMUNICAÇÃO OBJETIVA DE USO CORRENTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

O Exmo. Sr. **ODILON FERRAZ ALVES RIBEIRO**, Prefeito Municipal de Aquidauana, Estado de Mato Grosso do Sul, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, FAZ SABER que, depois de ouvido o Plenário, a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica reconhecida oficialmente pelo Município de Aquidauana a língua gestual codificada na língua Brasileira de sinais – LIBRAS, como meio de comunicação objetiva de uso corrente.

Art. 2º - O Município treinará pessoal de seu quadro de servidores, diretamente ou através de convênios, objetivando prover as repartições públicas voltadas para o atendimento externo de profissionais que possam compreender a comunidade local.

Parágrafo único - Será considerado prioritariamente o treinamento de alguns servidores que trabalhem em serviços essenciais, tais como serviços de saúde, educação e assistência social.

Art. 3º - Fica incluída como matéria facultativa na rede Municipal de ensino, estendendo-se aos cursos de magistério, a Língua Brasileira de Sinais.

Parágrafo único - Fica estabelecida que, prioritariamente, os cursos de língua de sinais serão ministrados por indivíduos surdos habilitados para esta tarefa.

Art. 4º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE AQUIDAUANA/MS, 18 DE DEZEMBRO DE 2017.

ODILON FERRAZ ALVES RIBEIRO
Prefeito Municipal de Aquidauana

APENDICE 4

Diário Oficial Eletrônico n. 9.971

23 de agosto de 2019

Página 5

LEI Nº 5.381, DE 22 DE AGOSTO DE 2019.

Acrescenta o inciso IV ao *caput* do art. 17 da Lei Estadual nº 1.776, de 30 de setembro de 1997, que dispõe sobre o regime de concessão de obras públicas, de concessão e permissão de serviços públicos.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL.

Faço saber que a Assembleia Legislativa decretou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Acrescenta-se ao *caput* do art. 17 da Lei Estadual nº 1.776, de 30 de setembro de 1997, o inciso IV com a seguinte redação:

"Art. 17.

.....

IV - a maior oferta, nos casos de pagamento ao poder concedente pela outorga da concessão.

....." (NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Campo Grande, 22 de agosto de 2019.

REINALDO AZAMBUJA SILVA
Governador do Estado

LEI Nº 5.382, DE 22 DE AGOSTO DE 2019.

Altera o art. 2º da Lei nº 1.693 de 12 de setembro de 1996, que reconhece, no Estado de Mato Grosso do Sul, a língua gestual, codificada na Língua Brasileira de Sinais - Libras, como meio de comunicação objetiva de uso corrente, e dá outras providências.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL.

Faço saber que a Assembleia Legislativa decretou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º O art. 2º da Lei nº 1.693 de 12 de setembro de 1996, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 2º O Estado deverá garantir às pessoas surdas ou com deficiência auditiva o seu efetivo e amplo atendimento, por meio do uso e da difusão da Libras e da tradução e da interpretação de Libras - Língua Portuguesa.

§ 1º Para garantir a difusão da Libras, o Poder Público capacitará servidores, em número suficiente para atender os objetivos desta Lei.

§ 2º Para o efetivo e amplo atendimento à pessoa surda ou com deficiência auditiva, o Poder Público poderá utilizar intérpretes contratados especificamente para essa função ou de central de intermediação de comunicação que garanta a oferta de atendimento presencial ou remoto, com acesso por meio de recursos de videoconferência on-line e webchat.

§ 3º O atendimento previsto no parágrafo anterior deverá ser disponibilizado prioritariamente em órgãos que prestam serviços essenciais, especialmente nos de saúde, segurança, educação e assistência social.

§ 4º Os órgãos da Administração Pública deverão publicar em seus sítios eletrônicos, inclusive em formato de vídeo em Libras, e em suas cartas de serviço, as formas de atendimento disponibilizadas para as pessoas surdas ou com deficiência auditiva." (NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Campo Grande, 22 de agosto de 2019.

REINALDO AZAMBUJA SILVA
Governador do Estado



A autenticidade deste documento pode ser verificada no endereço <http://imprensaoficial.ms.gov.br>

APENDICE 5



DIOGRANDE

DIÁRIO OFICIAL DE CAMPO GRANDE-MS

Digitally signed by RODOLFO LARA DE SOUZA
DN: 01721863150
CN: c-BR, o=ICP-Brasil, ou=Secretaria da
Receita Federal do Brasil - RFB, ou=RFB o=CFF
A3, ou=VALOR, ou=ICP-Brasil, ou=ICP-Brasil
cn=RODOLFO.LARA.DSOUZA.01721863150

Registro n. 26.965, Livro A-48, Protocolo n. 244.286, Livro A-10
4º Registro Notarial e Registral de Títulos e Documentos da Comarca de Campo Grande - Estado de Mato Grosso do Sul

ANO XXII n. 5.755 - sexta-feira, 29 de novembro de 2019

21 páginas

PARTE I

PODER EXECUTIVO

LEIS

LEI n. 6.340, DE 27 DE NOVEMBRO DE 2019.

Autoriza o Poder Executivo Municipal a criar o Corredor Gastronômico Turístico e Cultural do Bairro Nova Lima e dá outras providências.

Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu MARCOS MARCELLO TRAD, Prefeito Municipal de Campo Grande, Capital do Estado de Mato Grosso do Sul, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica autorizado o Poder Executivo Municipal a criar o Corredor Gastronômico, Turístico e Cultural do Bairro Nova Lima, compreendido na Avenida Gualter Barbosa, entre a Rua Marquês de Herval e a Avenida Zulmira Borba, no Bairro Nova Lima, município de Campo Grande-MS.

Art. 2º A Prefeitura incentivará a promoção e ordenamento do local, mediante apoio dos órgãos envolvidos, visando preservar:

- I - o livre trânsito de veículos e transeuntes;
- II - a segurança local;
- III - a harmonia estética;
- IV - a sinalização indicativa dos estabelecimentos participantes;
- V - a repressão ao comércio ambulante irregular;
- VI - apresentações musicais, poéticas e artísticas;
- VII - festivais e encontros gastronômicos e culturais.

Art. 3º O Poder Executivo regulamentará a presente Lei, no que couber, junto à Secretaria competente.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

CAMPO GRANDE-MS, 27 DE NOVEMBRO DE 2019.

MARCOS MARCELLO TRAD
Prefeito Municipal

LEI n. 6.341, DE 27 DE NOVEMBRO DE 2019.

Autoriza a criação do Centro Municipal de Interpretação de Libras de Campo Grande (CMILCG) para pessoas surdas e/ou com deficiência auditiva e dá outras providências.

Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu MARCOS MARCELLO TRAD, Prefeito Municipal de Campo Grande, Capital do Estado de Mato Grosso do Sul, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a criar o Centro Municipal de Interpretação da Língua Brasileira de Sinais de Campo Grande (CMILCG) para pessoas

surdas e/ou com deficiência auditiva.

§ 1º O Centro Municipal de Interpretação de Língua Brasileira de Sinais de Campo Grande (CMILCG) tem como objetivo promover a acessibilidade da comunidade surda aos serviços públicos municipais por meio do acesso a informações acerca dos serviços prestados pelo Município, através de diversos meios de comunicação, inclusive por meio do atendimento presencial.

§ 2º O Centro Municipal de Interpretação de Língua Brasileira de Sinais de Campo Grande (CMILCG) deverá contar com equipamentos que possibilitem a transmissão de vídeos ao vivo para os órgãos públicos municipais, também devidamente equipados, com o objetivo de facilitar e garantir a comunicação entre as pessoas surdas e/ou com deficiência auditiva por meio da Língua Brasileira de Sinais (Libras) e os servidores municipais.

§ 3º O atendimento presencial consiste em disponibilizar intérpretes de Libras e Guias-Intérpretes para pessoas surdas e/ou com deficiência auditiva, nos órgãos públicos municipais, para que possam receber a adequada prestação do serviço público municipal.

Art. 2º A equipe do Centro Municipal de Interpretação de Língua Brasileira de Sinais de Campo Grande (CMILCG) deverá ser composta por um número mínimo permanente de intérpretes de Libras e por guias - intérpretes para pessoas surdas e/ou com deficiência auditiva, suficiente para possibilitar a prestação de atendimento presencial nos órgãos públicos municipais.

Art. 3º Para a criação do Centro Municipal de Interpretação de Língua Brasileira de Sinais de Campo Grande (CMILCG) o Poder Executivo Municipal poderá firmar parcerias, quando necessário, com órgãos públicos e com o setor privado.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

CAMPO GRANDE-MS, 27 DE NOVEMBRO DE 2019.

MARCOS MARCELLO TRAD
Prefeito Municipal

LEI n. 6.342, DE 27 DE NOVEMBRO DE 2019.

Denomina "Antônio Farias Santos" trecho do rodoanel que interliga a MS-080 à MS-010.

Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu MARCOS MARCELLO TRAD, Prefeito Municipal de Campo Grande, Capital do Estado de Mato Grosso do Sul, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica denominado "Antônio Farias Santos" o trecho do rodoanel que interliga a MS-080 à MS-010, nesta capital.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

CAMPO GRANDE-MS, 27 DE NOVEMBRO DE 2019.

MARCOS MARCELLO TRAD
Prefeito Municipal

APENDICE 6



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO GRANDE
ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

LEI n. 4.294, DE 5 DE JULHO DE 2005:

ALTERA DISPOSITIVOS DA LEI n. 2.997, DE 10 DE NOVEMBRO DE 1993 (“DISPÕE SOBRE O RECONHECIMENTO OFICIAL, NO MUNICÍPIO DE CAMPO GRANDE-MS, COMO MEIO DE COMUNICAÇÃO OBJETIVA E DE USO CORRENTE, A LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS - LIBRAS”) E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu, **NELSON TRAD FILHO**, Prefeito Municipal de Campo Grande, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - O art. 2º da Lei n. 2.997, de 10 de novembro de 1993, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 2º - O Município deverá capacitar e disponibilizar funcionários do seu Quadro de Pessoal Permanente, aptos a comunicarem-se através da Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS, em todos os órgãos públicos. (NR).”

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

CAMPO GRANDE-MS, 5 DE JULHO DE 2005:

NELSON TRAD FILHO
Prefeito Municipal

**Publicado no Diário Oficial de
Campo Grande - DIOGRANDE
N.º 1848 de 7/7/2005:**

ESTE TEXTO NÃO SUBSTITUI O ORIGINAL.

APENDICE 7



**ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE BODOQUENA
GABINETE**

LEI N. 627/2012

Fica instituído o "Dia do Surdo", no município de Bodoquena e dá outras providências".

O Prefeito Municipal de Bodoquena, Estado de Mato Grosso do Sul, no uso das atribuições que lhes confere a Lei Orgânica Municipal, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte lei:

Artigo 1º - Fica instituído o Dia do surdo no município de Bodoquena-MS, a ser comemorado anualmente, em 26 de setembro, já que comemora-se nesta data o Dia Nacional do Surdo, data em que são lembrados as lutas históricas por melhores condições de vida, trabalho, educação, saúde, dignidade e cidadania.

Artigo 2º - Faz-se necessário que esse dia seja lembrado e refletido no calendário escolar e por todas as repartições públicas deste município.

Artigo 3º - Entende-se que o processo de inclusão social da pessoa surda significa dar-lhe visibilidade e condições de participação comunitária através do oferecimento de oportunidades, da eliminação de barreiras e do desenvolvimento de competências, valorizando as suas potencialidades.

Artigo 4º - Entendo que se faz jus a promoção das atividades dentro das especialidades das pessoas surdas, surdocegas, surdo indígenas das comunidades indígenas e pessoas com deficiências auditivas não usuária da Libras e sim de outras formas de comunicação. Que assim sejam todas contempladas.

Artigo 5º - O Poder Executivo regulamentará a presente Lei, no que couber, no prazo de 60 (sessenta dias), contados da data de sua publicação.

Artigo 6º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação revogada as disposições em contrário.

Bodoquena MS, 26 de dezembro de 2012.


Jun Iti Hada
Prefeito Municipal

APENDICE 8

Diário Oficial Eletrônico n. 10.223	14 de julho de 2020	Página 2
LEIS		
LEI N° 5.536, DE 13 DE JULHO DE 2020.		
Declara de Utilidade Pública Estadual a Associação Civil Obras Sociais Jesus de Nazaré, com sede e foro no Município de Dourados-MS.		
<p>O GOVERNADOR DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL. Faço saber que a Assembleia Legislativa decreta e eu sanciono a seguinte Lei:</p> <p>Art. 1º Fica declarada de Utilidade Pública Estadual a Associação Civil Obras Sociais Jesus de Nazaré, com sede e foro no Município de Dourados-MS.</p> <p>Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.</p> <p>Campo Grande, 13 de julho de 2020.</p> <p style="text-align: right;">REINALDO AZAMBUJA SILVA Governador do Estado</p>		
LEI N° 5.537, DE 13 DE JULHO DE 2020.		
Concede, à gestante surda, o direito a um intérprete da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS), para acompanhar a consulta pré-natal, trabalho de parto e pós-parto no âmbito do Estado de Mato Grosso do Sul.		
<p>O GOVERNADOR DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL. Faço saber que a Assembleia Legislativa decreta e eu sanciono a seguinte Lei:</p> <p>Art. 1º Os estabelecimentos públicos de saúde do Estado de Mato Grosso do Sul deverão garantir à gestante surda, que assim solicitar o direito a um intérprete da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS), para acompanhar a consulta pré-natal, trabalho de parto e pós-parto.</p> <p>Art. 2º A regulamentação desta Lei, pelo Poder Executivo, definirá o detalhamento técnico de sua execução.</p> <p>Art. 3º As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão à conta de dotações orçamentárias próprias.</p> <p>Art. 4º Esta Lei entra em vigor no prazo de 60 (sessenta) dias de sua publicação.</p> <p>Campo Grande, 13 de julho de 2020.</p> <p style="text-align: right;">REINALDO AZAMBUJA SILVA Governador do Estado</p>		

APENDICE 9

Diário Oficial Eletrônico n. 10.037

27 de novembro de 2019

Página 2

LEIS

LEI N° 5.442, DE 26 DE NOVEMBRO DE 2019.

Dispõe sobre a obrigatoriedade das provas de redação e questões dissertativas em concursos públicos, vestibulares e processos seletivos de qualquer natureza, realizados por pessoa surda serem corrigidas por profissionais formados em LIBRAS e que a considere como primeira língua.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL,

Faço saber que a Assembleia Legislativa decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º As provas de redação e questões dissertativas em concursos públicos, vestibulares e processos seletivos de qualquer natureza, realizados por pessoa surda deverão ser, obrigatoriamente, corrigidas por profissionais formados em LIBRAS e que a considere como primeira língua.

§ 1º Entende-se como Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS - a forma de comunicação e expressão em que o sistema linguístico de natureza visual-motora, com estrutura gramatical própria, constitui sistema linguístico de transmissão de ideias e fatos, oriundos de comunidades de pessoas surdas do Brasil.

§ 2º Para fins desta Lei, considera-se pessoa surda aquela que, por ter perda auditiva, comprehende e interage com o mundo por meio de experiências visuais, manifestando sua cultura principalmente pelo uso da Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS, conforme Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005.

Art. 2º No ato da inscrição, o candidato surdo deve informar em qual das línguas oficiais do Brasil é alfabetizado, devendo a organizadora do certame do processo, disponibilizar a opção no formulário de inscrição.

Art. 3º As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Campo Grande, 26 de novembro de 2019.

REINALDO AZAMBUJA SILVA
Governador do Estado

APENDICE 10



D.O.M. ANO VIII Nº 1675, Segunda-feira, 16 de Março de 2020 - PÁGINA 1

PODER EXECUTIVO

LEIS

LEI Nº 1.970, DE 13 DE MARÇO DE 2020.

"Dispõe sobre a criação do Centro Municipal de Interpretação de Libras de Maracaju (CMIL) para pessoas surdas e/ou portadoras de deficiência auditiva, e dá outras providências."

O Prefeito Municipal de Maracaju, Estado de Mato Grosso do Sul, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei.

Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a criar o Centro Municipal de Interpretação de Libras de Maracaju (CMIL) para pessoas surdas e/ou portadoras de deficiência auditiva.

§ 1º. O Centro Municipal de Interpretação de Libras de Maracaju tem como objetivo promover a acessibilidade da comunidade surda aos serviços públicos municipais por meio do acesso a informações acerca dos serviços prestados pelo Município através de diversos meios de comunicação, inclusive por meio do atendimento presencial.

§ 2º. O Centro Municipal de Interpretação de Libras de Maracaju (CMIL) deverá conter equipamentos que possibilitem a transmissão de vídeos ao vivo para os órgãos públicos municipais, também devidamente equipados, com o objetivo de facilitar e garantir a comunicação entre as pessoas surdas e/ou com deficiência auditiva por meio da LIBRAS e os servidores municipais.

§ 3º. O atendimento presencial consiste em disponibilizar intérpretes da LIBRAS e Guias-Intérpretes para pessoas surdas e/ou com deficiência auditiva, nos órgãos públicos municipais, para que possam receber a adequada prestação do serviço público municipal.

Art. 2º. A equipe do Centro Municipal de Interpretação de Libras de Maracaju (CMIL) deverá ser composta por um número mínimo permanente de intérpretes da LIBRAS e por Guias-Intérpretes para pessoas surdas e/ou com deficiência auditiva, suficiente para possibilitar a prestação de atendimento presencial nos órgãos públicos municipais.

Art. 3º. Para a criação do Centro Municipal de Interpretação de Libras de Maracaju (CMIL) o Poder Executivo Municipal poderá firmar parcerias, quando necessário, com órgãos públicos e com o setor privado.

Art. 4º. O Centro Municipal de Interpretação de Libras de Maracaju (CMIL) terá o nome de Professor Etalivio Martins de Moraes.

Art. 5º. Esta Lei será regulamentada pelo Executivo Municipal.

Art. 6º. As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias, suplementadas, se necessário.

Art. 7º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em sentido contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Maracaju - MS, aos 13 dias do mês de março de 2020.

MAURÍLIO FERREIRA AZAMBUJA

APENDICE 11



Projeto de Lei N° 5018 de 15 / 02 / 00

Autoria: Ver. Edilé Albuquerque

Publ. Diário Oficial nº 585 de 12 / 06 / 00

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO GRANDE
ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

LEI N. 3.755, DE 08 DE JUNHO DE 2000:

**FICA INSTITUÍDO O “DIA DO SURDO” NO
MUNICÍPIO DE CAMPO GRANDE E DÁ OUTRAS
PROVIDÊNCIAS.**

Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu,
ANDRÉ PUCCINELLI, Prefeito Municipal de Campo Grande-MS,
sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica instituído o “Dia do Surdo” no Município de Campo Grande, a ser comemorado anualmente, em 26 de setembro.

Art. 2º - As comemorações decorrentes deste dia, farão parte do calendário escolar, cultural, turístico e de atividades de promoção e de assistência social do Município.

Art. 3º - O Poder Executivo regulamentará a presente Lei, no que couber, no prazo de 60 (sessenta) dias, contados da data de sua publicação.

Art. 4º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

CAMPO GRANDE-MS, 08 DE JUNHO DE 2000:


ANDRÉ PUCCINELLI
 Prefeito Municipal

APENDICE 12

LEI Nº 5.459, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2019.

Inclui no Calendário Oficial de Eventos do Estado de Mato Grosso do Sul, instituído pela Lei nº 3.945, de 4 de agosto de 2010, o Dia Estadual do Tradutor Intérprete da Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL.

Faço saber que a Assembleia Legislativa decreta e eu sanciono a seguinte Lei:



A autenticidade deste documento pode ser verificada no endereço <http://imprensaoficial.ms.gov.br>

Art. 1º Fica incluído no Calendário Oficial de Eventos do Estado de Mato Grosso do Sul, instituído pela Lei nº 3.945, de 4 de agosto de 2010, o Dia Estadual do Tradutor Intérprete da Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS, a ser comemorado no dia 30 de setembro.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Campo Grande, 16 de dezembro de 2019.

REINALDO AZAMBUJA SILVA
Governador do Estado

APENDICE 13

LEI Nº. 3.622, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2019

"INSTITUI NO MUNICÍPIO DE TRÊS LAGOAS O "DIA MUNICIPAL DO TRADUTOR/INTÉRPRETE DA LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS – LIBRAS."

Faço saber que a Câmara Municipal de Três Lagoas-MS Aprovou e, na qualidade de seu Presidente remeto o seguinte Autógrafo de Lei para sanção e promulgação do Poder Executivo.

Art. 1º Fica instituído no Município de Três Lagoas o "Dia Municipal do tradutor/intérprete da Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS", que será comemorado anualmente no dia 30 de setembro.

Parágrafo único. O referido dia será incluído no Calendário Oficial do Município, sendo uma data marcada para a realização de eventos com a finalidade de valorizar e divulgar a importância do trabalho desses profissionais, que são o canal de comunicação entre surdos e ouvintes.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal, Sala das Sessões.

Três Lagoas-MS, 11 de dezembro de 2019.

APENDICE 14



1/2

LEI Nº 3473 DE 20 DE NOVEMBRO DE 2018



"CRIA A CENTRAL DE INTERPRETAÇÃO DA LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS - LIBRAS E GUIAS - INTÉRPRETES PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA AUDITIVA, NA CIDADE DE TRÊS LAGOAS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

Faço saber que a Câmara Municipal de Três Lagoas-MS Aprovou e, na qualidade de seu Presidente remeto o seguinte Autógrafo de Lei para sanção e promulgação do Poder

Art. 4º Competirá à Secretaria ou Coordenadoria competente, o estabelecimento de ações e a celebração de parcerias de que trata o artigo 3º desta Lei, visando o desenvolvimento, a execução e a manutenção da Central.

Art. 5º As despesas decorrentes da execução da presente Lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Art. 6º O Poder Executivo regulamentará a presente Lei no prazo de 180 (cento e oitenta) dias a partir da data de sua publicação no Diário Oficial do Município.

Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal, Sala das Sessões.
Três Lagoas, 20 de novembro de 2018.

André Luiz Bittencourt
Presidente da CMTL

Autores Vereadores: Antônio Luiz Teixeira Empke Junior e Sirlene dos Santos Pereira

municipais.

Art. 3º Para a concretização da central criada por esta Lei, o Executivo Municipal poderá estabelecer ações e parcerias, quando necessário, com órgãos públicos e entidades, obedecida a legislação vigente.

APENDICE 15

LEI Nº 1.921, DE 15 DE ABRIL DE 2015.

Dispõe sobre as diretrizes para a Política Municipal sobre a utilização da **Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS**, nas repartições públicas municipais, através de campanhas de orientação, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE NAVIRAÍ, ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte lei.

Art. 1º O Poder Público Municipal, quando da formulação e realização da Política Municipal sobre a utilização da **Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS**, tem como objetivos ou ações, entre outras possíveis e necessárias a informação nas repartições públicas municipais, através de campanhas de orientação, sobre a utilização da Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS.

Art. 2º A Política Municipal sobre a utilização da Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS, prevista no art. 1º desta Lei terá como objetivo criar um ambiente favorável ao desenvolvimento e avaliação de atividades que propiciem o crescimento da cidade e que contribuam para a informação e orientação de pessoas com surdez que necessitem da utilização da Língua Brasileira de Sinais e se pautará pelas seguintes diretrizes:

I – disponibilização de cursos de Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS aos servidores públicos municipais, ministrados de acordo com a conveniência e oportunidade pública, de forma a não prejudicar os serviços prestados nas repartições públicas.

II – medidas sócio-educativas que promovam o desenvolvimento de pessoas com surdez, melhorando sua qualidade de vida e promovendo ações que visem a qualificação dos mesmos e sua inserção social.

III - medidas que promovam o bem estar físico e psicológico de pessoas com surdez;

IV – facilitação para o convívio em sociedade;

V – promoção de humanização do atendimento e orientação das pessoas com comprometimento da fala ou da audição;

VI – meios destinados a alertar a população sobre as necessidades especiais de pessoas com surdez;

VII – promoção de campanhas de conscientização, em ação conjunta entre as Gerências Municipais, para proceder com o atendimento individualizado e personalizado aos usuários portadores de necessidades especiais.

Art. 3º A Política Municipal sobre a utilização da Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS terá como público alvo as pessoas com comprometimento da fala ou da audição.

Art. 4º As iniciativas tomadas com base nas diretrizes estabelecidas nesta Lei, deverão ter seu foco na ação informativa e de orientação em repartições públicas municipais, bem como, para a população da cidade de Naviraí através de campanhas, auxiliando as pessoas com surdez.

Art. 5º O Poder Público, a fim de promover a formulação e a realização da Política Municipal sobre a utilização da Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS poderá firmar convênios de cooperação com instituições voltadas a inclusão da pessoa com deficiência.

Art. 6º Os convênios de cooperação dispostos no art. 5º desta Lei deverão se pautar segundo as seguintes diretrizes:

I – disponibilização de cursos para os servidores públicos municipais da Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS;

II – formulação de programas de trabalho para conscientização da população sobre as necessidades especiais das pessoas portadoras de deficiência auditiva;

III – estabelecer formas de trabalho priorizando o atendimento da pessoa com surdez;

IV – de comum acordo formular programas de trabalho;

V - comunicar qualquer irregularidade observada no decorrer de sua execução.

Art. 7º As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias, suplementadas, se necessário.

Art. 8º A presente Lei será oportunamente regulamentada pelo Poder Executivo.

Art. 9º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Navirai, 15 de abril de 2015.

LEANDRO PERES DE MATOS
Prefeito

Ref.: Projeto de Lei nº 8/2015

Autor: Poder Executivo Municipal

APENDICE 16



DIÁRIO OFICIAL

MUNICÍPIO DE AQUIDAUANA - MATO GROSSO DO SUL

Ano V • Edição Nº 879 • Quarta-Feira, 10 de Janeiro de 2018

Lei Ordinária nº 2.307/2013

www.aquidauana.ms.gov.br

PARTE I – PODER EXECUTIVO

LEIS

LEI ORDINÁRIA N.º 2.551/2017

"RECONHECE NO MUNICÍPIO DE AQUIDAUANA MATO GROSSO DO SUL, A LÍNGUA GESTUAL, CODIFICADA NA LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS – LIBRAS, COMO MEIO DE COMUNICAÇÃO OBJETIVA DE USO CORRENTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O Exmo. Sr. ODILON FERRAZ ALVES RIBEIRO, Prefeito Municipal de Aquidauana, Estado de Mato Grosso do Sul, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, FAZ SABER que, depois de ouvido o Plenário, a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1.º - Fica reconhecida oficialmente pelo Município de Aquidauana a língua gestual codificada na língua Brasileira de sinais – LIBRAS, como meio de comunicação objetiva de uso corrente.

Art. 2.º - O Município treinará pessoal de seu quadro de servidores, diretamente ou através de convênios, objetivando prover as repartições públicas voltadas para o atendimento externo de profissionais que possam compreender a comunidade local.

Parágrafo único - Será considerado prioritariamente o treinamento de alguns servidores que trabalhem em serviços essenciais, tais como serviços de saúde, educação e assistência social.

Art. 3.º - Fica incluída como matéria facultativa na rede Municipal de ensino, estendendo-se aos cursos de magistério, a Língua Brasileira de Sinais.

Parágrafo único - Fica estabelecida que, prioritariamente, os cursos de língua de sinais serão ministrados por indivíduos surdos habilitados para esta tarefa.

Art. 4.º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE AQUIDAUANA/MS, 18 DE DEZEMBRO DE 2017.

ODILON FERRAZ ALVES RIBEIRO
Prefeito Municipal de Aquidauana

HEBER SEBA QUEIROZ
Procurador Jurídico do Município

nas diversas disciplinas e a implementação de programas de Educação Ambiental.

Parágrafo único - Entende-se por Educação Ambiental para os efeitos desta lei, o processo educacional transdisciplinar que contribui para a formação da consciência ambiental do indivíduo, nos termos dos parâmetros curriculares nacionais e segundo as diretrizes pela Lei Federal 9795/1999, que estabeleceu a Política Nacional de Educação Ambiental.

Art. 2.º - A Política Municipal de Educação Ambiental compreende todas as ações de Educação Ambiental implementadas pelos órgãos e entidades municipais, bem como as realizadas, mediante contratos e convênios de colaboração, por organizações não governamentais e empresas.

Art. 3.º - Entende-se por Educação Ambiental no ensino formal a desenvolvidas no âmbito dos currículos das instituições escolares públicas e privadas.

Art. 4º - A Educação Ambiental será desenvolvida como uma prática educativa integrada, transdisciplinar, contínua e permanente em todos os níveis e modalidades de ensino formal.

§ 1.º - A Educação Ambiental não será implantada como disciplina específica no currículo escolar da rede pública municipal, salvo em atividades de extensão, de caráter complementar e extracurricular.

§ 2.º - Todas as unidades escolares do município estabelecerão, em seu plano de trabalho anual, tempo suficiente para a discussão e a programação das atividades de educação ambiental a serem realizadas pela própria escola e/ou pelos professores de cada disciplina.

Art. 5.º - Entende-se por Educação Ambiental não-formal as ações e práticas educativas voltadas à sensibilização da coletividade sobre a temática ambiental, e à sua organização e participação na defesa da qualidade do meio ambiente, realizadas à margem das instituições escolares.

Parágrafo único - Para fins de disposto no caput, o Poder Público Municipal incentivará:

I - a difusão, por intermédio dos meios de comunicação de massa, de programas educativos e de informações acerca de temas relacionados ao meio ambiente;

II - a ampla participação das escolas, e de organizações não governamentais na formulação e execução de programas e atividades vinculadas à educação ambiental não formal;

APENDICE 17



PODER EXECUTIVO

LEIS

LEI N° 3.313, DE 10 DE NOVEMBRO DE 2009.

“Institui, no Calendário Oficial de Eventos do Município, a Semana Municipal dos Esportes”.

O Prefeito Municipal de Dourados, Estado do Mato Grosso do Sul, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte lei:

Art. 1º -Fica instituída, no Calendário Oficial de Eventos do Município, a Semana Municipal dos Esportes, compreendida entre os dias 1º a 7 de setembro de cada ano.

Parágrafo único - O período acima estipulado servirá para estimular o setor responsável pelo esporte a nível municipal, entidades, empresas, escolas e toda e qualquer instituição pública ou privada a realizar campanhas e eventos, visando a esclarecer e incentivar a população sobre a importância das atividades esportivas para a saúde física e mental e a qualidade de vida.

Art. 2º -As despesas decorrentes para a execução da presente Lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias suplementadas se necessário.

Art. 3º -Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Dourados, em 10 de novembro de 2009.

Ari Valdecir Artuzi
Prefeito Municipal

Fernando José Baraúna Recalde
Procurador-Geral do Município

Art. 2º O Poder Executivo providenciará a colocação de placas indicativas e também a comunicação aos órgãos competentes.

Art. 3º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas disposições em contrário.

Dourados, 28 de outubro de 2009.

Ari Valdecir Artuzi
Prefeito Municipal

Fernando José Baraúna Recalde
Procurador-Geral do Município

LEI N° 3.311, DE 28 DE OUTUBRO DE 2009.

“Institui o dia Municipal do Tradutor e Interpretar da Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS.”

O Prefeito Municipal de Dourados, Estado do Mato Grosso do Sul, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte lei:

Art. 1º Fica instituído o Dia Municipal do Tradutor e Interpretar da Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS, a ser celebrado anualmente, no dia 8 de julho.

Art. 2º O Dia Municipal do Tradutor e Interpretar da Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS, integrará o Calendário Oficial de eventos do Município.

Art. 3º As despesas decorrerão para execução da presente lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias suplementadas se necessário.

Art. 4º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas disposições em contrário.

Dourados, 28 de outubro de 2009.

Ari Valdecir Artuzi
Prefeito Municipal

LEI N° 3.310, DE 28 DE OUTUBRO DE 2009.

“Dispõe sobre denominação de Ceim”.

O Prefeito Municipal de Dourados, Estado do Mato Grosso do Sul, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte lei:

.....

APENDICE 18

EI Nº 3421 DE 17 DE JULHO DE 2018

"RECONHECE A LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS - LIBRAS, COMO LÍNGUA DE INSTRUÇÃO E MEIO DE COMUNICAÇÃO OBJETIVA E DE USO CORRENTE DA COMUNIDADE SURDA, NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE TRÊS LAGOAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

Faço saber que a Câmara Municipal de Três Lagoas-MS Aprovou e, na qualidade de seu Presidente remeto o seguinte Autógrafo de Lei para sanção e promulgação do Poder Executivo.

Art. 1º Fica reconhecida oficialmente, no Município de Três Lagoas-MS, a Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS, e outros recursos de expressão a ela associados, como língua de instrução e meio de comunicação objetiva e de uso corrente da comunidade surda.

Parágrafo único. Compreende-se como Língua Brasileira de Sinais, um meio de comunicação de natureza visual-motora, com estrutura gramatical própria, oriunda de comunidades de pessoas surdas do Brasil, traduzindo-se como forma de expressão do surdo e sua língua natural.

Art. 2º A capacitação dos profissionais e dos servidores municipais para atendimento ao que dispõe esta lei será comprovada através de Certificado de Curso de Formação em LIBRAS, expedido por quaisquer entidades habilitadas em formação de Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS.

Art. 3º Fica incluída na rede pública municipal de ensino e nas instituições que atendem ao aluno surdo a Língua Brasileira de Sinais.

Art. 4º As despesas decorrentes da execução da presente lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Art. 5º O Executivo regulamentará a presente Lei em 90 (noventa) dias a contar da data de sua publicação.

Art. 6º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogada a Lei nº 2.018 de 22 de novembro de 2005.

Câmara Municipal, Sala das Sessões.

Três Lagoas, 18 de julho de 2018.

André Luiz Bittencourt

Presidente da CMTL

APENDICE 19

LEI Nº 2535/2011

**"INSTITUI
DIA MUNICIPAL DOS SURDOS E DÁ
OUTRAS PROVIDÊNCIAS."**

FAÇO SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL DE TRÊS LAGOAS-MS APROVOU E EU, NA QUALIDADE DE SEU PRESIDENTE REMETO O SEGUINTE AUTÓGRAFO DE LEI PARA SANÇÃO DO PODER EXECUTIVO:

Art. 1º Fica instituído o Dia Municipal dos Surdos, a ser comemorado no dia 26 de setembro.

Art. 2º O Poder Executivo, por intermédio de seus órgãos competentes, promoverá, atividades que promovam a reflexão sobre a condição de vida do surdo e sua inserção na sociedade.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Câmara Municipal, Sala das Sessões, Três Lagoas, 20 de setembro de 2011.

Jurandir da Cunha Viana Júnior
Presidente da CMTL

Vera Helena Arsioli Pinho
1ª Secretária da CMTL

APENDICE 20



CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPO GRANDE
ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

LEI n. 5.686, DE 22 DE MARÇO DE 2016.

Altera dispositivos da Lei n. 5.206, de 19/07/2013.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPO GRANDE. Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica alterada a ementa da Lei n. 5.206, de 19/07/2013, passando a vigorar com a seguinte redação:

“DISPÓE SOBRE A DISPONIBILIZAÇÃO DE INTÉRPRETE DA LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS (LIBRAS) NO MUNICÍPIO DE CAMPO GRANDE. (NR)”

Art. 2º Fica alterado o *caput* do Art. 1º da Lei n. 5.206, de 19/07/2013, passando a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º Fica obrigatória a disponibilização do intérprete da Língua Brasileira de Sinais (Libras) em todas as Unidades de Pronto Atendimento (UPAS) e em todos os eventos públicos oficiais realizados pelo município de Campo Grande.

.....(NR)”

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Campo Grande-MS, 22 de março de 2016.

PROF. JOÃO ROCHA
 Presidente

Este texto não substitui o original.

APENDICE 21

ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

LEI Nº 2.294, DE 2 DE OUTUBRO DE 2001.

Institui o Dia do Surdo no Estado de Mato Grosso do Sul.

Publicada no Diário Oficial nº 5.606, de 3 de outubro de 2001.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL.
Faço saber que a Assembléia Legislativa decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica instituído o Dia do Surdo, a ser comemorado, anualmente, em 26 de setembro.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Campo Grande, 2 de outubro de 2001.

JOSÉ ORCÍRIO MIRANDA DOS SANTOS
Governador

APENDICE 22

ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

MENSAGEM GABGOV/MS Nº 49, DE 2 DE AGOSTO DE 2018.

Veto Total: Altera e acrescenta § ao art. 2º da Lei nº 1.693, de 12 de setembro de 1996, que reconhece, no Estado de Mato Grosso do Sul, a língua gestual, codificada na Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS), como meio de comunicação objetiva de uso corrente, e dá outras providências.

Publicada no Diário Oficial nº 9.712, de 3 de agosto de 2018, página 1.

Senhor

Presidente,

Nos termos do § 1º do art. 70 e do inciso VIII do art. 89, ambos da Constituição Estadual, comunico a essa augusta Assembleia Legislativa, por intermédio de Vossa Excelência, que decidi vetar, totalmente, o Projeto de Lei que *"Altera e acrescenta § ao art. 2º da Lei nº 1.693, de 12 de setembro de 1996, que reconhece, no Estado de Mato Grosso do Sul, a língua gestual, codificada na Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS), como meio de comunicação objetiva de uso corrente, e dá outras providências"*, pelas razões que, respeitosamente, peço vênia para expor:

RAZÕES	DO	VETO:
--------	----	-------

Pretendeu o ilustre Deputado Maurício Picarelli alterar e acrescentar parágrafo ao art. 2º da Lei nº 1.693, de 12 de setembro de 1996, que reconhece, no Estado de Mato Grosso do Sul, a língua gestual, codificada na Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS), como meio de comunicação objetiva de uso corrente.

A respeito do mérito, cabe ressaltar que não há dúvidas da importância deste Projeto de Lei, que visa a assegurar e a promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais da pessoa com deficiência, objetivando a sua inclusão social no âmbito hospitalar e das Unidades Básicas de Saúde.

No entanto, o veto se faz necessário em razão da proposição afrontar a competência do Chefe do Poder Executivo Estadual para, privativamente, dispor sobre o funcionamento da máquina administrativa e exercer a "direção superior da Administração estadual" (arts. 67, § 1º, II, "d", e 89, V e IX, da Constituição Estadual), já que a imposição dirigida aos hospitais estaduais implica na reorganização dos serviços públicos, bem como configura eleição de políticas públicas e definição de atribuições aos órgãos públicos.

Ademais, a afronta constitucional é flagrante ao exigir, intrinsecamente, que o Poder Público fiscalize o cumprimento da norma, haja vista que a proposta sujeita os hospitais privados às imposições legais.

Acrescenta-se a isso o fato de a proposta acabar por afetar a programação orçamentária do Estado, tendo em vista que prevê aumento de despesas não planejadas e não autorizadas por lei no que tange à necessidade de adequação do quadro de pessoal da Rede Estadual de Saúde, em contrariedade aos arts. 160, II e III, e 165, I, da Constituição Estadual e, em se tratando de término de mandato, viola o art. 21, parágrafo único, da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Quanto à obrigação direcionada aos hospitais municipais e às Unidades Básicas de Saúde, sediadas no âmbito do Estado de Mato Grosso do Sul, o Projeto viola a autonomia política e administrativa dos Municípios, o que representa flagrante ofensa ao pacto federativo (arts. 1º, *caput* e 18, *caput*, da Constituição Federal, e art. 13 da Constituição Estadual).

Por fim, no que tange aos hospitais particulares, a propositura invade a esfera de competência da

União Federal para legislar sobre as relações jurídicas de natureza privada, avançando sobre tema típico de Direito Civil, cuja competência é privativa do ente central (art. 22, I, Constituição Federal).

À vista do exposto, ressalta-se que a referida Proposta de Lei deve ser vetada, totalmente, por ofensa ao art. 21, parágrafo único da Lei de Responsabilidade Fiscal; aos arts. 13; 67, § 1º, II, "d"; 89, V e IX; 160, II e III e 165, I, da Constituição Estadual, e aos arts. 1º, *caput*; 18, *caput*; 22, I, da Constituição Federal.

Assim, não me resta alternativa senão a de adotar a dura medida do voto total, contando com a compreensão e a imprescindível aquiescência dos Senhores Deputados para sua manutenção.

Atenciosamente,

REINALDO AZAMBUJA SILVA
Governador do Estado

A Sua Excelência o Senhor
Deputado OSWALDO MOCHI JUNIOR
Presidente da Assembleia Legislativa
CAMPO GRANDE-MS